

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**MEMORIAL PARA PROGRESSÃO FUNCIONAL
PROFESSOR TITULAR – HISTÓRIA ANTIGA**

**Vicente Carlos Rodrigues Alvarez Dobroruka
Brasília
2024**

MEMORIAL

*Ihr Städte des Euphrats!
Ihr Gassen von Palmyra!
Ihr Säulenwälder in der Eb'ne der Wüste,
Was seid ihr?*

*Ó vós, cidades do Eufrates!
Ó vós, ruas de Palmyra!
Em pleno deserto, florestas de pilares,
Que sois vós?*

Hölderlin

SUMÁRIO

Infância, adolescência e os primórdios de uma vocação	4
Juventude tardia e graduação	19
Mestrado e docência	36
Princípios da carreira acadêmica na UnB e doutoramento	60
Do doutorado ao pós-doutorado e depois	91
Conclusão	113

Infância, adolescência e os primórdios de uma vocação

Um texto que se propõe como um “Memorial” deve, em certa medida, ter um conteúdo intimista, e este “Memorial” não será exceção. Tendo em vista a minha trajetória pessoal, este texto visa fazer entender, aos examinadores, como e por que me tornei historiador, além do que me levou à apresentação do material completo para este exame de titularidade. Este “Memorial” é de fato uma parte inédita de minha jornada e, a rigor, foi a mais difícil de ser redigida.

Venho, por influências do lar e da escola, de um contexto que teve tudo para me conduzir ao estudo profissional da História e, em especial, da História das Religiões e do Mundo Antigo. Outras influências que foram determinantes em minhas escolhas profissionais e pessoais, constantemente interligadas, foram minha vivência religiosa parelha com meus objetos de estudo, os muitos anos em Oxford e Cambridge, o tempo de terapia junguiana, as leituras do Romantismo alemão e o estudo da *Religionsgeschichtliche Schule* – em especial no que tange à Iranologia e suas relações com o estudo das grandes religiões monoteístas. Todas questões pivotais na formação da pessoa e profissional que sou hoje.

Portanto, este “Memorial” é uma narrativa que considero ser coerente e que traça meu percurso até o presente momento. Devo dizer que não é a trajetória do menino pobre que superou todas as adversidades para conseguir estudar com afinco, mas tampouco é a de um privilegiado nascido em berço de ouro, que achou sua vocação como quem acha um *hobby*. Com certeza, é a lembrança organizada do que era acessível a um jovem no Brasil entre as décadas de 70 e o começo dos anos 90. Os períodos subsequentes já cobrem a trajetória do homem adulto em um país já muito

modificado, com recursos mais abundantes e acessíveis a uma parcela maior da população – como a expansão do mercado da informática, além do poderio da Internet.

Nesse sentido, posso dizer que os recursos utilizados em minha formação não foram exuberantes, mas foram constantes. O ambiente familiar foi decisivo, especialmente diante do que era o cenário geral do Brasil em regime militar e depois, de redemocratização cultural: em termos de acesso a livros, artigos e demais recursos acadêmicos e midiáticos. É justo argumentar que essas dificuldades eram compartilhadas por todos tanto no ambiente familiar quanto no escolar.

Por estar inserido nesse contexto, aprendi muito cedo que cada pessoa faz aquilo para que se inclina. Anos mais tarde Marc Bloch apenas me confirmaria isso, ao lembrar que os homens se parecem mais com seu tempo do que com seus pais.

Minha infância definiu-se, culturalmente falando, por um conjunto fortemente guiado pelas ambiências germânica e eslava: a primeira pela escola, a segunda pela ancestralidade paterna. A esses elementos soma-se uma influência indireta, mas poderosa, determinada pela infância de minha mãe no subúrbio carioca, cercada por imigrantes judeus de todos os cantos do Leste europeu: poloneses, ucranianos e russos. Essa vizinhança despertou em minha mãe um fascínio pelo judaísmo e pelo hebraico (bíblico e talmúdico), que a acompanhariam literalmente até a sua morte, em outubro de 2023. Tive contato com algumas dessas pessoas e com seus descendentes, mas muito mais importante foi a marca que o contato desses imigrantes com minha mãe deixou indiretamente na minha formação: logo cedo aprendi o que era o hebraico, os dois Talmudim e um pouco da estrutura da língua. E claro, isso tudo me fez ver a Bíblia com olhos muito mais investigativos (a título de esclarecimento, minha mãe era atea e assim permaneceu até o final da vida). Ao meu ver, esse contato precoce com o judaísmo renderia frutos importantes em termos profissionais futuramente. A partir de uma

curiosidade a mais, o aprendizado do *iídiche* por minha mãe (que me mostrou as semelhanças com o alemão) e uma de minhas tias (novamente, por conta das amiguinhas de infância vindas do Leste europeu) me levou a alguma facilidade, talvez fonética, quando fui aprender o alemão após os cinco anos de idade.

Em termos de alfabetização, a mesma se deu em português embora eu tenha me alfabetizado praticamente sozinho: talvez por serem ateus (meu pai era agnóstico, para ser mais preciso) e liberais, nada era proibido nas estantes da casa e eu, filho único, ia “juntando” as sílabas do que me caía nas mãos. Essa vocação inclinada para a leitura autônoma, vinda de meus pais levou à minha retirada do primeiro colégio que frequentei, o Imaculada Conceição. Mais de uma década após o Concílio Vaticano II ter se iniciado e a Igreja Católica Romana ter revisto sua posição com relação aos judeus (até então, acusados grupalmente de deicídio pela Igreja), as novidades ainda não haviam chegado às boas freiras que davam aula naquele colégio. Eu indaguei em casa: “Mãe, por que os judeus mataram Jesus?”, “Por que os judeus escolheram soltar um bandido e não libertar Jesus?” e aquilo foi irritando meus pais – que sabiam que os Evangelhos, em alguma medida, foram compostos com fins de propaganda e conversão (uma medida certamente pró-romana) e buscavam ativamente desviar a atenção da crucifixão de Jesus como um crime da parte dos judeus. Roma teria um grande futuro como império cristão, fazendo com que os judeus tivessem um percurso muito mais difícil e, principalmente, minoritário.

Meu pai era menos envolvido com essas discussões, mas, num passado de três gerações anteriores, parte da família dele (que veio fugindo do Império Austro-Húngaro em desmembramento no pós-guerra) era judia e polonesa – embora os “Dobroruka” propriamente ditos não tivessem nada com o judaísmo e fossem de origem russo-tcheca (refiro-me aqui ao sobrenome polonês “Vohryzek”, que nem meu pai nem eu

carregamos mais). É justo dizer que o judaísmo ashkenazi teve um papel importante na formação de minha visão de mundo, ainda muito criança.

Num ambiente assim, não era de se estranhar a ausência de uma Bíblia de estudo católica em casa. Havia uma velha edição da Almeida, Bíblia protestante, em estado deplorável, mas que era a única Bíblia à qual tive acesso por muito tempo. Nada de “Bíblia para as crianças” ou coisas assim. Logo então aconteceram duas coisas decisivas entre meus sete e nove anos de idade.

A primeira delas foi que, embora tivéssemos aulas de Religião no colégio (após 1974, fui matriculado na Escola Experimental Corcovado, colégio alemão situado no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro, e lá fiz toda a minha vida escolar, até o final de 1986), elas se limitavam ao Antigo Testamento, talvez para evitar conflitos entre os pais católicos e luteranos com o colégio. Gostava muito dessas aulas, ministradas pelo “Tio” Paulo, um ex-jesuíta que, fui saber vinte anos depois, era tio de sangue de um colega meu na UnB, o Prof. Estêvão de Rezende Martins. Comecei então a me aborrecer discretamente com o “texto” bíblico não pelo vocabulário (afinal, perguntar não era proibido em casa, e sempre havia algum dicionário à mão) mas pelo fato dos livros da Bíblia estarem num ordenamento que eu, criança, achava confuso e disparatado (o ordenamento herdado da LXX e não do texto massorético). Por que os eventos não vinham sequenciados? Por que interrupções poéticas como os Salmos? Por que os livros dos Macabeus, de quem se falava tanto em casa, estavam ausentes da “nossa” Almeida? Já eram perguntas talvez não de um historiador, mas de uma criança com apetite pelos dados e análises históricas (em contraste, meu horror aos números, equações e biologia permanece até hoje).

A segunda coisa, muito mais decisiva, foi o fato de minha mãe possuir em casa as obras completas de Flávio Josefo numa edição muito bonita, mas de terrível

qualidade acadêmica (não que isso importasse para uma criança). Comecei a folhear pois, como disse antes, nada era proibido e nutri cedo um fascínio pela narrativa de Josefo (“Mãe! Pai! Isso é muito mais legal do que ler a Bíblia, aqui tem a mesma coisa [sic] mas em ordem cronológica!”). Era meu primeiro contato com as *Antiquidades Judaicas*, de Josefo. Fui lendo devagar a *Guerra dos Judeus*, que vinha na mesma coleção: meu fascínio pelo personagem Josefo, o “cara-de-pau” assumido que sobreviveu a tudo e todos e ficou para contar a história, nasceu ali e permanece até hoje, muitas vezes motivo de riso por parte de meus alunos (“Professor! Como o senhor pode ter essa fascinação por um personagem tão descarado?”). Tudo veio da infância e digo, pois, que velhos amigos não se abandonam impunemente.

Com todo esse interesse e incentivo desde os cinco anos de idade, outros desenvolvimentos que levaram a uma formação “infanto-históriográfica” foram surgindo: eu tinha já alguma habilidade de berço e, sendo filho, sobrinho e neto único, fui paparicado com presentes por todas as tias e tios. E estes, novamente, me levavam para um mundo que não existia mais. Surgiram para mim também questões acerca de miniaturas, fossem *kits* de aviões da Segunda Grande Guerra para montar ou miniaturas de legionários romanos ou cavaleiros medievais. As perguntas se acumulavam: “Quando aconteceu isso?”, “Por que a armadura do romano é diferente da do Cruzado?”, “O que foi o Império Romano?”. Os adultos respondiam com precisão razoável e isso foi o bastante para eu entender rapidamente que o mundo em que eu vivia era bem diferente do mundo da infância dos meus pais, que por sua vez era um mundo muito diferente daquele desses soldados em miniatura.

Essa vocação lúdico-histórica se manifestava noutras áreas também. Ao receber um álbum de figurinhas de carros de corrida – outra paixão que mantenho até hoje –, percebi também entre os cinco ou seis anos de idade que os carros de corrida das

décadas de 50 para trás tinham o motor na frente – eu sabia, pela TV e pelos jornais, que os carros de corrida da “minha” época tinham (e têm) o motor traseiro. Foi no contexto de uma descoberta dessas que pude testemunhar o primeiro de inúmeros desentendimentos entre meus pais, que levaria a mais “dúvidas formativas” para mim.

Estava no colo com meu pai quando um carrinho me chamou a atenção – parecia que ele estava ao contrário: era um Auto Union, um carro de corrida revolucionário dos anos 30, com motor traseiro e uma parte dianteira muito pequena. Meu pai me explicou, com carinho e divertidamente, que era assim mesmo: o carro não estava ao contrário e mais, tinha sido projetado por um dos “nossos”, um engenheiro tcheco chamado Ferdinand Porsche. Foi o que bastou para minha mãe sair furiosa da cozinha. “Ora! Vocês tchecos colaboraram todos com os alemães nazistas! O Porsche mesmo foi um safado que nem falava o tcheco!”. Surgiram mais dúvidas na minha cabeça: “Colaboraram como, e por quê?”. Meu pai respondeu em parte ao insulto: “Ora, um tcheco culto tinha de saber o alemão! Aliás, é e era língua franca na Europa Central!”. “Língua franca?”. Mais e mais dúvidas.

Um episódio amargo sem dúvida e o primeiro de que me recordo num casamento muito infeliz – dentro do qual tive de entender que as afinidades intelectuais com minha mãe eram insuficientes para uma relação afetiva de verdade. Fui mais próximo, naturalmente, de meu pai, que foi meu grande parceiro e amigo até o final de sua curta vida em 1991.

Entendi antes dos sete anos completos que a inteligência doméstica brotava de minha mãe, mas o afeto, de meu pai. Isso também teria consequências importantes pois não se forma um profissional, historiador ou qualquer outra coisa só com ideias: é preciso dar formato e meios a uma vocação. E meu pai operacionalizou tudo isso até o final, quando minha relação com minha mãe já havia se transformado num grande

imbroglio com raros instantes de tranquilidade. Só pudemos ter uma relação de mãe-filho de fato nos últimos cinco meses de sua vida, quando a trouxe do Rio de Janeiro para morar comigo em Brasília. Mas a essa altura eu já era profissional estabelecido, vivendo meu segundo casamento e redigindo este “Memorial”.

Em suma, muito inicialmente em minha vida pude criar uma linha do tempo em minha cabeça, criança “adultizada” que fui e o digo sem qualquer remorso: achei bom ter sido criado por pais e demais familiares tão mais velhos.

Ainda na infância, outro artefato literário além de Josefo teria papel decisivo em minha apreciação do mundo e no modo como o organizei mentalmente. Foi um jarrinho de barro com uma tampa trazido por uma tia por afeição, uma das amigas de infância de minha mãe no subúrbio do Rio. “Tia” Rosa, judia, foi a Israel e trouxe tal jarrinho com um texto xerografado dentro – uma cópia bem “chinfim”, *souvenir* para turistas, de um trecho do “Rolo de Isaías” dos Manuscritos do Mar Morto. Eu não conseguia ler o texto, é claro, mas sabia que era hebraico por já ter manuseado os materiais de estudo de minha mãe. O que esse texto no jarro tinha de tão especial? Veio logo a resposta de minha mãe, encantada com a lembrança: “Ah, Vicente, esse texto foi feito pelos essênios, que viviam às margens do Mar Morto. Alguns dos textos deles estão na Bíblia, outros não.” “Como assim mãe? Os essênios do Josefo?” “Esses mesmos”. Minha mãe foi criada num ambiente midiático altamente romantizado quanto ao duplo épico “fundação de Israel – achado dos Manuscritos do Mar Morto” (o livro de Edmund Wilson sobre os Manuscritos do Mar Morto, publicado no Brasil pela Companhia das Letras é bem emblemático quanto ao período, seus argumentos e respostas para o achado); aquilo inflamou a minha imaginação – judeus contemporâneos de Jesus vivendo como monges e lendo textos que não estavam, nem nunca estiveram, na Bíblia. Veio uma explicação, é verdade: eram os essênios (adulto, não aceitei mais essa

explicação e, do mesmo modo que a geração de meus pais aceitou integralmente existência e autoria essênica para os Manuscritos do Mar Morto, minha geração recusou e recusa ambas).

Com todo o exposto acima, fica claro que na mesma medida em que eu fui precocemente exposto ao Antigo Testamento e material que lhe é acessório (Josefo ou os Manuscritos do Mar Morto), havia uma aversão visceral em minha casa pelo Novo Testamento e, em especial, pela figura de São Paulo. Essa lacuna talvez se manifeste em mim, como homem adulto e historiador, até hoje – meu interesse vivo pela apocalíptica do Antigo Testamento, e desinteresse comparativo pela do Novo, ainda é uma cicatriz na memória, bem precoce, ainda que profissionalmente eu tenha como explicar essa preferência, como se verá abaixo.

Meu interesse por Josefo me colocou, pela primeira vez, em contato com a historiografia antiga (só viria a ler Heródoto e Tucídides muito tempo depois, na faculdade). Numa outra frente, digamos, meu pai recebia sempre livros grandes e muito bem ilustrados, das *Seleções do Reader's Digest*: livros sobre exploradores antigos, civilizações desaparecidas e assemelhados. Esses livros davam vida e formavam imagens do que, com minha mãe, era apenas o texto. Meu pai, ao contrário de minha enclausurada mãe, era um homem do mundo e buscava por todo lado aquilo que pudesse complementar meu interesse prematuro pelo mundo antigo.

Portanto, culturalmente minha infância foi estruturada por valores e textos centro-europeus: na escola, pelas adaptações de clássicos alemães, em especial dos românticos; em casa, pela eslavofilia paterna e a leitura, ao final da infância e na adolescência, de Stefan Zweig e Franz Kafka. Meu primeiro contato com a história de Fausto, em sua versão goethiana, foi no colo de meu pai e é um tema que exerce fascínio sobre mim até hoje. Assim, aos dez anos de idade tive de tomar minha primeira decisão

“séria”: ou me dedicava com afinco ao desenho e pintura (onde tinha muita habilidade), ou às letras e aos estudos acadêmicos. Eu logo percebi que não teria como fazer as duas coisas bem.

Feita a escolha definitiva pelas letras, o investimento em livros por parte de minha família só aumentou: os clássicos das Edições de Ouro, em especial adaptações das vidas de grandes personagens da Antiguidade, me colocaram em contato com o mundo clássico e não apenas com o mundo bíblico. Romances históricos como *Ben-Hur* ou *Os últimos dias de Pompeia* tiveram igualmente seu papel nesse período da pré-adolescência. Os romances policiais de Sherlock Holmes – muito mais tarde retomados como literatura “séria” nos textos de Carlo Ginzburg – foram lidos também nessa época, entre 1979 e 1981. Como última nota relativa à infância, devo recordar que em 1978, na quarta série, nossa professora “Tia” Marisa passou uma redação com o tema “o que serei quando crescer”. E eu não tive dúvidas: seria arqueólogo. Na minha cabeça infantil, estudando o bastante eu encontraria não uma pirâmide (nas quais nunca vi muita graça, por sinal), mas outros textos como os Manuscritos do Mar Morto. E claro, para transmitir essas descobertas eu já sabia que seria professor – uma perspectiva que nunca me assustou. Pelo contrário, foi a primeira profissão com a qual tive contato (pela escola e por conta de meu pai), além da primeira e única que almejei ter, à sério, algum dia.

A adolescência não fez mais do que aprofundar essas descobertas da infância. Como todos na mesma idade (13-14 anos), iniciei o que se chamava na época de Segundo Grau, o atual Ensino Médio. Ao começar essa fase da vida passei a ter aula de História com um então recém-doutor em Antropologia, que iniciava o que seria uma carreira brilhante: era o Prof. Arno Vogel, de quem sou amigo até hoje. Na época, era

um professor “horista” e iniciante na Universidade Federal Fluminense, se não me engano.

O papel de Arno em minha formação foi muito grande: além das aulas excepcionais que nos ministrava, sempre tinha um tempinho depois do toque do sinal para um papo comigo. Percebeu logo minha vocação acadêmica e chegou a comentar isso com meu pai um dia. Além de dividirmos uma conversa mais geral depois da aula, podíamos conversar sobre os livros que estavam “fazendo minha cabeça” na época – um deles foi a *História da Guerra Civil Espanhola*, de Hugh Thomas, em 2 volumes (vindo da biblioteca de minha mãe). O livro me impressionou bastante aos meus 16-17 anos por ser, para mim, a primeira obra historiográfica “imparcial” e não uma propaganda de um dos lados do conflito.

Outro autor que conheci na mesma época em que iniciava meus estudos privados de modo mais sério (considerando a idade e fase da vida), e que me acompanharia por muito tempo foi Fernand Braudel. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II*, foi lançado no Brasil em 1985 pela Martins Fontes se não em engano, em dois volumes de uma densidade conceitual muito maior do que a obra de Thomas. Braudel também entrou em minha vida através da biblioteca de minha mãe. Achei o texto braudeliano difícil na época, mas entendi minimamente a discussão conceitual em sua obra, à qual retornaria inúmeras vezes nos anos seguintes na graduação. Percebi, mesmo que tateando, que a “longa duração” de Braudel era um tempo diferente, em escopo, da “média” ou “curta” duração de Thomas, que discutia algo do passado espanhol para entender os eventos de 1936 mesmo que nem de longe com a mesma amplitude e flexibilidade de Braudel.

Assim começou minha relação com a *École des Annales*, primeiro de espanto e depois de franca admiração e, posteriormente, de afastamento crítico. A herança mais

importante que Braudel me deixou foi, sem dúvida, a ideia de que os fenômenos sociais (e, depois percebi, também os mentais, econômicos, religiosos e assim por diante) tinham uma vida “estrutural” própria, que em muito antecederam outros fenômenos observados em dado ponto no tempo, e era apenas a ponta do *iceberg*. Tal compreensão moldou para sempre a forma como eu enxergaria a maneira que os seres humanos lidam com o fenômeno religioso que, lembremos, continuou a ser tematicamente minha paixão ao decorrer da vida.

Ao mesmo tempo, minhas preferências literárias no campo da ficção foram também aparecendo de modo mais nítido e maduro entre os anos de 1984-1986: comecei a ler a obra de Yukio Mishima em português e, quase ao mesmo tempo, nas traduções para o inglês. Os livros de Mishima eram quase todos comprados (a preços absurdos, diga-se de passagem) na livraria Leonardo da Vinci, na qual pude encontrar três outros autores japoneses que iam formando meu repertório de ficção de modo muito peculiar: Yasunari Kawabata, Yasushi Inoue e Ryunosuke Akutagawa (este tornado famoso pela adaptação cinematográfica de seu conto “Rashomôn” por Akira Kurosawa), que naquele tempo estavam longe de serem populares no Brasil. Também nisso eu e Arno fomos parceiros: ele via com gosto a formação de minha biblioteca de ficção, que incluía autores hoje menos lidos como Camus, Hemingway e uma interessante ficção histórica de um marxista, Howard Fast (*Spartacus*). Tudo isso era comentado com entusiasmo nos papos com Arno.

Na escola tive ainda meu primeiro contato com a literatura distópica: tínhamos vários professores muito bons noutras áreas que não apenas a de História, e a de Inglês não era exceção. A Profa. Evelyn nos deu para ler e resumir, no original, *Animal Farm*, de George Orwell (que eu já conhecia de nome por conta da obra de Hugh Thomas). Foi um golpe precoce em meu flerte com o marxismo, que teria importância quando eu

abandonei por completo a visão de mundo marxista, entre 1988 e 1989. Orwell não me empurrou para o trotskismo (como aconteceu com tantos conhecidos meus), mas me fez rejeitar o marxismo *in toto*, como visão de mundo e como proposta epistemológica. Eram os tempos da *perestroika* e da *glasnost*, e os “êxitos” práticos do marxismo estavam na mídia diariamente. Talvez ainda influenciado por Orwell, não vi minhas possibilidades de apreensão cognitiva do mundo social ruírem junto com o Muro de Berlim, em 1989, como aconteceu com muitos colegas (e até professores). Para eles, o marxismo parecia um tudo-ou-nada; para mim, já era uma proposta “esquisita” ao final da adolescência. Em suma, com *Animal Farm* iniciou-se uma longa história de decepção com o marxismo e seus adeptos.

Ainda em 1985 tentei, de modo experimental, o então exame vestibular da Cesgranrio (que abrangia todas as universidades cariocas, menos a PUC-RIO), justamente para História. Não passei e não dei maior importância ao fato. Estava ainda no segundo ano do Segundo Grau portanto, mesmo que passasse, não poderia assumir a vaga.

No ano seguinte, 1986, eu e minha turma toda do Corcovado (éramos em 24 ou 25) passamos, sem maiores esforços, para os locais de nossa escolha. Por conta de uma aposta estúpida de última hora, prestei o exame vestibular para Direito, e queria a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Era a prova mais concorrida na área de Direito e passei.

Como uma espécie de *back-up* prestei também o exame, em Direito, para a PUC-RIO. Esse *back-up* seria uma das decisões mais importantes de toda a minha vida, mesmo não sabendo disso na época, verão de 1986 para 1987. Tomei então a decisão de prestar o exame para dois cursos jurídicos, pelos piores motivos e do pior jeito: no último dia de inscrição, por um misto de instigação por parte da minha família estendida

e um palpite infeliz de um colega de turma no colégio. Decidi me inscrever não em História, mas em Direito.

Meus pais, embora a essa altura mal se falassem, não gostaram da decisão. Ao contrário dos demais “curiosos” com seus palpites tolos (“você vai ser um professorzinho”, “professor morre de fome, você não vai ter dinheiro nem para comprar cigarro”, “não existe mercado para História num país como o nosso” e outras afirmações do gênero), meus pais já sabiam que era uma decisão estranha eu optar pela área jurídica. Eu nunca mostrara interesse por Direito (embora tivesse dois procuradores federais e uma secretária em escritório de direito trabalhista famoso na família) e meus pais devem ter sentido o cheiro de fracasso no ar no momento em que anunciei a decisão intempestiva.

Permaneci no curso de Direito, na PUC-RIO (na qual acabei ingressando em parte por sugestão de meu pai, que havia estudado na então UEG – que viria a ser a UERJ –, em parte pelo fato da UERJ estar em greve naquele começo de 1987) por três semestres, até o primeiro de 1988. Meu pai fez Letras na UERJ e não suportava o *campus* perigoso com seu ar de *Blade Runner*; por sua vez, em função de compromissos profissionais de vez em quando, estava frequentemente na PUC-RIO que sempre o encantou. Nesse momento meu pai – o parceiro de sempre para as coisas da vida, que materializou as coisas que minha mãe imaginava, que comprava os livros de Fernand Braudel que ela e eu líamos – me deu carta branca para estudar onde quisesse. Mesmo que a PUC-RIO fosse paga, ele argumentou que eu havia cumprido tudo o que ele esperava de mim até aquele momento (não reprovar no colégio, passar no vestibular, etc.) e que, por outro lado, a mensalidade da PUC seria menor do que a do colégio de todo modo. Mais uns anos não fariam diferença – mal sabia ele que não viveria o bastante para ver o final da minha caminhada na graduação da PUC.

Essa decisão foi importantíssima porque, se os cursos de Direito da UERJ e da PUC se equivaliam, o mesmo não se podia dizer do de História: este era, à época, mais fraco na UERJ e muito conceituado na PUC-RIO. Portanto, quando tomei a decisão de assumir de verdade minha vida de adulto e seguir a vocação que sabia ser a correta desde a infância, eu estava posicionado no lugar certo, na hora certa. Fiz muitos e bons amigos na graduação do curso de Direito que estão comigo até hoje, e que nunca deixo de ver quando estou no Rio de Janeiro. Ironicamente, no curso de História fiz vários amigos também, mas todos entre os professores. Mantive ainda uma amizade com uma amiga do curso de Economia, e essas pessoas todas somadas (da graduação) não dão nem meia dúzia, embora os considere amigos fieis.

Então, aos 19 anos de idade, num dia de junho de 1988 tomei a decisão correta: pedi minha transferência para o curso de História e, para o segundo semestre de 1988, me matriculei em tudo o que podia do que se chamava então “ciclo básico”. Queria entrar com outra forma, outro *mindset* no curso de História: para tal queria me livrar das matérias do básico logo e mais, fazê-las com as melhores notas possíveis (o que se tornaria uma preocupação permanente depois da troca de curso).

Meus pais respiraram aliviados ao me verem no rumo certo; o resto da família estendida se apavorou e procurou me apavorar também, como disse acima. Não entendiam para que “servia” o curso de História além de formar professores de ensino básico e médio para as redes privada e pública de ensino. Essa incompreensão se manteve, e se mantém, com o que restou de minha família estendida até hoje.

Seria incorreto deixar de mencionar que houve um “gatilho” para que eu tomasse enfim a decisão de abandonar uma vida com poucas perspectivas naquele inverno de 1988, que recorro ter sido excepcionalmente frio para os padrões do Rio de Janeiro. Na época, fiz amizade com uma jovem alemã que, por estar também num processo de

mudanças no rumo de sua própria vida, me levou a reexaminar a minha – o que foi um fator determinante em criar coragem para mudar de curso.

Essa mudança logo após concluir meus 19 anos de idade coincidiu com algo que sempre dizia meu pai, formado no que se denominava “Letras Anglo-Saxônicas” (ou seja, era professor de Inglês) – para ele, os *teens* (13-19) eram a “idade idiota”, em que tudo é permitido. Falava isso em tom de gozação e sem malícia, mas com um fundo de verdade muito real: dizia que entre os 13 e os 19 (*between thirteen and nineteen*) ele estava preparado para todas as imbecilidades juvenis (salvo reprovações e crimes previstos na legislação) mas depois disso, eu deveria capitalizar em cima de todas as oportunidades que tivera – e que continuava a ter – e dar um rumo na vida. Ainda citando meu pai, homem do mundo, aos 30 eu já devia estar colhendo os frutos do meu esforço pois, dos 40 em diante ou eu estaria fazendo mais do mesmo (ou seja, me aperfeiçoando nos caminhos iniciados décadas antes) ou não estaria fazendo nada. Meu pai estava certo e ainda que eu o tenha perdido bem antes desses marcos, pude comprovar o acerto de sua percepção.

Juventude tardia e graduação

Feita minha transferência (comecei logo algumas disciplinas do curso de História no segundo semestre de 1988, embora só viesse a ser aceito formalmente em janeiro de 1989), descobri um universo em certa medida diferente do que eu imaginara para meu curso de História, especialmente após a leitura de Braudel. A grade horária do curso de História da PUC-RIO era muito “camarada” (aliás, a grade horária do curso de Direito também tinha essa característica): poucas matérias obrigatórias, várias optativas e quatro disciplinas ligadas, de algum modo, à religião.

Essas últimas quatro, que para a maioria das pessoas eram apenas mais um aborrecimento a ser superado, foram para mim formativas de fato. Além disso, o começo do curso me colocou diante de três circunstâncias que eu viveria de modo contínuo e intenso de 1988 até agosto de 1995 (data de minha defesa de mestrado). Primeiramente, o contato inicial e decisivo com o Prof. Marcelo Jasmin: ele foi, com certeza, o professor mais relevante a formar meu modo de pensar o ofício de historiador de modo geral e, ao mesmo tempo, de pensar os objetos de estudo aos quais eu iria me consagrar profissionalmente.

Em segundo lugar, notei a ausência, diria mesmo a aversão, a qualquer coisa que tratasse da História denominada por muitos professores, de modo despiciendo, “factual”. Para mim, que já vinha com essa bagagem informativa de casa e do colégio, não causou grande diferença, mas foi o primeiro “choque de realidade” que levei no curso.

E em terceiro lugar, como vinha transferido do curso de Direito, me vi, administrativamente, fora do “fluxo” no curso de História. Isso acabou sendo uma vantagem pois, a exemplo da grade horária tranquila, me deu liberdade para gerenciar

meu tempo como achasse melhor. Houve ainda outra consequência que me foi igualmente benéfica: em função dessa liberdade, eu não pertencia a nenhum semestre específico, mas transitava entre todos. Tinha boa fama tanto entre os professores quanto entre os colegas, mas com esses últimos não travei qualquer amizade duradoura. Ganhei o apelido de “lobo solitário”, por dividir meu tempo entre as aulas, a biblioteca e a então tradicional “social” nos pilotis da PUC-RIO, mas evitei festas e demais “baladas” fora da Universidade. Preferia ter meu lazer privadamente, mesmo que em locais públicos como bares ou restaurantes, mas sempre acompanhado de poucas pessoas ou sozinho.

Em termos das referências intelectuais, os autores que mais e melhor definiram minha graduação (fora os autores específicos nos quais descobri minha vocação quanto aos objetos de pesquisa que têm minha dedicação até hoje, os quais veremos mais abaixo) foram Marc Bloch com sua *Introdução à História* (ainda naquela edição de bolso péssima), Lucien Febvre (que mais tarde eu repudiaria, como intelectual e como homem) e Immanuel Kant. Deste último, foi de especial interesse para mim a *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, que eu estudava fora do curso, evidentemente. Fiz um amigo da Filosofia, Marcelo Cattán, talvez uns 12 anos mais velho do que eu, que se dedicava praticamente apenas ao estudo da *Fundamentação*. Cattán foi de grande importância na formação de meus hábitos de disciplina intelectual e, como acréscimo, me colocou em contato com os textos originais em alemão gótico (o gótico real ou Blackletter – como a fonte Fraktur do Windows, não as caricaturas comerciais do gótico). Esse conhecimento da escrita em gótico “real” seria fundamental para mim mais tarde.

Kant exerceria, juntamente com os românticos alemães, influência decisiva em meu modo de “olhar” os objetos de estudo. Mesmo com meus gostos literários fortemente ligados à literatura japonesa contemporânea, os alemães do final do séc.

XVIII até o final do XIX exerceram fascínio permanente sobre mim – Goethe, Hölderlin e Kleist são três dos mais importantes. Com relação ao kantismo, somente nos anos 90 do século passado encontrei um crítico que considerei à sua altura: Xavier Zubiri.

Os demais autores que me influenciaram até o final da graduação e que eram oferecidos a todos os alunos foram bem variados. Pessoalmente, dessa “leva geral” considero que o mais relevante para mim foi Robin G. Collingwood (outro leitor de Kant e, também, de Benedetto Croce – este último creio que somente eu e Marcelo Jasmin líamos a sério). Logo percebi algumas questões: que a edição de Collingwood que utilizamos (para *A Ideia de História*) era muito ruim, que ele era um polímata e também que havia muito material sobre ele na biblioteca da PUC-RIO (incluindo um número dedicado apenas a Collingwood na prestigiada *History and Theory*, da qual a biblioteca tinha uma assinatura).

Posso dizer que Collingwood me influenciou mais do que a meus outros colegas; o estudo dedicado a ele por Louis O. Mink (*Mind, History, and Dialectic. The Philosophy of R. G. Collingwood*) e sua *Autobiography* (na prática, um retrato do neo-idealismo oxoniense na primeira metade do séc. XX) foram minhas leituras de cabeça até meados dos anos 90.

Além de Collingwood, Kant, Bloch e Febvre, outros autores comuns a todos no curso me foram relevantes. Christopher Hill foi um deles (“enfim um marxista inteligente!”, pensei ao ler seus estudos sobre a religião e as revoluções inglesas do séc. XVII). Outro autor relevante foi Hugh Trevor-Roper, tanto com relação à bruxaria como em seu trabalho sobre os últimos momentos de Hitler. E acima de todos, tomei contato com um autor que seria referência para toda a vida: Carlo Ginzburg. Pelo

objeto, pelo método e pela intersecção de métodos diferentes para criar uma análise absolutamente original, Ginzburg permanece comigo até hoje.

No entanto, igualmente importantes foram os autores que silenciosamente rejeitei com vigor. Desses, o que mais me antagonizou foi Michel Foucault. Eu lia, lia e relia e achava tudo o que ele dizia uma bobagem colossal e incompreensível, ruim como ciência e pior ainda como retórica. Depois de formado vi que muitos colegas de curso pensavam o mesmo, mas, como eu, não tinham coragem de dizer isso abertamente. Outra referência puquiana que descartei – mas por outros motivos – foi Hannah Arendt, que já havia lido em casa com minha mãe no ensino médio e era autora de referência para praticamente todos os professores do departamento. Também nesse caso achei melhor ficar quieto.

Jacques Le Goff e Georges Duby eram obrigatórios, mas também me acrescentaram muito pouco (talvez algo de *Guilherme, o Marechal*, de Duby, seja “influência” perceptível em meus primeiros dois livros). Como se deve perceber a esta altura do “Memorial”, os autores franceses ligados à escola dos *Annales* foram perdendo importância para mim paulatinamente. Eu os lia e ia avançando no curso que, a despeito dos três semestres desastrosos no Direito, concluí com média de 9,3. Mas, de modo independente do curso (no qual, como referência teórica imediata, somente Marcelo Jasmin seria importante) outras coisas relevantes iam acontecendo. As aulas de línguas estrangeiras estão entre elas.

Primeiramente, as de francês: já tinha alguma noção do idioma e, no caso do espanhol, tinha alguma familiaridade graças ao ambiente doméstico (minha mãe obteve o diploma da *Real Academia*). Eu decidi naquela época que jamais teria “portunhol”: teria o espanhol (gramaticalmente, ao menos) de um nativo. Valia o mesmo para o francês, e logo acrescentei essas duas línguas ao inglês e ao alemão.

Em segundo lugar, e não menos importante, meu interesse pela Guerra Civil Espanhola me levaria a um percurso que julgo muito interessante, embora provavelmente exótico aos olhos do leitor. Após ter lido os dois volumes de Hugh Thomas ficou claro para mim, pelo volume de notas de rodapé referentes à uma mesma obra, que eu não teria o entendimento que buscava acerca do anarquismo espanhol sem ler seu autor, que Thomas citava muito: era Gerald Brenan em *The Spanish Labyrinth*. Nessa fase da vida (1988-1990) o anarquismo foi, para mim, a resposta digna que encontrei para o marxismo que, como disse anteriormente, comecei a repudiar cedo e por motivos que só faziam se acumular – talvez por isso a Queda do Muro e o próprio fim da URSS não tenham me impressionado, nem mesmo alteraram a ordem em que eu lia os jornais na época.

Brenan tratava da crise espanhola em perspectiva de média duração, daí sua importância para a obra de Hugh Thomas, que também buscava raízes mais distantes para a Guerra Civil. Entre muitas coisas interessantes em sua obra, Brenan citava viajantes ao sul da Espanha no começo do séc. XX que viram o anarquismo na Andaluzia e noutras regiões do Sul espanhol como um fenômeno mais próximo do fervor religioso do que da opção política – ele mesmo escreveria um relato autobiográfico de sua vivência no sul da Espanha, que li anos depois: *South from Granada. Seven Years in an Andalusian Village*, de 1957 (*The Spanish Labyrinth* era de 1943).

Os camponeses anarquistas daquele começo de séc. XX não buscavam ter parte no “luxo burguês”, pelo contrário, almejavam uma vida ainda mais miserável (dir-se-ia ascética) do que a que já viviam. Rejeitavam “mimos” como café e cigarros e acreditavam que, quando a revolução viesse, a própria Natureza se regeneraria: os homens falariam a língua dos animais, todos seriam vegetarianos e seria possível comer

os alimentos já cozidos diretamente da terra. Com fina ironia, Brenan lembrava aos leitores que “ninguém sabia explicar como essas coisas se dariam”.

Li o texto pasmo e fascinado. Li e reli: encontrei ali pela primeira vez o que viria a ser o tema de estudos de minha vida, a encruzilhada entre escatologia e filosofias especulativas da história (das quais o marxismo foi a mais infeliz, em minha opinião). Tal interesse me levou de novo ao livro de Daniel, aos Manuscritos do Mar Morto da minha infância e ao Braudel da juventude (pela “longa duração” entendida não em termos de estruturas econômicas, mas mentais).

Esse interesse era visto com muito bons olhos por meus professores e em especial por Marcelo Jasmin, e foi essa mesma curiosidade pelo suposto secularismo revolucionário como expectativa religiosa que me levou a outros livros que seriam essenciais na minha *Bildung*. Esses livros eram comprados por meu pai ou, em pouco tempo, com meu próprio dinheiro (já ganhava uns trocados dando aulas particulares). Os livros que foram – e ainda são – importantíssimos a partir dessa fase foram *O sentido da história*, de Karl Löwith, e *Na senda do milênio*, de Norman Cohn.

Em ambos encontrei o que viriam a ser minhas paixões acadêmicas: as filosofias “seculares” da história (que apenas trocavam Deus por outra abstração metafísica qualquer – a luta de classes, a ideia de progresso ou o que quer que fosse) e suas derivações mais ou menos imediatas em termos de movimentos sociais (que dependiam do nível intelectual de seus líderes, e, em última análise, de seus seguidores). Com isso, obras sobre Thomaz Müntzer e Joaquim de Fiore se tornaram leitura frequente e meu interesse pela Guerra Civil Espanhola passou a ser, na prática, um interesse pela encruzilhada entre pensamento político e suas matrizes religiosas.

Ao mesmo tempo, Löwith e ainda mais, Cohn, mostravam que a “materialização” dessa encruzilhada só se tornou possível inicialmente através da literatura apocalíptica.

E então, em função desse desdobramento vieram novos livros fundamentais para meu repertório: *Histoire et escathologie*, de Rudolf Bultmann; *Christ et le temps*, de Oscar Cullmann e *Escatología*, de um então professor de Teologia em Ratisbonne chamado Joseph Ratzinger de quem eu gostava cada vez mais¹. Esse repertório, somado ao livro que se tornaria meu “manual de conduta” como historiador (e que também “descobri” fora das disciplinas do curso), *Sobre o conhecimento histórico*, de Henri-Irenée Marrou, se tornaram leitura cotidiana em meus anos de graduação, sendo lidos, relidos e consultados.

Datam desse período também (fins de 1990 – início de 1991) minhas primeiras aproximações pessoais relativamente amistosas ao Catolicismo Romano, ao qual me “converti” plenamente anos depois. Por fim, meu interesse no nexos anarquismo andaluz e filosofias especulativas da história foi consolidado por outro livro que marcou muito minha juventude: *O curto verão da anarquia*, de Hans-Magnus Enzensberger; outro livro comprado, originalmente, por minha mãe.

Talvez tenha descoberto nessa época (1989-1991) algo muito mais decisivo do que as informações pontuais de toda essa literatura. Compreendi, como nenhum de meus colegas o faria (ou havia feito naquele tempo, de todo modo), que eu tinha em mãos *um tema, uma questão, um objeto* que poderiam ser estudados em qualquer um dos “nichos” curriculares: poderia estudar esses fenômenos em História Antiga, ou Medieval, ou no mundo contemporâneo, ou no Brasil e na América Latina. Meus colegas de curso continuaram presos ao “você gosta de História Antiga, ou prefere Medieval etc.”. Levei esse modo de pensar para sempre comigo e isso tornou-se um dos pilares de minha atividade docente e de orientação, e o afirmo sem menosprezo pela capacidade intelectual dos colegas que tive. Mas “gostar de História Antiga” não

¹ Coloco os títulos desses livros não nos seus originais, mas nos idiomas nos quais pude lê-los à época.

define nada – trata-se de estudar a República romana, as invasões celtas, os hábitos alimentares dos primeiros cristãos ou o quê? O período todo? Significa “gostar” igualmente, e com a mesma intensidade, da economia sumeriana e do saque de Roma pelos vândalos?

Desse modo, após a formação desse núcleo básico de referências (que incluíam, naturalmente, outros tantos livros que não cabe listar aqui), com a aprovação de Marcelo e muitas e muitas conversas com os professores que tive, consegui delimitar uma área de interesse. Grande, bem grande ainda e eu sabia disso: mas era *minha* e os futuros colegas e amigos que eu viesse a fazer academicamente viriam, metaforicamente, de “fazendas vizinhas” ao meu “terreno”.

Essa tornou-se para sempre minha “vizinhança” acadêmica. Bem antes da conclusão de minha Licenciatura, em fins de 1992, me dei conta de que não era nenhum gênio, mas que podia contar com essa segurança – a de saber bem em que área estava pisando, mesmo quando se tratava de informações ou bibliografia novas. É justo reconhecer aqui que fiz inúmeros colegas bem mais inteligentes do que eu, mas que se perderam, por questões pessoais ou por não terem sabido delimitar a área sobre a qual iriam fazer incidir seus esforços. Devo a seriedade com que tomei essa “norma de conduta” a Marrou: como historiador e como cristão, ele não se cansava de exortar seus leitores a “aproveitem o dia” e a se lembrarem de que eram homens, não deuses. Eu tinha a segurança de quem sabe onde começa e onde termina uma paixão acadêmica mas também sabia quais eram os limites de minha inteligência, de que ferramentas metodológicas eu dispunha e de quais não, e ainda de quais provavelmente precisaria no futuro (línguas antigas, por exemplo).

Meu débito para com a PUC-RIO não tem como ser pago – não fosse a generosidade da grade horária, a boa-vontade dos professores, uma biblioteca

esplêndida e a bolsa concedida após o falecimento de meu pai em 1991, minha vida teria tomado outro rumo qualquer. Não cabe aqui entrar no mérito da qualidade ou felicidade dessas vidas não-vividas: eu faria tudo de novo e mesmo que não seja comum num “Memorial” uma confissão tão pessoal e direta, direi que esses encontros – pessoais e teóricos tornados possíveis pela PUC-RIO – não foram gratuitos e sim, providenciais.

Concluída minha licenciatura ao final de 1992, prestei exame para a seleção de mestrado no Departamento de História da PUC-RIO e já sabia o que queria estudar, e com quem: as intersecções entre filosofias da história, movimentos milenaristas e escatologia em alguma obra ou autor específicos; logicamente, queria estudar essas coisas com Marcelo Jasmin que, à época, ainda não era doutor. Abriram uma exceção para nós dois e pudemos trabalhar juntos. No que diz respeito à Licenciatura, entretanto, é necessário lembrar de outros professores que não o Marcelo e que foram insuperáveis no que me ensinaram relativamente ao “dar aula” – como, porquê, técnicas a utilizar, erros a evitar, etc. Foram mestres no sentido mais generoso da palavra e a história de seu relacionamento comigo não pode ficar ausente deste “Memorial”.

No dia 5 de abril de 1991, uma sexta-feira, recebi ainda pela manhã a notícia de que havia sido selecionado para monitor (pago!) do Prof. Ilmar Rohloff de Mattos – talvez o maior especialista em Período Regencial até hoje, e certamente o era na época. Não que História do Brasil 1 (Colônia) ou 2 (Império), ambas ministradas pelo Ilmar, tivessem qualquer interesse especial para mim por seu conteúdo, mas Ilmar e eu nos entendemos de imediato como discente e professor quando fui seu aluno em 1990.

Criou-se então mais uma dessas “afinidades eletivas” que temos (quando temos) raras vezes na vida. Eu já havia decidido o que estudar profissionalmente (embora ainda estivesse, como disse antes, numa área bastante grande, tinha isso definido, o que já era

um começo) e agora iria aprender, com Ilmar e sua esposa, Selma Rinaldi de Mattos, como dar aula sobre meu tema ou sobre qualquer outro tema. Ilmar tornou-se meu “padrão ouro”.

Tornar-se monitor do Ilmar foi minha primeira conquista acadêmica pública, por assim dizer: a seleção propriamente dita havia ocorrido algumas semanas antes. Recebi a boa notícia e celebrei com Ilmar em torno das 10:00 da manhã daquele dia. Às 19:30 da noite eu já estava em casa. O porteiro interfonou e me mandou descer imediatamente: meu pai agonizava em frente ao prédio. Tomei ele em meus braços e o enfiei em nosso surrado Fusca. Fui buzinando e agitando os braços para fora do carro em meio ao engarrafamento daquele horário e, na linguagem não-escrita do trânsito, todos me deram passagem. Meu pai estava arfante e suas últimas palavras para mim foram:

“Vicentão, afinal saiu o resultado da monitoria? Ou estão te enrolando?”

Dei a resposta, o que menos me importava ali, que para meu pai, que sempre sustentou *todos* os esforços de seu filho, foi o que mais importou, até o fim.

Morando em Botafogo, procurei um hospital conhecido na Lagoa. Tirei meu pai do carro, tive tempo de vê-lo sendo levado para a UTI com um enfarte e, numa época sem celulares nem Internet, julguei melhor voltar para casa e informar minha mãe e minha então namorada do que havia ocorrido, às 19:50. Cheguei em casa aproximadamente 10 minutos depois: naquele horário eu vinha no contrafluxo, e a volta foi rápida e sem malabarismos.

Subi e, poucos minutos depois, após ter informado ambas, o telefone tocou. Era o cardiologista de meu pai comunicando que ele estava morto. Em menos de uma hora todas as minhas certezas, objetivos, lutas e escolhas perderam o sentido.

Passaram-se três dias até eu me lembrar de algo que aprendera muito cedo – que a vida só faz sentido se você a obrigar a ter um. Na segunda-feira, procurei

imediatamente Ilmar na PUC-RIO e lhe contei o que havia ocorrido. No ambiente congenial e ultra polido do Departamento de História, ele me levou de imediato ao seu escritório e mandou imprimir e colocar no quadro de avisos uma nota fúnebre em papel A4.

Então Ilmar tomou duas atitudes pelas quais serei eternamente grato. Primeiramente, me deu o afago do amigo, e na missa de sétimo dia de falecimento de meu pai a presença de professores e colegas da PUC-RIO foi maciça, o que incluía o próprio Ilmar. Alguns ainda eram de meus tempos no curso de Direito e mantemos nossa amizade ativa até os dias de hoje. A segunda atitude do Ilmar entendi apenas depois de algum tempo – ele começou a me sobrecarregar de trabalho num nível desproporcional e descabido para uma monitoria. Mesmo assim dei conta de tudo, o que incluía ministrar aulas (sempre sob a supervisão dele).

O que Ilmar buscou fazer foi me manter ocupado num momento em que o ócio teria sido – talvez literalmente – fatal. Dei duas aulas em seu curso de Brasil 1 – as primeiras aulas públicas e pagas de minha vida; o tema era a economia colonial percebida em termos de “ciclos econômicos” na obra de Roberto Simonsen. Ao final da segunda das duas aulas, saí da frente do quadro e Ilmar reassumiu a turma. Eu havia preparado tudo com cuidado, mas evitei lançar mão das notas durante o decorrer das aulas.

Retomando a regência de turma, Ilmar voltou-se para os alunos e mostrou-se falsamente enciumado, fazendo um gracejo: “Olha, não gostei do que vi. Vocês visivelmente gostam mais da aula do Vicente do que da minha!”. Rimos todos. Não se tratava de uma aula “melhor”, nem teria como ser, mas procurei desenvolver logo nos cinco primeiros minutos de aula empatia com todos: *break the ice* (“quebre o gelo”), como dizia meu pai, professor de Inglês na rede pública do Rio de Janeiro, recordemos.

Depois dessas duas aulas iniciais dei várias outras, em Brasil 2 e mesmo noutros cursos, a pedido dos professores – sempre tentando vencer a timidez e lembrando, como Marrou, que conhecimento não-transmitido é o mesmo que conhecimento morto. Era como um mote para Marrou: utilizar bem o tempo de que dispomos em vida. Ninguém vive para sempre e mesmo que isso fosse possível, eu já havia me convencido de que a minha vida seria uma vida *didática*: não bastava saber, era preciso saber como passar o conhecimento.

Quando penso na arrogância de tantos outros acadêmicos com quem esbarrei na vida, me faço recordar sempre que, no fim das contas, um dia de aula bom é o melhor dia que eu posso ter. Mesmo Ilmar não se limitava a “supor” a maturidade maior (ou supostamente maior) do aluno universitário, pelo contrário, seu exemplo e prática (somados aos que eu lera em Marrou e, em certa medida, em Weber) me relembram dessa dignidade modesta de que o ofício docente deveria sempre se revestir, do maternal ao pós-doutorado. É a dignidade de quem faz da própria vida uma vida de serviço, como Ilmar, Selma, Marcelo e muitos outros fizeram. Se eu mesmo não tiver alcançado esse patamar, terá sido por conta de minhas próprias limitações e nunca pela falta de bons exemplos.

Dito tudo isso, o contraste com as quatro primeiras disciplinas obrigatórias da Licenciatura não podia ser mais desanimador. As turmas eram sempre uma malta incongruente de graduandos de todos os cantos – História, Geografia, Letras, um ou outro de exatas, um aqui e outro ali buscando obter a “Licenciatura Plena” depois de anos ou décadas parados. O clima era de “desencarnação de ideias” – teoria sem prática, malabarismos psicopedagógicos sem alunos que pudessem comprovar sua eficiência na prática e que só faziam sentido – generosamente falando – entre as quatro paredes daqueles cursos.

Todavia, quando descobri, naquele período entre fins de 1988 e começo de 1990, que dedicaria toda a minha vida à docência, parei para fazer as contas concretas relativas a quanto tempo eu teria de passar como professor no ensino médio ou fundamental até que tivesse uma oportunidade no ensino superior. Eu necessitaria, numa estimativa otimista por minha parte, de pelo menos dois anos para o mestrado e, durante esse tempo, teria de complementar minha renda dando aulas noutros segmentos de ensino, se necessário fosse. Meus pais sempre foram claros quanto a isso: me apoiariam (como de fato apoiaram) com os melhores recursos de que dispusessem até eu concluir a graduação, qualquer que fosse o curso escolhido por mim. Depois disso, a “bola” estaria em definitivo comigo e eu teria de obter meu próprio sustento. Essa foi uma ideia sensata e que me ajudou a organizar meus prazos acadêmicos e pessoais.

Portanto, a Licenciatura era prioridade diante do Bacharelado: sem ela eu não teria os recursos necessários para meu sustento durante o mestrado. “Um sacrifício necessário”, pensei.

Não podia estar mais errado.

A quinta disciplina necessária para concluir a Licenciatura em História na PUC-RIO era completamente diferente das anteriores; não se assemelhava ao que tinha visto nas matérias da Pedagogia (que era responsável pelas primeiras quatro) em nada.

A disciplina chamava-se, apropriadamente, “Prática de Ensino” e era ministrada pela esposa de Ilmar, a Profa. Selma Rinaldi de Mattos – um doce de pessoa e profissional incomparável, tanto para nós na PUC-RIO como em seus tempos de professora de ensino fundamental e médio em grandes colégios no Rio de Janeiro nos quais, por coincidência, tive duas amigas que foram suas alunas. Portanto eu já sabia o que esperar de Selma, ao entrar no curso de História da PUC-RIO.

Com Selma meu entendimento foi tão imediato e bom como com Ilmar. As tarefas que me aguardavam eram comparativamente simples: eu tinha de dar uma aula sob a avaliação dela no Colégio Teresiano, que é o colégio de aplicação da PUC-RIO, e teria de produzir algum tipo de material didático inédito. Para dar aula no Teresiano era necessário o entendimento e parceria com algum professor daquele colégio na área em questão, no caso História.

Escolhi como “tutora” Silvia Patuzzi, que viria a ser grande acadêmica no estudo da obra de Giovanni Pico della Mirandola; na época, meados de 1992, ela estava engrenando nesse campo. Silvia era uma italiana pequena, muito simpática e cheia de energia. Ela me apresentou a uma sétima série sob sua responsabilidade em setembro de 1992.

Rapidamente busquei me entrosar com o corpo docente do colégio (em especial nos intervalos) e procurei absorver tudo o que via e ouvia. Teria tempo para separar o joio do trigo depois.

Naquele momento do ano e naquela turma em particular, Silvia dava aulas de História Medieval – uma área que me atraía em princípio, numa turma mista com talvez 30 alunos, todos variando entre os simpáticos e os que francamente gostavam de mim. Tinha novamente uma turma do meu lado, mediante o uso da mesma técnica de galvanizar simpatia que empregara nas aulas do Ilmar, quando fui seu monitor.

Em suma, a “Prática de Ensino”, com Selma como professora responsável no Departamento de História e Silvia no Teresiano, em breve tornou-se muito melhor do que mera obrigação – tornou-se um prazer à altura de outros em minha vida de estudante ou mesmo de minha vida privada.

A avaliação da disciplina, como disse acima, consistia de uma prova de aula e da avaliação do material didático produzido pelo aluno. A aula seria de História Medieval

(era o conteúdo da turma de Silvia, afinal) e, portanto, o material didático a ser produzido também seria ligado ao medievo. Segui também nisso o conselho de meu pai – “some seus próprios esforços”; “nunca faça nada que não conduza a nada”, ele sempre dizia. Pensei, portanto, em duas coisas.

Em primeiro lugar, era necessário dar apenas uma aula valendo nota. Não podia correr riscos pois era uma chance apenas (isso valia para todos, evidentemente, ainda que fôssemos uma turma pequena de talvez cinco pessoas). Mas nada me impedia de dar mais de uma aula, desde que o docente responsável aceitasse, no caso a Silvia; achei que seria bom fazer vários testes antes da aula de avaliação – isso me daria um balizamento prévio sobre o que melhorar e certamente me deixaria mais calmo no dia da avaliação para valer.

Silvia me deu carta branca: ela gostou das aulas que dei além do mínimo necessário. A turma também gostou e, para um tímido como eu, surpreendentemente eu mesmo gostei da experiência. Acabei dando não uma, mas treze aulas naquela turma.

A aula de avaliação – ou seja, comigo dando a aula toda, com Silvia num canto e Selma anotando tudo – terminou muito bem; tão bem que a garotada me aplaudiu, pedindo que Selma me desse uma nota dez. Achei muito tocante, vi que tinha cumprido muito mais do que o obrigatório (treze vezes mais), com sucesso na didática e no conteúdo. Missão cumprida.

Faltava o material didático inédito. De novo, busquei aproveitar o que já tinha e logo me veio à cabeça uma ideia: o lado eslavo, ou centro-europeu, da família (por parte de pai) tinha uma linhagem longa e ininterrupta de jogadores de xadrez (todos ruins), incluindo eu mesmo. Nenhum campeão, apenas gente animada que jogava em clubes. Procurei então algo relacionado ao xadrez medieval que eu já sabia ter sido muito utilizado como metáfora para a vida e a morte.

Busquei o livro de Harold R. R. Murray, *A History of Chess*, e encontrei uma fonte primária interessante em latim, que cairia muito bem como material didático, inclusive na turma em que eu dava aula. Era a *Moralitas de Scaccario* ou “Moralidade do Xadrez”, texto medieval que tratava da vida e da morte por analogia com o tabuleiro de xadrez, as peças e seus movimentos.

Adapte o texto com as ressalvas necessárias ao modo de jogar medieval – o xadrez como o jogamos hoje é uma invenção renascentista, ou *Scacchia alla rabiosa* (“Xadrez à moda furiosa”) –, com a Dama sendo a peça mais forte e os Bispos correndo por quantas casas puderem até encontrarem peça amiga, bloqueio ou peça a ser tomada.

No xadrez medieval a Dama era a peça mais fraca e os Bispos moviam-se na diagonal duas casas por vez, pulando uma delas, mas isso nada impedia o conteúdo desse texto eclesiástico de ser utilizado como material paradidático em sala de aula. Fiz meu projeto (texto, tradução e exercícios) e obtive também aqui nota máxima com a Selma.

Ao mesmo tempo, me preparava para a seleção de mestrado da PUC-RIO, que ocorreria no início de dezembro de 1992. Eram 15 vagas para 61 candidatos, e passei em quarto lugar. A essa altura já era licenciado e deixei a monografia para 1993.1, quando já estivesse no mestrado. Era uma opção pouco ortodoxa mas correta face à prioridade da Licenciatura. Devo dizer ainda relativamente a essa época que mais importante era o fato de eu ter saído da graduação já empregado.

Numa quinta-feira de muita chuva em outubro de 1992, um funcionário amigo da biblioteca da PUC-RIO, o Beto, me perguntou como quem não quer nada se eu gostaria de dar aula na 6ª e 7ª séries do Colégio Anglo-Americano. Seria na unidade que então existia dentro de um condomínio na Barra da Tijuca, o Nova Ipanema. Nunca gostei da Barra nem de seus condomínios, mas não iria deixar passar uma chance como essa.

Eu disse então que a ideia me agradava e ele me mandou procurar a sua esposa, coordenadora pedagógica no Anglo-Americano. Minutos depois eu já estava dirigindo no temporal a caminho da Barra; logo depois conversei com a coordenadora e estava acertado (informalmente) como terceiro professor do quadro de História do colégio para 1993. Mais um ponto conquistado: final de graduação emendado com mestrado (com bolsa), emprego certo para o ano letivo seguinte e, principalmente, tudo sem necessidade de experiência prévia. O Anglo-Americano estava longe de ser o melhor colégio do Rio de Janeiro, mas certamente não era o pior; diria mesmo que estava mais próximo dos bons.

Julguei ser um bom começo e, ao receber minha primeira bolsa e meu primeiro salário (para apenas nove tempos semanais), fiquei pasmo – era mais dinheiro do que eu jamais tivera. Como disse ao princípio deste “Memorial”, esta não é a história do menino pobre que enriqueceu, mas tampouco é a do *playboy* nascido em berço de ouro para quem o salário é irrelevante.

Mestrado e docência

Voltando ao meu percurso de pós-graduação, iniciei minha pesquisa com Marcelo Jasmin no começo de 1993. As matérias do mestrado foram, em sua maior parte, irrelevantes com relação ao tema de pesquisa que eu escolhi. Uma coisa, porém, mudara radicalmente de 1988 até 1993: o acesso aos livros e artigos estava muito mais fácil. Isso talvez tenha sido uma mudança mais radical no Brasil do que noutros países.

Como exemplo de como era comprar um livro estrangeiro antes de 1992, tomemos a obra já citada de Gerald Brenan (*The Spanish Labyrinth*): recebi o livro como presente de meu pai em começos de 1989, a um preço extorsivo e um prazo mais abusivo ainda, usando a “moeda” das livrarias da época, o “dólar-livro”. Com a inflação e os impostos, um *paperback* surrado como esse tinha um custo considerável e a encomenda chegaria apenas uns seis meses depois. Cartões de crédito de uso internacional eram privilégio de muito poucos.

Em 1993 um cartão desses não era nada de excepcional – ainda não existiam as compras instantâneas do mundo de hoje, mas as encomendas eram mais fáceis e os preços comparativamente razoáveis. Ainda outra revolução silenciosa ocorrera nesse meio-tempo: o computador pessoal com sistema operacional Windows, que passou a compensar tanto pelo custo baixo como pela facilidade de operação.

Eu já tinha experiência com computadores pessoais desde meados de 1989, quando tive meu primeiro emprego com carteira assinada numa editora no Centro do Rio (turno da noite), onde trabalhávamos com Apple Macintosh. Lá aprendi a fazer revisão de texto, diagramação e até fotolitos para outras editoras e revistas. Fiquei nessa empresa por seis meses, e a experiência com os Macintosh seria muito útil com a popularização do Windows.

No entanto, em 1989 os PCs ainda estavam usando o infame DOS que, francamente, nunca julguei ser uma opção de trabalho útil. Me mantive longe dos computadores pessoais até 1994, não por prevenção ludita mas por razões práticas. Somente quando adquiri um IBM que rodava Windows 3.1 passou a valer a pena, em minha opinião, trocar uma máquina de escrever eletrônica decente por um computador pessoal.

Voltando ao meu trabalho de pesquisa, permaneci coerente a meus interesses desenvolvidos na graduação e, desejoso de estudar algum texto que se situasse entre o Iluminismo e o Romantismo alemão, escolhi *Die Lebensalter*, de Friedrich W. J. Schelling (1775-1854). Foi uma decisão da qual me arrependeria em pouco tempo.

Para ter acesso às obras de Schelling recebi a ajuda generosa de outro professor da PUC-RIO, Luiz Costa Lima (que além de professor era dono de uma das melhores livrarias do Rio de Janeiro, a Marcabru, na Gávea). Ele teve um gesto de generosidade característico para comigo: me emprestou, sem prazo para devolução, as obras completas de Schelling (creio que em edição da Suhrkamp-Verlag). “Leva, você não está em condições de comprar isso agora. Não tenha pressa em me devolver”. Vindo de qualquer pessoa já seria um gesto excepcionalmente gentil, mas em se tratando de um dono de livraria, ainda mais; coisa de pai para filho.

Escolhi Schelling tanto por ser um Romântico alemão quanto por gosto pessoal. Sempre gostei do movimento e período, como disse antes, e autores como Goethe e Kleist sempre foram muito lidos por mim; tanto o *Fausto* na versão de Goethe como *Michael Kohlhaas*, de Kleist, formaram bastante meu gosto literário. Mais tarde passei a preferir o *Fausto* de Christopher Marlowe, mas isso é outra história. Voltando a Schelling, me parecia uma boa opção por ser representante do Romantismo alemão, bem menos estudado do que Hegel (que eu detestava e que, como Foucault, achava

incompreensível – muitos outros achavam o mesmo mas, como no caso de Foucault, só tivemos a coragem de declarar isso publicamente depois de formados), numa língua que eu dominava (o alemão), numa escrita que eu também conhecia (o gótico Blackletter) e autor de um sistema especulativo da história pouco estudado (o termo “meta história” ainda não era de uso frequente). Era menos “surrado” do que Kant (que não era um romântico, de todo modo) e Hegel, e principalmente não suscitou a aversão pessoal e acadêmica que este último e Fichte me causavam.

Eu achava Hegel um falastrão atrapalhado, e mais tarde vi que Karl Popper tinha muito mais a dizer sobre isso – percebi que não estava sozinho em achar que Hegel oscilava entre o incompreensível e o plagiatório. Sabia também que Schelling e Hegel eram, além de inimigos pessoais, autores de sistemas de filosofia da história bem diferentes.

Mas a leitura de Schelling não rendia. Se eu achava Hegel abstruso e palavroso, não tinha visto nada – Schelling era muito pior. Levei quatro meses para ler um mísero parágrafo de sua *Lebensalter*, e isso não se devia nem ao idioma nem à tipografia gótica “de verdade”. Nunca tive esse problema ao ler Kant nas mesmas condições – então, o que estava acontecendo?

Marquei uma reunião com Marcelo em maio de 1993 e decidimos que se em mais 30 dias eu não avançasse na leitura e interpretação de Schelling (no caso, qual a relação entre sua filosofia da história e o esquema teórico das três “idades do mundo” de Joaquim de Fiore, o monge do séc. XIII) iríamos parar o trabalho e reavaliar as possibilidades que se deparavam diante de nós.

Naquele tempo, como hoje, sou em grande medida “dono” de meu próprio tempo, algo que sempre me atraiu na profissão embora me assustasse ao mesmo tempo – ou você tem disciplina e faz o que tem de ser feito, ou não tem e ninguém virá te cobrar.

Portanto, dei uma pausa na leitura infrutífera de Schelling e tirei uns dias na biblioteca da PUC-RIO para avaliar outros temas possíveis dentro do que já havia imaginado fazer, agora tendo Marcelo como orientador. Os parâmetros que eu me impusera para o tema de mestrado eram os seguintes: o autor principal a ser estudado teria que ser um “re-leitor”, de modo tácito ou explícito, de Joaquim de Fiore; e teria também de ser um autor alemão do fim do séc. XVIII ou começo do séc. XIX.

Schelling se encaixava nesses requisitos, como visto, mas seu texto não ajudava. Eram tardes inteiras para ler e entender uma mísera linha, por vezes menos. Mesmo tomando quantidades industriais de chá e café, a leitura não andava. Eu “piscava” e cochilava em cima do texto, o que não era o meu normal para outras leituras, mesmo se considerarmos que os textos não são todos de igual compreensão, nem atendem ao mesmo propósito. Ainda assim Schelling me pareceu, em termos de fluidez, uma versão piorada de Hegel. Além disso, estudar Kant (mesmo indo além da “ideia de história universal de um ponto de vista cosmopolita”, texto já bem batido para todos nós na graduação) em seus outros e interessantes textos que fossem relativos à filosofia da história também estava fora de cogitação (até seu texto sobre o terremoto de Lisboa em 1755 continha reflexões meta históricas, mas nem esse texto nem outros de extensão similar despertaram meu interesse como tema de pesquisa intelectual).

Então, noutro desses encontros providenciais, esbarrei (literalmente) numa das estantes da biblioteca: lá estavam as *Obras Completas* de Gotthold E. Lessing (1729-1781) – contemporâneo de Kant na *Aufklärung*, ou Iluminismo alemão. Peguei o índice geral, sem maiores pretensões, embora já tivesse alguma ideia do que poderia encontrar; afinal, Lessing também havia composto a sua própria filosofia especulativa da história, ainda que eu nada tivesse lido a respeito até então. Sabia apenas da referência.

Foi uma leitura surpreendente. Localizei no índice geral o que havia de filosofia especulativa de história e numa tarde, sem exagero, eu li (e entendi) tudo, também em alemão e em tipo gótico. Por coincidência a editora que publicou as obras completas de Lessing era a mesma pela qual eu viria a publicar meu primeiro livro no estrangeiro (Walter de Gruyter), mas isso nem me passava pela cabeça naquele ano de 1993.

Como disse, li rapidamente os trabalhos de Lessing em filosofia especulativa da história e percebi que o texto chave era *Die Erziehung des Menschengeschlechts* (“A educação do gênero humano”). Texto simples, elegante e direto, separado por parágrafos que muito facilitaram a leitura e, posteriormente, a citação. Saí da biblioteca encantado e muito satisfeito: não podia haver contraste maior com o texto anterior, de Schelling. Procurei Marcelo de improviso e dei as boas novas, então concordamos imediatamente com a mudança de fonte, de Schelling para Lessing.

Disse acima que a maior parte das matérias (seis, ao todo) que cursei no mestrado foram irrelevantes, mas nem todas – pelo menos duas foram instrumentais em tudo o que fiz depois. Ao mesmo tempo em que eu mudava de autor e de fonte (mas não de problema e foco), Marcelo ministrava um curso no mestrado que problematizava tudo aquilo que eu, inocentemente, dava por certo e natural – a ideia de “influência”, tão importante para mim. Esse curso me fez pensar de modos diferentes acerca dos objetos sobre os quais me debruçava. Em especial, o contato com a obra de Quentin Skinner mudou muito minhas ideias – *Meaning & Understanding – Quentin Skinner and his Critics*, editado por James Tully –, continha questões seminais de Skinner e respostas às mesmas. Era um clima intelectual bem diverso do que eu havia encontrado nas leituras de graduação, onde praticamente todos os textos eram de autores da Escola dos *Annales*. Enquanto ia me aprofundando num jeito para mim totalmente novo de estudar as ideias de determinado autor, lia também Dominic LaCapra (que tinha um *approach*

diferente) e, por minha conta, voltei a Collingwood e o livro de Louis Mink sobre seu sistema filosófico, polímata que era Collingwood.

Pocock também não faltou nesse curso do Marcelo, o que aumentou meu repertório para lidar com a história das (grandes) ideias. Resumindo, as leituras dessa disciplina me fizeram ver de modo cada vez mais crítico o problema da “influência” de A sobre B – fosse de Joaquim de Fiore sobre Lessing ou em qualquer outro caso dado. Essa abordagem permaneceu comigo desde então, visto que pode ser aplicada a qualquer estudo (com respostas diversas, evidentemente). Para mim tudo isso era uma nova dimensão relativamente aos temas que havia decidido estudar profissionalmente.

Aqui convém uma pausa de modéstia e reflexão: do mesmo modo que meu percurso pessoal não foi de uma ponta do espectro social até a outra, este “Memorial” tampouco é o relato vanglório de um sucesso após o outro. Houve derrotas na graduação, no mestrado, no doutorado (como veremos) e outras mais no decorrer do exercício profissional e é justo que elas figurem aqui, quando relevantes.

Em 1993 iniciei minha carreira profissional propriamente dita, como docente e como pesquisador. Vivia, conforme combinado pela família, com meu salário e com minha bolsa. Tinha um emprego com carteira assinada num colégio razoável e bem conhecido e também recebia uma bolsa como pesquisador – eu era tão profissional quanto podia ser, considerando a idade e a época. Cabe aqui uma visita ao lado docente de minhas atividades após a graduação.

Percebi logo que o ambiente docente no Anglo-Americano não era dos melhores. Pouco se lia e menos ainda se discutia; os professores eram todos (com uma exceção além de mim mesmo) marxistas e eu já havia repudiado tanto o marxismo quanto o anarquismo há bom tempo. Me aproximava cada vez mais do parlamentarismo monárquico, talvez em parte pela leitura da obra de José Murilo de Carvalho e por sua

presença muito frequente na PUC-RIO (depois soube que nós dois éramos vizinhos de rua, por ele dar aula no IUPERJ, e vi que frequentávamos o mesmo bar em Botafogo). José Murilo era um crítico duro, mas inteligente, dos *Annales*.

Como norma, na sala dos professores do Anglo-Americano reinava um esquerdismo vulgar e bem tosco. Quando alguém era flagrado com um livro (e nunca era livro acadêmico), o máximo que se via era um Paulo Coelho ou algum título de autoajuda, amiúde um livro espírita (sem preconceitos contra o espiritismo, com o qual me envolveria profissionalmente mais tarde e no qual tenho vários adeptos na família estendida – mas aqui, como em tudo o mais, existe a literatura boa e a ruim). Com a direção e coordenações, o clima era de intriga permanente e não se podia confiar em ninguém.

Para piorar, demorei a me acertar em termos de disciplina e fluidez com as turmas – não estava mais no ambiente protegido e acolhedor da “Prática de Ensino” no Teresiano. No Anglo-Americano eu me sentia como uma peça descartável numa máquina de funcionamento meio duvidoso. Como sempre, busquei manter um *low profile* mas, após uma sucessão de broncas duras numa aluna de uma das minhas sétimas séries (instigadas por um colega de caráter questionável), tirei minha primeira grande lição como profissional em sala de aula: nunca confie nos relatos ou opiniões de outros. Veja sempre por si mesmo, como pregavam Tucídides, Políbio e demais historiadores antigos. Por sinal, Marrou havia ensinado a mesma lição com relação às fontes primárias – não confie nos relatos em segunda mão. Voltarei ao tema, noutras circunstâncias.

Essa aluna, alvo de broncas injustas, acabou se revelando uma das melhores da turma – mais, foi a única naquela turma a me defender quando os alunos, em grupo, se manifestaram contra mim sem terem razão. A menina disse em alto e bom som: “Vocês

estão mentindo! Isso e aquilo são coisas que nunca ocorreram e que o Vicente nunca fez”. Sentimental que sou, segurei as emoções na hora e fui me desculpar com a aluna em privado e, depois, conversar com a turma. Seguindo desse episódio, meu gosto e tranquilidade no magistério foram crescendo, como também crescia a aversão à sala dos professores no Anglo-Americano.

Todavia, eu tinha um colega, e apenas um, que era meu amigo de fato e com quem a conversa fluía, podíamos falar à vontade e era uma pessoa inteligente. Era um professor de Português, um pouco mais velho do que eu, chamado Flávio. Muito culto e também elegante, sempre de *blazer* e calça social, meticuloso com as combinações que usava. Ele era também o único afrodescendente no corpo docente todo.

Num dia de setembro de 1993 tínhamos ambos uma “janela” na grade horária (sempre matinal) e o Flávio me perguntou à queima-roupa na sala dos professores: “Vicente, isto aqui, para você, está sendo um grande começo. Mas você não pensa em algo melhor para o ano que vem? Gostaria de dar aula no Colégio Bahiense?”

Dei um pulo na cadeira, como num desenho animado. Era como mudar de uma equipe de corridas medíocre de meio de pelotão para uma equipe de ponta, usando uma metáfora esportiva. Perguntei ao Flávio: “Claro! E como faço isso?”, “Você está de carro?”, “Sim”, “Pois vamos dar uma volta”.

Então fomos de um canto a outro da Barra da Tijuca, para o Itanhangá, onde havia uma unidade do Bahiense. Flávio conhecia todo mundo ali, incluindo o proprietário, Prof. Norbertino Bahiense – que estava por acaso no local e em sua sala particular, onde me recebeu. Foi outra dessas afinidades imediatas: o Prof. Bahiense me tratou logo como um avô trata o neto. Como adicional, ele tinha uma admiração enorme pelo Ilmar (da PUC-RIO), que também havia trabalhado no Bahiense, unidade da Gávea, noutros tempos.

O “velho” Bahiense gostou muito de mim e eu dele: me explicou que em 1994 iria abrir uma unidade no Recreio dos Bandeirantes (espécie de continuação da Barra). Disse que iria precisar de professores de História, no mínimo quatro e talvez cinco e também que todos os professores, de todas as disciplinas, seriam selecionados por concurso (exceção feita aos transferidos, é claro: ele não iria começar sua nova unidade só com neófitos). Aceitei na hora a proposta: quando se é jovem nada parece difícil. Em retrospecto, decisões como essa me soam, hoje, assustadoras pelo salto no escuro que implicam. Não é arrependimento, é a sensação de que no fundo eu não sabia que riscos corria de fato.

Fiz a prova num sábado, fins de 1994, e passei em terceiro, com cinco selecionados para a disciplina de História. Já ao conversar com um dos aprovados percebi que era outro ambiente, totalmente diferente do Anglo em todos os aspectos. Ficou uma bênção de meu primeiro ano profissional no Anglo-Americano: muitos de meus alunos de lá “migraram” para o Bahiense (diria mesmo que em massa) e, desse modo, fiquei com talvez 70% deles ao longo de meus quatro anos no ensino médio e fundamental. Foram quatro anos e não os dois que eu havia imaginado inicialmente, mas, em compensação, foram muito melhores do que eu poderia conceber. Meu gosto pela docência foi crescendo junto com o afeto dos alunos, muitos dos quais são meus amigos até os dias de hoje. Como exemplo da evolução dessa relação, basta dizer que no Bahiense eu tinha cinco turmas a qualquer momento dado (devo explicar que ainda por cima fui “subindo” junto com elas, desde o Anglo-Americano: 1993 na sétima, 1994 na oitava, 1995 e 1996 nos dois primeiros anos do ensino médio) e, em 1996, tive cinco festas “surpresa” de cada turma em meu aniversário. Quando saí do Colégio Bahiense e do Rio, no final de 1996, as cinco turmas se reuniram num espaço maior (eram mais de 200 pessoas) e fizeram um churrasco de despedida.

Entre os professores, no Bahiense encontrei o melhor ambiente possível em todas as divisões do colégio – do dono até os funcionários, dos coordenadores aos alunos. Com os rapazes minha conexão se dava pelos gostos em comum nos jogos de computador; com as meninas, pelo fato de amiúde elas namorarem rapazes da minha idade ou mais velhos do que eu e volta e meia pedirem uma conversa, um conselho. Num clima tão favorável, várias vezes fui chamado para, informalmente, resolver os problemas disciplinares de outros professores (mudança significativa quando penso naqueles primeiros dias de confusões no Anglo-Americano). No corpo docente, havia vários doutores e era normal a presença de mestres, caminho que eu mesmo trilhava.

Com esse ambiente tão propício, formamos uma “confraria” que saía para beber, infalivelmente, toda sexta-feira depois do término das aulas. Era muita conversa boa, muita troca de amizades e, evidentemente, muitos chopes gelados pelo Rio de Janeiro todo – íamos por vezes até os subúrbios do Rio atrás de algum botequim de nomeada. Isso durou durante toda a minha permanência no Bahiense, de 1994-1996, e não era raro o “velho” Bahiense nos acompanhar a este ou aquele bar. Era, a seu modo, um homem sem ostentações, embora propenso a explosões de mau-gênio.

Como cereja do bolo, tive uma aluna mais do que especial que me acompanhou durante essa trajetória, do Anglo-Americano, onde a conheci aos seus treze anos de idade, até o Bahiense. Essa aluna se tornou um dos orgulhos de minha carreira e seu nome é Luiza Larangeira da Silva Mello. Fez História também na PUC-RIO e hoje é professora da UFRJ, coordenando o programa de pós-graduação em História. “Luizinha”, como a chamo até hoje, dizia que as “influências” teóricas em sua formação foram eu mesmo e Ricardo Benzaquém de Araújo, o “Ricardinho” de saudosa memória, de quem não pude ser colega nem aluno embora tenha sido meu amigo.

As tardes de conversa que tive com a Luiza foram muitas e ela tinha a leitura e formação de um adulto, aliadas à capacidade de entender facilmente abstrações. Talvez esse tempo acompanhando Luizinha e meus demais alunos, que eram majoritariamente os mesmos ano após ano, fosse um ciclo se fechando. Gosto, modestamente, de imaginar que tive na vida da Luizinha o papel que Arno Vogel teve na minha.

Enquanto essas coisas aconteciam em minha vida docente, na pós-graduação da PUC-RIO o ambiente entre os alunos não era nada bom (em contraste com o ambiente de afabilidade e amizade com os professores). Era um clima permanente de malícia, de preconceito com os alunos ouvintes de outras instituições (notadamente os da UERJ, pejorativamente chamados de “suburbanos”) e de ciúmes nas relações entre alunos e destes com os professores. Também aqui optei por manter um *low profile* e, de um modo ainda mais acintoso do que na graduação, saí do mestrado da PUC-RIO sem ter feito amigos.

Concretizada a troca de autor (de Schelling para Lessing) e de fonte (de *Die Lebensalter* para *Die Erziehung des Menschengeschlechts*), posso dizer que o percurso que conduziu ao final do mestrado foi tranquilo. As referências de Lessing ao trinitarismo joaquimita eram oblíquas mas inequívocas: restava a tarefa laboriosa porém interessante de ver o que Lessing tinha, ou teria, de fato lido do joaquimismo para compor *Die Erziehung des Menschengeschlechts*. Novamente era a questão da “influência”, que eu havia aprendido a tratar sem leviandade com Marcelo Jasmin – ele mesmo um estudioso das “grandes” ideias de Alexis de Tocqueville. Depois de “vacinado” por Skinner e Pocock principalmente, adotei como postura pessoal de método jamais falar de “influência” de um autor sobre outro se não encontrasse citações diretas, referências indiretas ou oblíquas ou, por fim, se eu não tivesse algum indício muito concreto de que o autor em questão lera o outro, que o teria influenciado. Para

essa última, naturalmente, depende-se de um acervo organizado e conservado que revele o que o autor “influenciado” teria lido; uma biblioteca pode preencher esse vazio, embora não garanta que seu dono tenha de fato lido o que está nas estantes.

Por sorte eu dispunha desse acervo e de um certo amigo de infância, Marcelo Klötzle, que estava fazendo seu doutorado na Alemanha na mesma época em que eu fazia meu mestrado (creio que ele estava baseado em Munique). Por meio da biblioteca da PUC-RIO pude adquirir os livros que tratavam da formação intelectual de Lessing e, assim, pude fazer uma lista bem completa do que ele lera, ou presumivelmente lera, para compor “A educação do gênero humano”. Feita a lista, pedi ao Marcelo Klötzle que me enviasse as cópias do que pudesse, e ele mandou muita, muita coisa. Pude elaborar a lista com mais apuro e ver, em resumo, que Lessing havia tido contato com o joaquimismo por fontes secundárias; a lista e seu comentário (e claro, o agradecimento ao meu amigo Marcelo Klötzle) encontram-se em minha dissertação de mestrado.

Defendi minha dissertação no que era, para a época, prazo rápido, pois a CAPES estava instituindo a regra da defesa com bolsa em menos de 36 meses, o que gerou um rebuliço entre muitos alunos da pós-graduação da PUC-RIO. Defendi em 32 meses, ou seja, em agosto de 1995 (a CAPES dava, na época, um “prêmio” para quem fizesse isso, que era um mês de bolsa extra). Na banca, além de meu orientador, Marcelo Jasmin, estavam Luiz Costa Lima e o saudoso Manoel Luiz Salgado Guimarães, de quem me tornei amigo.

Mas o mais especial no dia da defesa foi o público: a sala ficou lotada pelos muitos alunos do Bahiense que sabiam quando seria a defesa, e outros tantos ficaram do lado de fora. Foi um grande dia e, confirmando a sinergia entre eu e Marcelo, almoçamos juntos antes da defesa e – como costumava acontecer – um olhou para o

outro e já sabia o que vinha. Marcelo notou uma alteração (ruim) que eu havia feito após a última versão que vimos juntos e comentou, na mesa do almoço: “Vicente...”, “Já sei. É sobre o LaCapra né?”, “Exatamente. Por que você o colocou, sem me avisar, junto do Pocock na página tal? Não faz sentido. E você deveria ter me avisado.”

Eu sabia que tinha errado, e fiquei pensando no que a banca perguntaria: pois foi exatamente essa associação equivocada entre Pocock e LaCapra o alvo da intervenção do Manoel, e era ainda prova do quanto eu e Marcelo trabalhávamos afinados um com o outro. Mesmo assim, a defesa foi bem-sucedida, a dissertação depositada e agora viriam as opções para o doutorado, de 1996 para a frente. Todavia, esse final de 1995 revelou-se o final de um ciclo muito bom que chegava ao fim em várias áreas da vida.

Um pouco antes da defesa de minha dissertação o “velho” Bahiense fora diagnosticado com um tumor maligno no cérebro, fazendo com que se afastasse do comando do Colégio. Mal isso aconteceu e seus herdeiros, cuja claqué não era a minha, me rebaixaram de todas as funções que tinha no Colégio (eu também desenvolvia *software*, e portanto o Bahiense “comprara” todas as minhas manhãs e duas tardes, me concedendo vencimentos consideráveis e ainda um décimo-quarto salário, que só os mais próximos do “velho” tinham). Pior, fizeram isso na véspera de Natal de 1995, o que era um prazo ilegal para comunicar redução de carga de professor. Dois anos depois, já morando em Brasília, acionei judicialmente o Colégio Bahiense com sucesso. Mas quando isso ocorreu meu amigo, o Prof. Bahiense, já havia falecido há alguns anos.

Isso tudo, mais a conclusão do mestrado e o consequente fim da bolsa, significava uma redução de 80% dos meus vencimentos para 1996. Uma perspectiva nada animadora que fez de 1996 um dos anos mais difíceis de minha vida, embora coroado por um êxito muito importante.

Depois da defesa de mestrado mantive meu cotidiano de uso da biblioteca da PUC-RIO e continuei a encontrar meus antigos professores e alguns amigos. Um dia em 1996 um deles me procurou para dizer que haviam aberto um edital para prover uma vaga de professor permanente em História Antiga no Departamento de História da Universidade de Brasília, o cargo seria de Professor Assistente e bastava ter o mestrado. Conversei com o Marcelo, que me orientou a procurar o edital do modo como saíra no D.O.U. Marcelo me lembrou ainda de certos pontos que pareciam favoráveis caso eu fosse aprovado no concurso: eu teria um emprego acadêmico estável (que era minha meta desde sempre), Brasília (que eu não conhecia) não era a pior cidade para se viver segundo ele e a área de História Antiga (para a qual o concurso era direcionado) tinha uma pessoa que havia sido minha professora na PUC-RIO, Sônia Lacerda. Lembrei-me de ter cursado História Antiga 2 com ela em 1989. Sônia havia sido “reintegrada” à UnB com a redemocratização do país.

Marcelo lembrou-me ainda que se eu passasse, poderia estudar minha querida literatura apocalíptica em tempo integral e seria pago por isso. Lembro ao leitor como, anos antes, eu havia definido para mim um campo de pesquisa distinto das áreas pedagógicas da grade curricular. Foi um acerto considerável e que me dava desenvoltura para estudar a intersecção apocalíptica / escatologia / movimentos milenaristas em qualquer área “cronológica”. Eu já tinha interesse em História Antiga desde criança, dado meu contato precoce com Josefo e os Manuscritos do Mar Morto, e esse interesse agora teria de ser “atizado” novamente para a realização do concurso para, depois, ministrar os conteúdos próprios de Antiga.

Pensei rápido. Estava numa situação financeira de desespero, sem nenhuma perspectiva acadêmica, quer de formação (um doutorado), quer de carreira a iniciar. Tomei coragem e, sem falar com ninguém além de Marcelo, me inscrevi para o

concurso. Realmente, foi uma das decisões mais importantes que eu tomei em toda a minha vida. Naquela época, pareceu ainda mais acertado pela escassez de concursos: eu via meus contemporâneos gravitando perpetuamente em torno da PUC-RIO esperando um concurso que nunca acontecia, para uma vaga que não se sabia quando ou se iria surgir. Eu não podia me permitir esse luxo.

Lembrei-me ainda do que meus pais diziam acerca do brasileiro médio não querer se afastar do litoral: “Vicente, ninguém quer ficar longe do mar. O interior é cheio de oportunidades”. De todo modo, nunca gostei do mar nem da praia e viveria melhor sem ambos. Tinha ainda o exemplo oposto dos colegas e amigos que se dispuseram a sair do eixo Rio-São Paulo e estavam muito bem em universidades federais em Viçosa, interior de São Paulo, Recife e Maceió.

Me pareceu lógico então que quem se dispôs a sair de Rio e São Paulo teve mais cedo a carreira iniciada e mais diversidade de opções de caminhos. Eu sabia também que teria a chance de obter uma licença para me doutorar no estrangeiro sem perder meu emprego permanente no Brasil, outra vantagem considerável. Por fim, levando em conta a turbulência permanente do relacionamento com minha mãe, era a chance de ficar independente e constituir meu lar.

Como 1996 foi ano de greve na UnB, o concurso acabou ocorrendo apenas em outubro. No ócio forçado em que me encontrava naquele ano pela falta de perspectivas, tinha tempo de sobra para me preparar para o concurso que, para minha vantagem, seria realizado somente ao final do ano em função da greve. Listei os temas possíveis nos termos do concurso e selecionei aproximadamente 80 textos para estudo, que li e fichei com cuidado. Minha ênfase de estudo pessoal recaiu sobre os textos de Arnaldo Momigliano, Moses Finley e Georges Dumézil – esse último há muito me agradava, sem prejuízo da polêmica Dumézil / Ginzburg.

Essas escolhas foram muito oportunas: na prova de aula do concurso caiu exatamente o tema do mito da fundação de Roma pela ótica da ideologia tripartite dumeziliana. Eu tremia como vara verde diante da banca na prova de aula (a ansiedade atacava e na época não podia fazer qualquer tratamento para amenizar o problema), mas ao menos tinha o comando do tema. Vale lembrar que esse foi o tema comum a todos os candidatos, que eram três.

Tive mais sorte ainda no sorteio do tema da prova escrita – sorteio público, como fora o da prova de aula também: o presidente da banca, Prof. João Pedro Mendes (já falecido) escreveu e cortou vários pedacinhos de papel para cada tema, de aula e de prova escrita: mostrou tudo diante dos candidatos, dobrou cada papelzinho e colocou num envelope novo em folha, recorde-me bem. Tive muita sorte pois o tema sorteado era algo como “A ideia de história universal em Políbio”, um tema que sempre me interessou e sobre o qual eu tinha lido muita coisa ao estudar historiografia antiga (em especial, a helenística, minha preferência desde sempre). Aqui também, naturalmente, era esse o tema sorteado para todos os três candidatos.

Passadas essas etapas e chegando a entrevista, o presidente da banca, o já citado João Pedro Mendes, fez as perguntas de praxe e também avisou – publicamente, como em todas as etapas e para todos os candidatos – que o Departamento de História tinha um plano para o candidato que viesse a ser aprovado (naquela época o estágio probatório era de apenas dois anos). Passada essa etapa com sucesso, o candidato vitorioso obteria a estabilidade e era imperativo que iniciasse um doutorado tão logo quanto possível. Era um plano informal (não se pode obrigar ninguém a obter este ou aquele título) mas que me agradou muito: significava uma série de ganhos muito grandes, desde que eu fosse aprovado.

O doutorado a ser eventualmente realizado poderia ser sobre qualquer tema e em qualquer instituição, observados prazos e recursos (ou seja, se eu tentasse um doutorado no estrangeiro teria de obter uma bolsa, por exemplo). Disseram ainda que havia um “acordo de cavalheiros” a ser cumprido pelo aprovado: embora legalmente o vitorioso no concurso pudesse pedir licença-capacitação em dois anos, se comprometeria informalmente a fazê-lo somente para meados de 2001 – quatro anos e meio após a posse, e não os dois estipulados legalmente naquele tempo. Era um acordo informal, para acomodar as necessidades da área já que outro docente estaria se ausentando para seu próprio doutorado no estrangeiro no meio de 1997. Achei que valia a pena esperar esses dois anos e meio adicionais, afinal, faria um doutorado já empregado, estável e sabendo que ao voltar da licença teria meu emprego e minha carreira me esperando. Disse “sim” e, como se verá adiante, cumpri o prometido.

Ponderei tudo isso e declarei à banca, na entrevista, que aceitava esses termos caso fosse aprovado em primeiro lugar e que gostaria, como pesquisador, de me dedicar mais ao estudo da Antiguidade helenística além de, se possível, das interações entre a apocalíptica judaica e a persa (zoroástrica). Indaguei se haveria espaço para tal, se seria útil à área etc.

João Pedro Mendes, que havia sido um dos revisores da edição brasileira da *Bíblia de Jerusalém* (que eu conhecia bem – foi uma das dicas preciosas que recebi nas matérias de religião da PUC-RIO) mostrou-se encantado com a minha proposta e adicionalmente, me garantiu que havia material de sobra para tal empreitada na biblioteca do extinto “Centro de Estudos Clássicos – CEC”. Esta seria a primeira de algumas decepções que eu tive com as condições de trabalho na UnB. Com tudo isso, fui selecionado em primeiro lugar, com o segundo colocado atrás por pouco (creio que tive 8,2 e ele, 7,4). A terceira colocada não foi aprovada.

Voltei então ao Rio de Janeiro, arrumei as coisas, comuniquei minha demissão ao Colégio Bahiense, informei minha mãe e amigos a respeito de minha mudança e fui providenciando os contatos para a grande aventura de viver noutra cidade, sozinho e iniciando, em caráter estável, a carreira com que sempre sonhei. Voltei a Brasília por alguns dias em janeiro de 1997, para resolver em definitivo as questões relativas à onde eu iria morar, onde poderia achar as facilidades do dia-a-dia (restaurante, lavanderia, mecânico, esse tipo de coisa) e retornei ao Rio por pouco tempo, apenas o suficiente para contratar a empresa de mudanças e empacotar o que iria levar – olhando hoje, como a vida parecia simples. Levei na mudança apenas livros, roupas e uma única peça de mobiliário: a mesa de xadrez que havia sido feita por meu bisavô Karel Vohryzek. O computador junto de uma ou outra amenidade mais imediata para a chegada levei no meu carro e, saindo do Rio em 1 de fevereiro de 1997, cheguei em Brasília ao final do dia (revezando no volante com um amigo de infância e de farras no Rio). Assinei meu contrato de trabalho com a UnB em 5 de fevereiro de 1997 e desde então, tenho servido à esta Universidade.

Antes de me aprofundar no detalhamento desse começo de experiência acadêmica, cabe aqui um parêntese muito necessário para explicar como iniciei minha carreira de pesquisador em termos de publicações. Voltemos ao ano de 1994.

Com a mudança de foco da pesquisa de mestrado de Schelling para Lessing, tudo entrou nos eixos em termos da investigação: mantive rotina e ritmo, cumpri os prazos das defesas e a dissertação saiu sem dramas. Ao mesmo tempo, em 1994 minha situação como docente, agora no Colégio Bahiense, também melhorou tanto financeiramente quanto em termos das relações pessoais.

Tudo isso me levou neste mesmo ano a ter muito mais tempo livre do que eu imaginava que poderia ter. E ainda tinha uma vida noturna consideravelmente boêmia

na época dada a energia da juventude. Esse “‘ócio” levou aos meus primeiros trabalhos publicados. Lembremos que eu investigava o papel do pensamento escatológico trinitário de Joaquim de Fiore numa obra de Lessing, mas também que havia chegado a esse tema via Karl Löwith e Norman Cohn. Portanto, meu interesse (desde os tempos do estudo do anarquismo andaluz e seu universo fantástico) ainda abrangia movimentos milenaristas, ou seja, de inspiração ou expectativa escatológicas.

Nessa área, além de Norman Cohn, houve um autor brasileiro (também apresentado a mim por Marcelo Jasmin) que foi fundamental: era Duglas Teixeira Monteiro, que havia lançado em 1977 *Os errantes do novo século*, um dos livros fundantes para a compreensão da Guerra do Contestado (1912-1916). Após ler Duglas, comecei a estudar nas horas vagas entre o final da graduação e começo do mestrado a Guerra de Canudos, que teria seu centenário celebrado (supondo que houvesse algo a celebrar a esse respeito) em 1997.

Novamente de modo casual, encontrei uma cópia de uma edição do texto (de um dos textos, em todo caso) que Antônio Conselheiro, líder de Canudos, havia escrito. Fora editado por Ataliba Nogueira e fazia parte da Coleção Brasileira da extinta Companhia Editora Nacional; continha o texto original de um dos dois manuscritos deixados por Antônio Conselheiro, com comentário no posfácio (hoje essa edição, em que pese sua qualidade, foi amplamente superada pelo texto de Antônio Conselheiro e comentário feitos por meu amigo Pedro Vasconcelos). Ou seja, li Antônio Conselheiro *antes* de ter tido qualquer contato com Euclides da Cunha, algo que foi fundamental em meu percurso de pesquisador.

Gostei do texto de Antônio Conselheiro, que também li e reli não por dificuldades de entendimento (como me ocorreu com Schelling), mas por eu estar em busca de qualquer coisa que justificasse rotular Antônio Conselheiro e o arraial que ele liderou,

Canudos, como movimento milenarista ou messiânico. Não encontrei nada do tipo, tampouco achei apelos à “guerra santa” ou algo do gênero. O final do manuscrito mais longo de Antônio Conselheiro é de fato uma elaborada peroração contra a República, em parte pelo seu caráter laico, mas é também uma crítica lúcida e original que inclui uma proposta de sucessão imperial que não passava pela Princesa Isabel. Não se tratava nem remotamente, portanto, da obra de um semiletrado bronco como se via na historiografia de matriz euclidiana.

Tampouco havia qualquer apelo de matriz esquerdizante, pedindo a reforma agrária (que a historiografia marxista mais grosseira, que teve em Rui Facó seu autor mais importante e em Glauber Rocha seu rosto público, sustentou ser bandeira do Conselheiro) ou exigindo confortos e benesses do governo (mesmo do governo Imperial, que Antônio Conselheiro considerava o único legítimo para o Brasil). Notei aqui algo semelhante ao anarquismo andaluz (que era quase contemporâneo de Canudos, sucedendo o arraial em 20 ou 30 anos apenas): um apelo a um modo de vida ainda mais miserável do que os habitantes de Canudos tinham fora do arraial, porém melhor justificado aos seus próprios olhos – em termos religiosos.

Tinha afinal diante de mim uma questão para tratar nas horas vagas: como se pôde considerar Antônio Conselheiro, individualmente, e Canudos, coletivamente, como exemplares de movimentos milenaristas nacionais, talvez um dos mais importantes que tivemos? Era uma questão pessoal e profissional que se revelaria muito interessante pois ressoava com meu interesse pela intersecção entre pensamento escatológico e ideias políticas ou meta históricas, fossem elas alvo de abstrações de gabinete como em Lessing e assemelhados, ou tema de movimentos sociais ativos, como o de Thomaz Müntzer no séc. XVI. Foi nessa mesma época que tive um breve flerte com o marxismo

heterodoxo de Ernst Bloch, que se tornara famoso precisamente por seu estudo de Thomaz Müntzer e a Reforma.

Foi somente depois de refletir um pouco sobre o assunto, além de lembrar de um curso que Marcelo Jasmin dera na graduação da PUC-RIO sobre a historiografia dos movimentos milenaristas e messiânicos no Brasil, que me dispus a ler *Os sertões*, de Euclides da Cunha. Eu imaginava – e confirmei – que os *Sertões* era de fato o livro fundamental sobre a identidade nacional (tema que parece nunca sair de moda); a qualidade literária e a integridade da proposta intelectual de Euclides estavam acima de qualquer suspeita, ou assim me parecia.

O que eu achava cada vez mais questionável nos *Sertões* era o papel desempenhado por Antônio Conselheiro, apresentado por Euclides da Cunha como uma espécie de Montano da Frígia tropical, fruto da alegada estupidez da religião e da herança luso-monarquista do Brasil. Euclides era republicano e eu o sabia, mas achei errado – para não usar termo mais forte – o tratamento que ele dava a Antônio Conselheiro. Nada havia nos manuscritos deste último que o pudesse enquadrar como líder milenarista ou messiânico, muito menos que Canudos fosse aos olhos de seus habitantes e defensores uma espécie de “Nova Jerusalém” terrestre. No entanto, Euclides fazia as duas alegações e, pior ainda, após ter tido o *mesmo* manuscrito de Antônio Conselheiro que eu lera em mãos. Tinha de haver uma explicação para isso que fosse além do puro e simples descaso: Euclides poderia simplesmente não ter se lembrado de ler o manuscrito, o que me fez pensar em Skinner e Pocock e suas ideias para se poder declarar sem erro que determinado autor conhecia um outro autor. Se foi descaso seria um erro crasso para quem tentou erigir o monumento definitivo sobre a constituição étnico-histórica de nosso país, mas poderia haver outros motivos, além deste ou da desonestidade intelectual.

A investigação dessa discrepância entre o que Antônio Conselheiro efetivamente escreveu e o que se fez da imagem dele levou ao meu primeiro livro – um tomo bem pequeno na coleção “Rascunhos de História” da PUC-RIO. O título desse opúsculo era *O Antônio Conselheiro de Euclides da Cunha: como se faz um profeta*.

Nesse meu primeiro livro, de tamanho modesto e proposta monográfica (condizente com a série editada pela PUC-RIO), eu argumentei – sempre me atendo às fontes primárias, ou seja, ao texto dos dois manuscritos de Antônio Conselheiro – que Euclides, republicano, *tinha* de “construir” um Antônio Conselheiro bronco, rude e que exibisse esses traços por ser monarquista. Como o próprio Euclides tenta demonstrar, a terra “formou” o homem que por sua vez “formou” a guerra. Conveniente portanto que o “obscurantismo” da colonização portuguesa e sua sequela monarquista (ambos de matriz religiosa católica) produzissem um monstro obtuso e parcialmente racional como o Antônio Conselheiro pintado por Euclides.

Restava a questão incômoda e descartada por Euclides de que tal personagem só existia em sua imaginação e não correspondia quer ao dado biográfico, quer ao texto de seu “gnóstico bronco”. Esses estudos se iniciaram em setembro de 1994 embora meu interesse em Antônio Conselheiro, Canudos e movimentos milenaristas em sua intersecção com o pensamento escatológico fossem bem anteriores. Tal interesse tomou forma durante um dos dois bons cursos (de um total de seis) que fiz no mestrado da PUC-RIO, ministrado pelo Prof. Marco Antônio Pamplona. A monografia decorrente do trabalho final desse curso (creio que final de 1993 ou meados de 1994) foi o “esqueleto” do livrinho, que viria a ser lançado pela própria PUC-RIO em maio de 1996.

Ao mesmo tempo, vi que Antônio Conselheiro era um personagem multifacetado e muito interessante, e percebi também que não havia uma única biografia dele.

Seguindo minha lógica de buscar o diferente, o que ainda não foi feito – menos por inteligência e talvez mais por praticidade: coisas menos estudadas têm menos concorrência, como sempre dizia meu pai – pensei em oferecer a alguma editora um trabalho de caráter biográfico sobre Antônio Conselheiro. Busquei o editor da Diadorim, Audemir Leuzinger, que fora meu contemporâneo e colega na PUC-RIO (na área de Sociologia) e lhe propus uma biografia de Antônio Conselheiro; aleguei que o livro proposto seria ainda mais visível para a editora dele pela proximidade do centenário da Guerra de Canudos. No fim das contas, foram dois erros graves que eu cometi de uma vez só, embora tenha aprendido a lição.

Em primeiro lugar, se você for um autor jovem e desconhecido, não deve propor um original a uma editora pequena. É o que todos pensam, mas recomendo aos jovens que lidem com a questão de modo contra intuitivo: é exatamente porque se é jovem e desconhecido que a visibilidade é importante. Em uma editora pequena isso não se dará: ela será falha na edição, na impressão, na diagramação (mesmo que todos esses itens sejam terceirizados) e você não terá a popularidade, digamos, tão necessária a todos os começos. Em segundo lugar, não se misturam contratos, dinheiro e direitos autorais com amizades. Perdem-se os (supostos) ganhos contratuais e perde-se também a amizade em questão. Minha relação com a Diadorim foi o primeiro e último caso em que eu permiti que esses dois erros acontecessem. Perdi os direitos autorais, tive um livro mal editado (não por limitações teóricas ou de abordagem, mas em termos de formatação e afins) e perdi o amigo, que era meu editor.

Em todo caso, o livro foi lançado no Rio em abril de 1997, na livraria Marcabru (lembremos, do meu antigo professor e amigo, Luiz Costa Lima) e pouco depois, em Brasília, no falecido Carpe Diem. O título final do livro, que acabou sendo um volume muito maior do que meu primeiro trabalho publicado, é *Antônio Conselheiro, o beato*

endiabrado de Canudos e permanece, até onde sei, como a única biografia do líder de Canudos.

Muitos pensam, pela relativa sincronia do lançamento do livro com o final de meu mestrado e o outro livrinho da coleção “Rascunhos de História”, que minha dissertação teria sido sobre Antônio Conselheiro e Canudos. Não foi o caso, foram apenas atividades paralelas, e quase de lazer, para eu mesmo esfriar a cabeça das obrigações da pesquisa do mestrado e das tarefas docentes. Esses dois livros cumpriram bem seu papel e desde então, pouco me aventurei na área de movimentos milenaristas ou messiânicos, quer nacionais ou estrangeiros.

Do lançamento da biografia de Antônio Conselheiro em diante – que explorava de fato os aspectos milenaristas de sua pregação, não encontrados em seus escritos mas que apareciam em relatos de testemunhas da época, recolhidos por folcloristas e antropólogos –, dediquei e dedico meus esforços a uma área próxima do “terreno” que delimitei lá atrás, entre 1988-1989. Dediquei e dedico o melhor de meu empenho, como pesquisador e como docente na UnB desde 1997, ao estudo da literatura apocalíptica, tanto àquela ligada ao judaísmo do Segundo Templo (sonho de juventude realizado) quanto à apocalíptica persa. Deixei de lado, desde aquele momento, o estudo da apocalíptica neotestamentária: vi que era um material imenso que jamais poderia ser abarcado num olhar geral. É muito complexo, envolve todos os idiomas antigos e modernos possíveis e decidi que, se tivesse de “frequentar” esse terreno seria por absoluta necessidade e nada mais. Foi o que fiz e eventualmente precisei tratar, em alguma extensão, dos *Oráculos de Hystaspes* e dos muitos apócrifos cristãos em nome de Zoroastro (a própria forma do nome já demonstra o “logro sincrético”; é a forma helenizada de *Zarathuštra*). Voltarei ao assunto adiante.

Princípios da carreira acadêmica na UnB e doutoramento

Meu encontro inicial com a UnB foi, como aconteceu com outras coisas relativas a tantas mudanças, surpreendente. Nova cidade, novos amigos, a liberdade de morar sozinho – e junto com isso, as descobertas mais ou menos agradáveis relativas à Universidade e seu funcionamento. Quanto ao trabalho imediato no Departamento onde estaria lotado, meu contato inicial foi muito tranquilo.

Algumas coisas me surpreenderam e, olhadas em perspectiva, têm algo de cômico. O que se esperava de mim, descobri logo, era que eu lesse (não que estudasse, termo incômodo) a literatura secundária ou, pior ainda, apenas a literatura teórica sobre este ou aquele assunto. As aulas deveriam (isso me foi explicitado) ser tão confusas quanto possível, para “incomodar” os discentes com o fim de “despertar” seus jovens intelectos.

Essa forma de trabalhar não condizia com o que eu mesmo achava acertado em termos didáticos. Não deu certo e contribuiu para que eu buscasse minhas amizades dentro da universidade de modo muito cauteloso, e também para que eu desenvolvesse sozinho aquilo que não conseguisse dividir com outros. Aquele era um modo de trabalhar contra intuitivo para mim e que eu já tinha visto em funcionamento em alguns cursos na PUC-RIO, sempre com maus resultados.

Eu me ative ao que vinha fazendo e retorqui que não havia nada a ganhar numa aula confusa; me citaram Jacques Lacan como exemplo de “confusão curativa” e eu ofereci Sócrates como contraexemplo. Mantive e mantenho minha posição de que a tarefa docente não é a de deixar o aluno mais “incomodado” ao final de uma aula do que ao seu início, e mesmo assim tive a réplica de que Sócrates fora “um tremendo

chato” e diante disso, como faria muitas vezes no futuro e já havia feito antes, calei-me, voltei à minha rotina acadêmica e me pus a trabalhar – sozinho.

Entendi ainda – por ter me tornado Coordenador de Graduação assim que entrei, uma tarefa que percebi ser delegada aos “recrutas” mais jovens – que as inúmeras rivalidades que eu notava só eram viáveis num ambiente de estabilidade trabalhista. Na PUC-RIO, por oposição, quando um determinado departamento começava a demonstrar fissuras e a ter rivalidades interpessoais desse tipo, a Reitoria mandava uma das metades “em litígio” para a rua. Isso mantinha a coesão dos departamentos (exceção feita ao de Sociologia que, por isso mesmo, entrou numa espiral de crise da qual nunca mais saiu), mas era justamente o oposto que eu via diante de mim em Brasília. Me mantive e me mantenho longe da política universitária.

O único acerto informal que eu decidi aceitar – por ter dito publicamente que o faria – foi o de “roer o osso” até meados de 2001, quando teria minha licença para o doutorado confirmada caso passasse no estágio probatório. O resto era conversa vazia, que só faria me distrair do que era realmente importante para mim – docência, pesquisa e orientação.

Adotei então uma postura, pessoal e profissional, que me traria grandes benefícios (e, muito tempo depois, alguns danos). Afastei-me da política interna (um tipo de jogo que eu detestava de todo modo, desde criança) e resolvi me consagrar à excelência técnica, dentro de minhas possibilidades: ser o melhor professor e pesquisador que pudesse ser e me manter alheio aos jogos políticos. Desse modo consegui navegar – até hoje – um mar turbulento, mas relativamente previsível.

Portanto, entre os anos de 1997-2001 tive como guia episódios relativamente padronizados. O mapeamento de textos, gêneros, pessoas, grupos e afins me ajudou a

“criar um repertório”, como se diz nos dias atuais, que me guiaria com segurança suficiente pelos anos que viriam, antes, durante e depois do doutorado.

Levei da melhor maneira possível esse cenário, no qual o principal ponto do contencioso alegado era algo que antecede meu ingresso no departamento de História: a criação das áreas (de História Antiga, Medieval, Moderna, Contemporânea etc.) era motivo de muito rancor por pelo menos metade do departamento.

Para mim, esse era e é um ponto fechado ainda que eu entenda, e passe esse entendimento aos meus alunos, que as divisões em áreas são apenas um facilitador legal diante das exigências do Ministério da Educação: não se deve confundir essa divisão (que considero legítima e necessária) com a “prisão” do pesquisador, jovem ou sênior, nesta ou naquela área. Noutras palavras, acho mais correto alguém se definir, digamos, como “iranólogo” (que, por exemplo, trabalha com algo do Período Sassânida) do que como “alguém que estuda História Antiga”, caracterização esta que não identifica objeto nenhum, apenas confirma que aulas, e de que período são ministradas por este ou aquele docente.

Com esse mapeamento dos pontos positivos e negativos diante de mim, iniciei de modo discreto, porém contínuo, minha preparação para o doutorado e para a carreira como futuro doutorando. Comecei, ainda em 1999, a preparar um plano geral e metas específicas, além de reunir a bibliografia para aquele que viria a ser meu projeto de pesquisa mais importante: o Projeto de Estudos Judaico-Helenísticos – PEJ. O Projeto funcionou de modo contínuo entre 2000 e 2014 e recentemente o reativei (em fins de 2022). Criei o PEJ como um “guarda-chuva” amplo o bastante para contemplar estudos de apocalíptica, do mundo do Novo Testamento, do conjunto da historiografia helenística – que me fascinava cada vez mais pois tinha em mãos a capacidade de estudar Josefo, meu interesse desde a infância, e outros “esquisitões” do gênero, como

Berossos e Manethon – e até da historiografia latina, como Tácito, Suetônio e autores mais tardios como Amiano Marcelino ou os autores da *Historia Augusta*. Tantos estes quanto aqueles poderiam ser contemplados dentro de um grupo de escopo deliberadamente tão amplo.

O PEJ estaria voltado, do seu início até agora e com sua reativação, para a Iniciação Científica. Tive orientandos de IC desde que cheguei na UnB mas, como parte de outro grupo de pesquisa, eu tinha de seguir as orientações de terceiros – nada mais justo, mas assim que eu pudesse teria meu próprio grupo, pensei logo. No PEJ pude organizar 10 eventos internacionais na UnB e até mesmo montar um evento aqui para apresentá-lo na UERJ (com quem tive, durante muitos anos, laços estreitos que se enfraqueceram em meio às greves e pandemia). O PEJ gerou mais de quatro doutores, muitos mestres e aproximadamente 50 orientações de IC, algumas das quais premiadas ou indicadas para menção honrosa. Foram ainda inúmeras monografias sob minha supervisão (que passariam a ter o nome prosaico de “TCC” posteriormente) e, com o tempo, pude ver antigos membros de meu grupo de pesquisa compondo bancas comigo mesmo.

Permaneci e permaneço fiel ao meu antigo mote, enunciado por meu pai: nada fazer que a nada levasse. E instruo até hoje aos que estão sob minha supervisão como orientandos(as) que não façam coisas que se esgotem em si mesmas: não façam um trabalho de IC com o tema “X”, um TCC com outro tema “Y”, o mestrado com “Z” e assim sucessivamente. Pelo contrário, lembrando mais uma vez Marrou, a vida humana é curta e o mais correto me parece seguir os seguintes passos, caso eu seja o orientador em questão: primeiramente, encontre um objeto, nunca uma “área” no sentido administrativo do termo; depois, vá tirando novos temas relacionados ao que já desenvolveu. Essa orientação, como tantas outras coisas que fiz na Universidade,

aprendi sozinho, por lembrança de meus pais, de meus tempos na PUC-RIO ou pelo conselho informal deste ou daquele colega.

Devo prestar homenagem aqui a dois colegas que muito me instruíram quanto ao funcionamento do departamento e da Universidade em geral: os professores Amado Luiz Cervo e José Flávio Sombra Saraiva. Ambos chefiaram a única área realmente produtiva do departamento na época, quer na graduação quer na pós-graduação: a área de História das Relações Internacionais no Brasil. Me deram muitas informações quanto ao que fazer (“primeira coisa, Vicente: faça seu doutorado” – parece óbvio mas muitos colegas viam o doutorado como uma “convenção burguesa” que cumpriam de má vontade e na qual não viam qualquer sentido) e depois me instruíram quanto ao modo de organizar meu próprio grupo de pesquisa, sempre mantendo em mente que metas eu desejava atingir, pessoalmente ou no grupo criado, e em quanto tempo poderia completá-las. Sou muito grato a ambos, que já não se encontram na Universidade, bem como sou extremamente grato à Profa. Maria Eurydice de Barros Ribeiro, da área de História Medieval, que muito me ensinou sobre os caminhos acadêmicos e administrativos da universidade.

Daqueles que pude formar em nível de IC (e em alguns casos, indo até o doutorado), devo destacar alguns que permanecem até hoje como profissionais notáveis e, alguns casos, como bons amigos: Tupá Guerra, que se especializou em demonologia nos Manuscritos do Mar Morto (doutorou-se em Birmingham com minha colega Charlotte Hempel, mas fez o mestrado sob minha orientação); Míriam Reis Jorge Bergo, que fez mestrado no Canadá com meu colega e amigo Lorenzo DiTommaso, estudando Clemente de Alexandria; Marcus Vinicius Ramos, que doutorou-se elaborando a segunda tradução “pública” do *Apocalipse Siríaco de Daniel*, sob minha orientação; e Rodrigo Carvalho Silva, especialista em Berossos, que ainda tem

contribuição valiosa a dar nos estudos de História da Astrologia. Haveria outros a citar mas a lista seria muito extensa, me desculpo, pois, por essas omissões que se devem apenas a questões de espaço.

Resumindo essa etapa inicial de minha trajetória acadêmica: estive em um ambiente relativamente desafiador, mas consegui manter minha independência e, por mais de duas décadas, mantive minha saúde física e mental no ambiente de trabalho. Esse foi o motivo pelo qual evitei, na medida do possível, a vida político-administrativa – conselho médico que, me parece, foi acertado. Escolhi dedicar-me ao conjunto docência – pesquisa – orientação e vi que nenhum dos três me daria projeção política mas, como disse antes, tampouco nutri em nenhum momento de minha vida qualquer ambição dessa natureza.

Um último aspecto relativo à minha produção acadêmica no período anterior ao doutorado (mas que foi publicado apenas durante o mesmo) foi a reunião, por mim mesmo, muito do que havia publicado avulsamente até então, acrescido de alguns textos inéditos: isso levou ao livro *História e milenarismo*, publicado pela editora da Universidade de Brasília. Foi meu primeiro livro publicado com a aprovação de um conselho editorial e foi uma espécie de “balanço” de minha carreira até então (2001), bem como uma forma de deixar claro ao leitor como se juntavam, aos meus olhos de historiador, questões aparentemente tão distantes como a literatura apocalíptica na obra de Josefo e a Guerra do Contestado, entre outros temas. Em suma, foi uma forma de “harmonizar”, para mim mesmo e para o (eventual) leitor como minha trajetória e minhas preocupações com as intersecções entre religião, milenarismo e filosofia especulativa da história se comunicavam. Creio que o livro cumpriu bem seu papel, ainda que seu lançamento tenha sido bem posterior à entrega e aceitação dos originais.

Tudo somado, a UnB me proporcionou a estabilidade necessária, um público docente interessado no que eu tinha a oferecer e uma identidade acadêmica, sem a qual tudo em meu percurso teria sido bem mais difícil. A UnB me forneceu, como contrapartida de meus serviços, meu sustento e moradia (paga) em localização favorável, a Colina (onde morei de 1997-2001 e de 2007 até o presente). O ponto mais precário da Universidade era, e ainda é, a Biblioteca: por conta disso, boa parte de meus vencimentos converteu-se em... livros, nas áreas nas quais a Biblioteca não fez investimento. Dito de modo bem claro: as Humanidades não são prioridade no acervo, História ainda menos e dentro da História, a área de Antiga menos ainda.

Considero justo dizer que aprendi a sobreviver ao ambiente que encontrei e a me aprimorar e desenvolver dentro dele. Aprendi muito com meus próprios erros e talvez ainda mais com os erros alheios; tive que amadurecer diante das adversidades da cidade inóspita e da Universidade em *stasis*, como diriam Tucídides e Josefo (um estado de discórdia contínua que corrói o tecido social). Já haviam me advertido dos riscos da solidão não somente na Universidade mas em Brasília como um todo e, com ela, dos hábitos pouco saudáveis.

Por tudo isso tive de tomar mais uma decisão radical em minha vida: se eu quisesse chegar até onde minha aptidão permitisse, não era cabível beber em quantidades industriais diariamente, com, digamos, o “círculo social” que eu achava na cidade. Era improdutivo e nocivo à minha própria saúde, física e mental. Optei por, aos poucos, tirar a bebida de minha vida e o fiz, efetivamente, após fins de 1999. Dali em diante fui reduzindo meu consumo de álcool até insignificantes 3-4 chopes a cada 3 meses, e no dia 12 de outubro de 2002, já em Oxford para meu doutoramento, abandonei em definitivo o hábito de beber e assim permaneço até hoje.

Com essa opção pela abstinência, numa cidade como Brasília, acabou também minha (restrita) vida social. Descobri que ninguém se reúne para “conversar” tomando água mineral; novamente, fiquei como o “lobo solitário” que preferia a solidão ao convívio problemático.

Porém, é justo dizer que com todos esses percalços e aprendizados tanto eu como a Universidade ganharam muito. Pude conhecer inúmeros alunos brilhantes – alguns dos quais viriam a se tornar meus colegas no futuro – e muitos colegas que se tornaram amigos para sempre nesse período inicial na UnB, 1997-2001. Alguns desses colegas já não estão em nosso meio, pela aposentadoria ou outros motivos, mas fizeram a diferença em minha vida, quer pelos conselhos, quer pela boa companhia. Repito que observei sempre a norma de me manter longe da política universitária.

Com o afastamento dos jogos políticos e com a abstinência, pude me dedicar com muito mais afinco ao que realmente me interessava, a busca da excelência acadêmica em mim mesmo e em meus orientandos. A UnB ganhou muitas publicações, orientações e bancas com isso; as mesmas, por sua vez, compuseram meu currículo. Finalmente, muitos anos depois de meu ingresso, pude em 2018 realizar o sonho de ver a área de História Antiga devidamente consolidada e composta por profissionais da área, comprometidos metodologicamente com o ensino, pesquisa, orientação e extensão. Pude ainda entender que, a exemplo do que me acontecera com o editor de minha biografia de Antônio Conselheiro, trabalho e amizade não se misturam.

Lições que hoje parecem óbvias, mas cujo aprendizado foi lento, doloroso e que relembram um mitema muito conhecido, o de Hércules na encruzilhada (conto que aparece em diversas versões mas que guardo com especial carinho na de Xenofonte, nas *Memoráveis* 2.1 – embora o tema já apareça em Hesíodo, nos *Trabalhos e os dias*). Não sou um deus nem semideus, mas, invocando novamente a deontologia de Marrou,

optei pelo caminho do esforço. Me custou caro, financeiramente e em nível pessoal, mas não me arrependo e faria a mesma escolha novamente caso me visse em situação análoga.

Com esse esforço continuado, consegui o que queria: tive uma carreira sem o “charme” a que alguns aludiam (i.e. sem festas, badernas e celebrações), mas foi feita do modo que imaginei. Com tudo isso, hoje posso dizer que também em nível de área de estudo esses esforços se pagaram. Temos a única instituição no Hemisfério Sul (à exceção da Austrália) a manter um esforço acadêmico permanente na área de Iranologia. Em 2018 organizei, sob a bandeira do “Middle Persian Studies – MPS²”, o “I Congresso Internacional de Estudos Persas – Entre xás e sedas”, que foi sucesso absoluto, lotando o auditório principal do IB da UnB por quatro dias consecutivos, manhã e tarde, e que teve a participação de especialistas notáveis da área de Iranologia, dentre os quais devo destacar os Profs. Miguel-Ángel Toledo (Salamanca) e Matteo Comparetti. Falarei mais sobre esse evento ao final do “Memorial”.

Não tenho a pretensão de afirmar que a UnB e os projetos que nela conduzi ou conduzo são os únicos espaços de estudo da literatura apocalíptica no Brasil. Antes de eu iniciar meus esforços nessa direção, o Prof. Paulo Nogueira (Universidade Metodista de São Paulo – UMESP) manteve uma linha de pesquisa, em todos os níveis de titulação, que também tratava de literatura apocalíptica. Tivemos a boa sorte de trabalhar de modo complementar já que na UMESP a ênfase de estudos em apocalíptica incidia mais sobre a literatura neotestamentária. Paulo e eu eventualmente nos tornamos amigos e dividimos bancas, orientações e contribuições em capítulos e periódicos.

² O MPS foi o segundo grupo de pesquisa importante que liderei, entre cinco no total. Considero o esforço coletivo do MPS muito encorajador, num país sem tradição em estudos de Iranologia. Como se verá mais abaixo, também os esforços de orientação nessa área foram retomados em fins de 2023.

Minha colaboração com a UMESP iniciou-se ao apagar das luzes de meu primeiro período na UnB, em meados de 2001. Foi, novamente, golpe de sorte pois eu estava com meus orientandos do recém-estabelecido PEJ num evento da SBEC – Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos em Ouro Preto; lá, numa das quatro mesas que levamos tratando de Josefo e literatura apocalíptica (compostas por mim mesmo e orientandos de graduação) ouvimos que na semana seguinte haveria um evento dedicado apenas à apocalíptica na UMESP, em São Bernardo do Campo. Deste evento participaria o casal mais notável na área e que já líamos avidamente: John e Adela Collins, ele trabalhando com apocalíptica do Segundo Templo, ela se dedicando mais ao Apocalipse de João. Era uma chance que não iríamos perder e fomos, de carro, de Ouro Preto para São Bernardo.

A colaboração entre eu e Paulo durou muito tempo e foi particularmente intensa entre 2006-2009, quando eu me vi quase quinzenalmente indo para São Bernardo do Campo nos finais de semana, ministrando palestras ou compondo bancas. Esse cenário seria drasticamente alterado com o REUNI, implementado no começo da década de 2010 – o número de docentes na universidade triplicou, e o de alunos mais ainda. Esse aumento afetou ainda a proporção entre docentes e discentes, mas teve um efeito positivo: com o aumento no número de docentes, pude dedicar muito mais tempo a cada orientando individualmente. Mantive ainda, no período pós-REUNI, as metas de sempre de preservar o envolvimento contínuo com grupos de pesquisa nacionais e estrangeiros, bem como com acadêmicos individuais. Busquei sempre orientar meus alunos na mesma direção, ou seja, na de tentarem orientação em nível de pós-graduação fora do país. Convém fazer uma pausa relativamente a esse assunto e retomar neste “Memorial” os anos formativos de meu doutorado (e do outro mestrado que tive de fazer como parte do mesmo).

Conforme dito antes, quando ingressei na UnB em 1996 houve um “acordo de cavalheiros” pelo qual, mesmo estando legalmente apto a me ausentar em princípios de 1999 (desde que aprovado no estágio probatório, o que ocorreu de fato), eu deveria aguardar até meados de 2001 para fazer uma espécie de “revezamento” com um colega que estaria voltando de seu próprio doutoramento no estrangeiro. Ele assumiria o semestre 2001.2 no mesmo momento, aproximadamente, em que eu me afastaria para o doutorado.

Como de hábito – e mais ainda para um ansioso crônico, como já admiti ser noutras partes deste relato –, iniciei a preparação de meu próprio projeto de doutorado em fins de 1997 com quase quatro anos de antecedência para sua submissão quer ao Departamento, quer aos órgãos de fomento à pesquisa, quer à universidade almejada para a realização dos estudos. Pensei em retomar minha paixão de infância (Josefo) e estudar as conexões deste com a literatura apocalíptica do Segundo Templo quando da Revolta de 66 EC (ou seja, estudar um caso particular de minha antiga preocupação com as conexões entre escatologia e movimentos milenaristas). Tal ideia me ocorreu por ter lido em mais de um autor que o próprio Josefo externava esse vínculo em seu texto: o tema da expectativa milenarista ou messiânica como “combustível” para a revolta de 66 EC não era descabido.

Percebi que necessitaria do grego que, aos poucos, fui dominando com alguma dificuldade e iniciando minhas leituras pelo Evangelho segundo São João. Isso me deu confiança para pegar autores clássicos – ainda que dos mais fáceis – posteriormente, como Xenofonte ou Esopo.

Josefo parecia, quanto ao estilo (e depois eu veria por mim mesmo, também quanto ao método e preocupações) uma versão “atualizada” e híbrida de Tucídides (esse sim de difícil leitura para mim quanto ao estilo). Adotei a edição da *Loeb Classical*

Library (como o fiz também para uso em sala de aula e orientação para praticamente todos os autores clássicos gregos e latinos) e fui me preparando sozinho com um método para aprender a ler rapidamente o grego do Novo Testamento. Com o hebraico, que sabia ser importante também para minhas aspirações investigativas, tive aulas particulares com a Profa. Zahava Shapiro – era oficialmente hebraico moderno, mas a turma era pequena e ela conhecia bem o hebraico bíblico. Acompanhei o grego, o hebraico, o latim e dei meus primeiros e titubeantes passos no siríaco e no persa moderno a partir de um conjunto de gramáticas e dicionários compatíveis com minhas metas. Com o tempo, tive de rever essas mesmas metas e ampliar ou reduzir algumas delas.

Por outra dessas “supostas” coincidências, em outubro de 1997 minha mãe estava lendo um livro sobre a revolta judaica de 66 EC (tema que também lhe interessava), que havia sido traduzido recentemente para o português na infame coleção *Bereshit* (“Gênese”, ou “Princípios” em hebraico) – digo “infame” pela má qualidade da edição e preços extorsivos da Editora Imago. Era *A classe dirigente da Judéia. As origens da revolta contra Roma 66-70 d.C.*, de Martin Goodman. Esse foi outro dos livros que mudariam minha vida, talvez num sentido mais concreto do que qualquer outro dos já enunciados.

O livro de Martin Goodman era mal editado, mal traduzido e mal impresso (coisas comuns à coleção, como já disse) mas, de todo modo, o estilo truncado não podia ser culpa apenas da tradução. Vi depois que era um traço do próprio autor ter estilo “moroso” no enunciar de suas ideias. Em resumo, *A classe dirigente da Judéia* propunha uma tese nova para tentar explicar as origens da revolta contra Roma: ao contrário do que eu vinha lendo, Goodman mostrava que, nas entrelinhas, o que Josefo buscava fazer na *Guerra dos Judeus* era isentar seus colegas e amigos na elite judaica

da época. Uma vez que estes tomaram o partido “errado” e se dispuseram a lutar contra Roma, a ideia seria imputar a culpa pela revolta a determinados elementos sediciosos que seduziram a “gentalha”, a “massa” que Josefo tanto detestava (o *plethós*; já aqui vemos uma semelhança com a terminologia de Tucídides). Esses elementos populares eram (segundo Josefo) mais predispostos a acreditar em milagres, oráculos e profecias mas o faziam em moldes “equivocados”.

De todo modo, Josefo não via na revolta uma causa especificamente religiosa e Goodman sublinhou isso a cada momento do texto. Vale lembrar que, troncado ou não, o livro de Goodman foi talvez o primeiro a mostrar uma leitura cuidadosa das intrigas interclasse em Josefo, indo bem fundo nisso e detalhando o que Josefo fazia de fato nas minúcias narrativas da *Guerra dos Judeus*.

Goodman (que chamarei daqui em diante apenas de Martin, como ele mesmo sempre quis) lançava mão de autores que eu ainda não conhecia, mas que viriam a ser fundamentais em meu acervo no estudo e orientação de alunos na área das relações entre o judaísmo do Segundo Templo e o helenismo, bem como sua continuação no Império Romano. Esses autores foram Samuel K. Eddy (*The King is Dead*), Tessa Rajak (*Josephus*; Tessa viria a ser minha examinadora no futuro) e David Rhoads (*Israel in Revolution*). Outros citados por Martin e que teriam papel igualmente importante em meu futuro eram Fergus Millar e Geza Vermès. Como complemento da leitura do livro de Martin, comecei a ter contato com a obra de Steve Mason sobre Josefo e ele também seria personagem importante em minha vida, sendo convidado estrangeiro no primeiro evento internacional realizado pelo PEJ, em fins de 2006. Por enquanto eu conhecia apenas um ou dois livros do Steve.

Minha mãe me enviou o livro com o comentário de que havia lido e não lhe agradara mas que, pelo tema, podia ser útil a mim. Agradei-lhe e notei que na orelha

de trás do livro constavam informações sobre o autor. Vi que Martin trabalhava em Oxford, no Oriental Institute e creio ter visto seu e-mail também, ou então o localizei numa busca pela Internet. Nem pensei em procurá-lo: o que ele teria a conversar com um neófito, comparativamente falando, como eu? Talvez nem se dignaria a responder.

Uma conhecida me incentivou a escrever para o Martin: “Escreve! O pior que pode acontecer é você não ter resposta!”. Escrevi então com detalhes o que eu havia achado do livro e da edição brasileira, e aproveitei para comentar com Martin meus prazos, meu desejo de estudar a apocalíptica em suas relações com a guerra da Judeia em 66, com Josefo e temas afins. Tudo isso seria parte do tema do doutorado a ser desenvolvido.

A resposta de Martin veio logo e foi muito encorajadora: dizia que “havia muito a fazer nessa área” – e ali começou uma amizade longa entre eu mesmo e Martin, que dura até os dias de hoje (em que ele já está aposentado de Oxford). Quanto ao meu desejo de me doutorar por Oxford, Martin foi bem claro quanto à organização daquela Universidade – me explicou em detalhes o que era atribuição da Universidade, o que era responsabilidade dos *Colleges* e o que era papel das Faculdades e Institutos.

Também foi muito franco quanto aos aspectos pessoais envolvidos num doutoramento no estrangeiro, especialmente em Oxford: “Vicente, você é casado?”, “Sim.”, “Tem ou pretende ter filhos aqui no Reino Unido?”, “Sim.”, “Então sugiro fortemente que, quando você fizer sua *application* para cá esqueça esses *Colleges* medievais lindos, como o St John’s ou o Magdalen e venha para um *College* moderno, com água quente o tempo todo, acomodações modernas, Internet em LAN e com pé direito alto, para você não ficar batendo a cabeça no teto feito para homens altos pelos padrões do séc. XIV. [o famoso humor britânico]. Venha para o meu *College*, o Wolfson. É moderno, tem muitos recursos e muitos brasileiros estão aqui.”

Segui o conselho de Martin e ao contrário de muitos brasileiros que buscavam no mapa um *College* próximo ao Instituto ou Faculdade onde desenvolveriam suas atividades acadêmicas, fiquei com o Wolfson (as distâncias em Oxford são comparativamente pequenas) e não me arrependi. Além das acomodações, o Wolfson tinha uma excelente biblioteca de estudos clássicos e judaicos e apesar de isso não ser requisito para qualquer *College* funcionar, foi um grato “brinde” .

Eu conhecia apenas por alto a história do Wolfson de Oxford (há outro de mesmo nome em Cambridge); era de fato novo, fundado em 1965 e tinha por meta (como outros *Colleges* desse período) abrigar e filiar o número crescente de acadêmicos que não tinham espaço nas instituições mais tradicionais. A arquitetura moderna da qual eu tanto gosto estava representada nas construções e espaços internos do Wolfson.

Ironicamente, dado o financiamento maciço do Wolfson pela Ford Foundation, percebi que meu *College* servia de abrigo a muitos acadêmicos judeus, mesmo dado o notório anti semitismo do velho Henry Ford. Entre os principais estavam Isaiah Berlin (que foi a figura mais importante na consolidação da instituição), Geza Vermès (orientador de doutorado de Martin Goodman) e o próprio Martin, para citar alguns. Sir Isaac Wolfson era também judeu. Como fui criado num ambiente livre de preconceitos (e, como disse no começo deste relato, com muitos judeus frequentando a casa), isso nunca me afetou como afetava outros colegas no doutorado, que faziam uma associação fácil e preconceituosa entre judaísmo e apoio à causa palestina, ou ao mundo árabe em geral. Não me senti atingido por nada disso no College que escolhi e ao qual, como todo mundo que se gradua em Oxford e Cambridge, permaneço ligado para o resto da vida.

Isaiah Berlin era um bom *ticket* de entrada para o Wolfson: quando jovem, eu lia com gosto seus textos sobre pensamento político e em especial suas críticas ao mesmo

no Romantismo alemão (que se mostraram corretas, a julgar pela experiência prática de sua criação mais relevante, o marxismo). Em trocas de correspondência (primeiramente escrita, depois eletrônica) falei de tudo isso com Martin, que sugeriu um “reconhecimento em força” antes de eu me decidir por Oxford e pelo Wolfson em particular. Minha então esposa concordou com a ideia (afinal, ela iria dividir quatro anos comigo num país estrangeiro) e realizamos uma viagem durante a virada de 1999-2000.

Ficamos na casa de um casal de amigos em Birmingham, que na ocasião também faziam seu doutorado na Inglaterra na área de Administração Pública; eu já os conhecia do Rio de Janeiro há muito tempo. Martin também morava em Birmingham e ficamos baseados lá, indo a Oxford de trem por duas vezes. O reconhecimento da cidade veio antes da conversa presencial com Martin, em um dia de dezembro bem frio e chuvoso como sempre gostei. Começamos bem, me ocorreu. Fui até a sua casa a pé de onde meus amigos moravam e Martin me recebeu com toda a naturalidade, o que me surpreendeu para um acadêmico tão importante. Mais tarde pude ver que essa era a regra no mundo acadêmico britânico e a mesma cortesia simples de quem conhece o próprio valor sem ter de exigir obséquios, como eu pude ver em Geza Vermès, Alison Salvesen, Zuleika Rodgers e até no antigo presidente do *College*, Sir Ian Roberts.

Na ocasião em que discutimos qual seria meu tema, em princípio, estávamos a um ano e meio ou mais um pouco da minha licença para o doutoramento. Martin me serviu um café muito bem feito por ele mesmo numa prensa francesa (que eu, provinciano e então pouco viajado, desconhecia) e fomos avançando quanto ao projeto (ainda Josefo, a guerra de 66-70 EC e a apocalíptica judaica) e confirmamos o Wolfson como meu “*College* de escolha”.

Com tudo isso acertado, voltei ao Brasil no começo de 2000 e fui preparando simultaneamente o que faltava – o projeto “brasileiro” (em Oxford ele era pequeno, coisa de meia página, mas para a CAPES e CNPq precisaria ser bem maior), a documentação e o fortalecimento dos orientandos que eu conseguia ir formando dentro dos meus princípios de trabalho. Como todo mundo, tive de formar estes últimos com um *mix* de leituras de metodologia, conselhos de outros e experiência própria.

O PEJ foi então tomando forma e é justo dizer que, após junho de 2000, comecei a ter meus primeiros orientandos já no formato metodológico e disciplinar que eu imaginava para mim mesmo como “líder de grupo de pesquisa”, na linguagem do CNPq. Deu certo e desse núcleo inicial de orientandos saíram rapidamente dois doutores também no estrangeiro, Victor Passuello (orientado por Tessa Rajak, já citada, na Universidade de Reading, Inglaterra) e Julio César Chaves (orientado por Louis Painchaud na Université Laval, em Quebec). Com meu regresso ao Brasil após o doutorado, muitos outros seguiriam sua formação no estrangeiro, mas isso é assunto para outra parte deste “Memorial”.

Minha chegada a Oxford, e ao Wolfson, onde iria morar pelos próximos quatro anos, se deu em agosto de 2001 (novamente, com grande antecedência, já que as atividades dos períodos letivos de lá só começavam em outubro). Eu consegui a aprovação na CAPES em primeiro lugar naquele ano e provavelmente também no CNPq, que não divulgou as colocações dos inscritos, mas “vazou” a informação de que eu teria sido o primeiro lá também. Como não se pode acumular duas bolsas para um mesmo fim, fiquei com a da CAPES, que à época tinha uma reputação muito melhor do que a de outros órgãos quanto à regularidade de pagamento e demais aspectos burocráticos. Logicamente, fui aceito também em Oxford e pelo Wolfson para minha filiação acadêmica e residencial.

Também lá fui surpreendido de modo espantoso com relação a questões de metodologia, porém foram surpresas positivas. Cheguei num domingo e tirei a semana para arrumar o apartamento e conhecer melhor os vizinhos que se tornariam famosos: Matthew Landrus, o hoje mundialmente conhecido *expert* em Leonardo da Vinci, era meu vizinho de porta e pessoa muito agradável; o mesmo ocorreu com Caroline Brehaut, que se destacou com seu estudo sobre Timeu de Tauromênio, além de Alan Dearn, estudioso do Donatismo. Todos colaboraram para ajudar na ambientação e deram as melhores “dicas” sobre como viver em Oxford e como era o mundo acadêmico britânico.

O *College* em si, fisicamente, me agradou também pela arquitetura limpa e moderna – não tinha a justaposição de estilos e reformas dos *Colleges* tradicionais, que por vezes remontavam ao séc. XIV, com acréscimos de todos os séculos posteriores. Minha primeira reunião com Martin, em sua sala no Oriental Institute, ocorreu na segunda-feira seguinte e assim mantivemos as reuniões semanais. Como tarefa para a primeira, ele me pediu uma “prospecção” sobre certos aspectos do Judaísmo do Segundo Templo e caí do cavalo logo de cara. Citei todos os autores que conhecia sobre o tema específico que ele pediu e logo Martin fez uma cara de espanto e me perguntou se isso era tudo. Eu disse que sim.

Na outra semana, mais do mesmo e um comentário que revelava já certa impaciência: “Vicente, Fulano acha isso, Beltrano acha aquilo. E você, o que acha?”, “Eu? Eu sou apenas um estudante de doutorado, não me cabe achar nada.” (herança da metodologia servil que eu via, e continuo a ver, em ação no Brasil – talvez herança do passado escravocrata e variação do famoso “Sabe com quem está falando?”), “Ah não. Você não veio de tão longe para não achar nada. Se Momigliano leu as fontes primárias e você leu as mesmas fontes que ele, então você tem direito a pensar o que quiser.”,

“Como? Eu não sou Arnaldo Momigliano!”, “Mas as operações mentais de nós três têm de ser as mesmas, ou pertenceríamos a espécies diferentes.” Foi um momento perturbador, mas muito importante.

Na terceira semana, Martin já mostrava sinais de cansaço visíveis (ou tão visíveis quanto um inglês se permitia externá-los) e, aí sim, tive um desses momentos definidores na vida: excelente professor que era (apesar de muito desorganizado), ele me pegou “de jeito” no trabalho da semana, que era sobre os Manuscritos do Mar Morto. Como já disse acima, eu acreditava desde pequeno que eles eram produto dos essênios, cuja existência eu dava por certa. Martin foi rebatendo meus argumentos um a um até chegarmos ao ponto decisivo da reunião, e também um dos momentos decisivos de minha vida.

“Martin, as ruínas têm uma rachadura que coincide com o terremoto que Josefo descreve naquela região ao final do séc. I AEC.”, “E daí? Terremotos acontecem o tempo todo.”, “Mas o tipo da letra dos Manuscritos é em grande parte estilo herodiano.”, “E o que isso prova? Outros deviam usar o mesmo estilo na época.”, “Mas as moedas encontradas no local datam no máximo até 68 EC, data em que também cessam os manuscritos pelos critérios de datação de que dispomos.”

E então, a pergunta fulminante que mudou tudo:

“Vicente, abra seus bolsos. Deixe-me ver quanto você tem aí em moedas.”. Achei estranho, talvez ele quisesse um café no famoso *point* que ficava no subsolo do Oriental Institute. Em todo caso, obedeci e ele contou as moedas.

“Hmmm, vejo que você tem [exemplo mais ou menos fiel ao ocorrido] seis libras e trinta e dois *pence*.”, “Sim e daí?”, “Eu que pergunto – o fato de você ter esse dinheiro com você no bolso e ele ser todo dinheiro britânico faz de você um inglês?”

Me senti como um discípulo obtuso num *koan* do budismo Zen, e ali mudou todo o meu modo de trabalhar para sempre. Passei também a questionar tudo o que havia lido sobre o essenismo. Na outra semana, fiz o oposto do que vinha fazendo: o trabalho era sobre o Segundo Isaías e resolvi, ao invés de compulsar a literatura secundária *primeiro*, iniciar por uma análise da fonte primária *antes*.

Cheguei para a quarta reunião munido de uma série de observações sobre o Segundo Isaías (Is 40-55), que obviamente haviam sido influenciadas em algum momento pela literatura secundária que eu já tinha lido. No entanto, eram *minhas* observações antes de tudo, a bibliografia secundária aparecia *apenas* nas notas de rodapé do ensaio (fato importante que Martin sublinhou) e as conclusões a que cheguei quanto ao que ele pedira no ensaio eram só minhas, para o bem ou para o mal. Martin se permitiu aquele sorriso de coelho honesto que o caracterizava e disse: “Vicente, finalmente chegamos a algum lugar. Foi uma lufada de ar fresco neste escritório.”. Como disse, foi um desses momentos decisivos na vida de uma pessoa.

Me senti livre e autorizado a fazer o que quisesse com as fontes que lia, algo que jamais fora dito por ninguém para mim na PUC-RIO ou na UnB, inclusive era proibido discordar deste ou daquele autor. A responsabilidade era muito maior, em compensação. Não havia como “empurrar” erros de raciocínio para um terceiro: os acertos seriam meus e os erros também.

Começado o período letivo e acertados os ponteiros com o meu orientador, dediquei-me aos cursos de grego e hebraico para alunos de pós-graduação; fiz ainda hebraico avançado com Hugh Williamson (especialista nos Livros de Crônicas e dos Reis) e hebraico da *Mishnah* com Joanna Weinberg (este último curso foi particularmente difícil: é o hebraico mais truncado que eu já vira). Foi um curso importante em termos pessoais pois nele travei minha amizade mais importante durante

os anos em que estive em Oxford, com uma portuguesa que estudava Ibn-Sina (nosso “Avicena”), Catarina Belo. Foi minha parceira para chás, cafês, concertos de música barroca (que nós dois apreciávamos muito), para estudos em conjunto e muito mais. Fiquei amigo dela e de sua família e permanecemos como os melhores amigos até hoje. Catarina tornou-se professora na *American University of Cairo*, ou AUC, era muito católica e tinha feito uma opção pelo celibato, mesmo como leiga, e também detestava álcool e festas em geral. Ela era do St. Cross, que era famoso pela comida e infame pelas acomodações, e almoçávamos com frequência por lá.

Fiz ainda um curso que, como dizia Martin, não teria muita utilidade acadêmica mas seria “muito bom para a minha alma” (o humor britânico, novamente). O curso tratava dos onze primeiros capítulos do Gênesis em hebraico, lidos e comentados por um então jovem recém-doutor que arrancava suspiros das moças da sala – seu nome era Anselm Hagedorn e também permanecemos amigos, embora não tão próximos, até hoje.

Na ocasião em que ingressei em Oxford, me avisaram também que eu estava sendo aceito para um mestrado – se aprovado, iria para o doutorado. Aquilo me assustou, pois como iria justificar isso junto à CAPES? Porém, logo fui tranquilizado por outros brasileiros que me disseram que era isso mesmo: inicialmente você era aceito para um mestrado e passando, aproveitava o material, o tempo gasto e os valores pagos para concluir o doutorado. Ou seja, independente do “combo” (dois anos de mestrado mais um de doutorado, três de mestrado e um de doutorado, um de mestrado e três de doutorado etc.) eu concluiria tudo em quatro anos³ e sairia com mais um mestrado, o que não era nada mal. O mestrado em questão, cujos exames ocorreram em julho de

³ Pela lei britânica, não se podia cobrar mais de três anos de *fees*, ou taxas, pelo conjunto de estudos que conduzisse a um doutorado: ou seja, em termos de taxas, um doutorado feito em quatro anos tinha o último ano por conta da Universidade, *College* e demais órgãos. Permanecia apenas o valor pago pelas acomodações, já que morei dentro do Wolfson durante todo o período em que estudei em Oxford.

2002, era um mestrado em Estudos Orientais e foi, de longe, a atividade acadêmica mais difícil a que me dediquei, em toda a minha vida.

Meu amigo Matthew me advertiu, jocosamente: “Vicente, é muito fácil entrar em Oxford, sair é outra história”. Ele estava certo. Durante o período até os exames de julho de 2002 a vida era uma correria só, quer durante a semana na cidade, quer no que deveriam ser os finais de semana no *College*: cada hora era importante para o estudo.

Ainda assim, não tive grego nem hebraico suficientemente bons no exame de julho e me foi oferecida a oportunidade de refazê-los em setembro, acompanhados de um ensaio de minha escolha. Foi outro momento muito importante em minha trajetória, pois esse ensaio viria a se tornar meu primeiro e talvez mais lido artigo internacional: “Chemically-Induced Visions in the Fourth Book of Ezra in Light of Comparative Persian Material”, publicado no *Jewish Quarterly Review*.

O tema surgiu da leitura de um capítulo de livro escrito por Anders Hultgård, no qual fazia alusão à apocalíptica persa com relação à do Segundo Templo, mas não respondia diversas questões que eu me punha (que na verdade me acompanhavam desde a graduação, como dito acima). A relação entre apocalíptica persa e outros tipos de apocalíptica continuava a ser minha preocupação e, na prática, as intersecções diversas entre o Zoroastrismo, Judaísmo e Cristianismo primitivo nunca mais me abandonariam, até o fim deste “Memorial”. É interessante pensar que foi a liberdade para escolher um tema e melhorar a nota num exame que iniciaram meu percurso “oficial” como acadêmico nessa “terra-de-ninguém” entre as religiões mencionadas acima.

Resolvi escolher esse tema – depois de conversar com Martin – para tentar resolver dois problemas de uma só vez: o do novo trabalho a ser submetido e também o de começar a estudar para valer a tradição persa. Havia uma seção dedicada à ela no famoso número de 1979 da revista *Semeia*, organizado por John Collins; mas o

tratamento dado à apocalíptica persa ali era, necessariamente, superficial. O volume organizado por David Hellholm (*Apocalypticism in the Mediterranean World and the Near East. Proceedings of the International Colloquium on Apocalypticism, Uppsala, August 12-17, 1979*. Tübingen: Mohr Siebeck) em 1983, que era em grande medida um desenvolvimento do congresso de Uppsala de 1979 resumido na *Semeia*, já apresentava artigos mais aprofundados e interessantes. E um livro bem posterior, organizado por um dos últimos expoentes da *Religionsgeschichtliche Schule*, Geo Widengren, trazia o capítulo de Hultgård mencionado acima, “Mythe et histoire dans l’Iran ancien. Étude des quelques thèmes sur le Bahman Yast”⁴.

Conversei com John Collins ao iniciar esse trabalho, e ele foi muito encorajador tanto no início quanto ao final da redação (e essa altura nos víamos com alguma frequência quando ele estava em Oxford). Suas palavras quando lhe perguntei sobre a utilidade de um artigo desse tipo foram: “Vicente, alguém tem de fazer isso e pode ser você. Ninguém trabalhou até agora *exclusivamente* com a intersecção apocalíptica persa [i.e. zoroástrica] e outras formas de apocalíptica”.

Era verdade. Pus mãos à obra e li os principais textos persas que me ocupariam pelas décadas seguintes – o *Zand-i Wahman Yasn* (ZWY daqui para a frente⁵), o *Ardā Wirāz Nāmāg* (ou “Livro do sábio Wiraz”), o *Jāmāsp Nāmāg* (também conhecido como “*Ayādgar ī Jāmāspīg*”, ou “Memória de Jāmāsp”), a “Conversão de Vištasp” e mais

⁴ Geo Widengren, Anders Hultgård et Marc Philonenko. *Apocalyptique Iranienne et Dualisme Qoumrânien*. Paris: Maisonneuve, 1995. Esse foi outro dos livros “fundantes” em minhas reflexões acadêmicas.

⁵ É importante observar que ainda em 1995 (data do texto de Hultgård) havia quem defendesse o ZWY como um texto menor e muito compacto, de origem “inquestionavelmente” pré-cristã: o título *Bahman Yasht* era atribuído ao ZWY sem muita cerimônia. Foi com a leitura de Cereti (cuja edição do ZWY é, curiosamente, do mesmo ano, 1995) e de outros iranólogos que me dei conta de que provavelmente nunca houve um *Bahman Yasht* concebido nesses termos tão simples: *Bahman* ou *Wahman* é o nome da divindade zoroástrica ligada ao “Bom Pensamento”. E um *Yast* é um hino dedicado à esta ou àquela divindade; *zand* significa “comentário”, em persa médio. Ocorre que nunca se encontrou – se é que algum dia existiu – um *Yast* dedicado a Wahman. O que temos é um apocalipse com muitas camadas redacionais que de hino, nada tem. Tudo isso tornou o tema ainda mais interessante aos meus olhos.

alguns. Percebi que precisaria, em algum momento, do persa médio (ou *pahlavi*) para lê-los, pois as traduções forçosamente deixavam em aberto questões que teriam de ser lidas no original mais próximo (o que, se tratando de fontes em persa médio, constitui um problema à parte).

Dos textos acima, percebi ainda que – e isso se tornaria a principal de minhas preocupações, além do argumento central de meu artigo –, nos apocalipses do Segundo Templo (bem numerosos), era possível encontrar referências à indução química de visões apenas em um texto – o *Quarto Livro de Esdras* ou *4Ezra*, apocalipse que deve ter sido composto após a queda do Templo em 70 EC, mas antes de 100 EC⁶.

Por outro lado, na apocalíptica persa – mal preservada e com incontáveis problemas de datação, maioria dos quais haverá resposta, me parece – achei diversas referências à ingestão de substâncias diversas *antes* da visão desejada. Dito em termos quantitativos: do que sobrou da apocalíptica persa havia, percentualmente, muito mais em termos de indutores químicos, e provavelmente ainda mais quando o conjunto dos apocalipses persas tivesse existido sob uma forma mais completa. E o caso de *4Ezra*, em sua excepcionalidade, confirmava a importância dessas referências persas tanto pela escolha da personagem em cujo nome se escrevia pseudo graficamente (Esdras, vinculado efetivamente ao Império Persa no livro canônico que leva seu nome), quanto pela semelhança dos indutores citados e aqueles que apareciam nos textos persas escolhidos. Esse artigo me abriu inúmeros caminhos de diversas maneiras diferentes.

Em primeiro lugar, me colocou, definitivamente, no campo internacional de estudiosos da apocalíptica do Segundo Templo pela publicação em periódico

⁶ Deixei em aberto, no artigo que compus, se o *Testamento de Isaías* também teria uma mísera e dúbia referência à indução química. Acho correto mencionar o dado, embora na época e mesmo hoje eu exclua essa passagem do *Testamento de Isaías* do rol das passagens relativas à indução química de visões.

estrangeiro – sugestão de Tessa Rajak, que foi uma de minhas examinadoras na ocasião.

Em segundo lugar, ironicamente, me tornou autor muito citado por todos aqueles que, acadêmicos ou não, desejavam promover a legalização das drogas em geral no mundo moderno, usando meu artigo como uma de suas armas preferidas (é comum ler, ainda hoje, que “o Prof. Dobroruka mostra [*sic*] que na Antiguidade se fazia uso liberal [*sic*] de alucinógenos etc.”). Mas não se tem controle sobre o consumo daquilo que se escreve, então deixemos assim (ainda que o autor deste “Memorial”, pessoalmente, jamais tenha feito uso de alucinógenos ou enteógenos em sua vida).

E por último, após receber as congratulações de John Collins antes da publicação (“Vicente, achei ótimo o seu artigo! Publique!”), pude graças a esse artigo concluir meu grau de Mestre em Estudos Orientais. Como disse, foi o diploma mais penoso que jamais obtive: nada foi tão difícil de conseguir, antes ou depois.

Concluída a saga do Mestrado em um ano e cinco meses aproximadamente – i.e. outubro de 2002 –, passei a ter nas mãos não uma, mas várias possibilidades de projeto de doutoramento, em vários lugares. Poderia ter ficado no Oriental Institute, mas fatores burocráticos intervieram mais uma vez.

Martin convocou então uma reunião com todos os seus orientandos (devíamos ser em oito ou nove no máximo) para nos explicar que o Oriental Institute estava em maus lençóis na época por conta dos sanscritistas, que sistematicamente atrasavam seus prazos de entrega e com isso faziam com que o Instituto fosse penalizado financeiramente pelo governo britânico. Ele pediu que todos nós fôssemos para outros locais (em termos administrativos) – ele manteria a nossa orientação pois podia orientar noutras faculdades ou institutos, mas gostaria de ver quantos pudesse longe dali.

Foi perguntando: “Quem pode ir para Estudos Clássicos? E para História Antiga? E para Teologia?” e assim por diante. Eu já tinha um interessado para me orientar na Theology Faculty, Christopher Rowland (ou simplesmente Chris, como ele preferia ser chamado), e achei que seria o melhor lugar para desenvolver um estudo no que não era propriamente de Teologia (ao menos não de Teologia Sistemática), mas Ciências da Religião. A Theology Faculty comportava isso e Chris Rowland, do *Queen’s College*, era muito bom na área. Depois de John Collins, Chris deve ter sido quem mais publicou sobre apocalíptica naquela época. John vinha publicando desde meados dos anos 70, orientado por John Strugnell, estudioso dos Manuscritos do Mar Morto. Chris, por sua vez, havia publicado sua tese, *The Open Heaven*, em 1982.

Chris era amigo de Paulo Nogueira e já tinha vindo diversas vezes ao Brasil; era ainda profundo interessado em processos visionários (daí sua paixão por William Blake, de quem eu também gostava muito) e em religião comparada. Como é comum em Oxford e demais universidades britânicas, ele pediu a mim e a Martin que trabalhássemos juntos, em regime de coorientação. Desse modo, tive Martin como meu orientador no mestrado que fiz em Estudos Orientais e, invertendo a “dobradinha” (já que Martin tinha tido muito outros estudiosos em coorientação com Chris), tive Chris como orientador principal e Martin como coorientador no doutorado propriamente dito.

Devo acrescentar que, além do transtorno burocrático motivado pelos sanscritistas no Oriental Institute, Martin estava para tirar uma licença da qual resultaria seu livro mais famoso, *Rome and Jerusalem* (um estudo mais amplo sobre a Guerra de 70). Por tudo isso, no período de fins de 2002 (quando fui aceito formalmente na Theology Faculty) até a defesa da tese em dezembro de 2005, estive mais sob a supervisão de Chris do que de Martin. Isso não constituiu qualquer problema e, por um desses acasos, me levou mais ainda para o campo de estudos persas no futuro – Chris

havia tido aulas em Cambridge com Ilya Gershevitch, iranólogo importante no pós-guerra (tradutor do “Hino avéstico a Mithra”, entre outras coisas).

Chris e eu decidimos as seguintes coisas para o doutorado: primeiro, que o artigo que me garantiu o mestrado no Instituto Oriental seria um dos capítulos da tese; segundo, que a tese seria sobre estados alterados de consciência, dos quais aqueles induzidos quimicamente são, nesse sentido, apenas um caso particular; e terceiro, que a tese seria um trabalho em chave de estudos comparados. Esse último item definiria os rumos da tese final, como veremos.

Nessa etapa da vida, portanto, tive de limitar meus anseios pelo estudo da apocalíptica persa (à época, Oxford não era centro de excelência nessa área, coisa que mudou de uma década para cá com a ida de Yuhan S.-D. Vevaina ao, imaginem, Wolfson para compor a área de estudos em persa médio). Ao mesmo tempo, tinha de achar um tema que satisfizesse os meus interesses e os de Chris (e em menor medida, de Martin), levando em conta o modo como os estados alterados de consciência descritos na apocalíptica do Segundo Templo poderiam ser entendidos além dos lugares-comuns, que eram imposturas justificadas pela autoria pseudepigráfica. Buscamos paralelos nos quais estados alterados de consciência (“ASC”, de *altered states of consciousness*) fossem observáveis com acuidade “em tempo real”, e optamos por um estudo comparado dos episódios visionários da literatura do Segundo Templo (com ênfase na apocalíptica) e aqueles descritos na vasta literatura espírita de viés kardecista.

Teríamos um campo fértil pela frente, como de fato ocorreu: o estudo comparado do transe kardecista com as visões dos apocalipses me ocuparam pelos anos seguintes, que transcorreram sem sobressaltos. Como me haviam dito, o mestrado era uma espécie

de “prova de fogo” e o doutorado seria bem mais tranquilo, como estava sendo para meus demais amigos e colegas.

Reuni material considerável sobre as visões descritas na literatura espírita do séc. XX e comparei esse acervo – em si mesmo muito vasto – com os episódios de ASCs descritos nos apocalipses do Segundo Templo. Pude ver que não era novidade metodológica o que eu estava fazendo (Peter Machinist, por exemplo, havia realizado trabalho semelhante com relação aos cultos nativos norte-americanos), mas a nova descoberta estava na utilização da literatura kardecista como “gabarito” de fenômeno “verificável”, já que era contemporânea por comparação com os ASCs da literatura apocalíptica do Segundo Templo.

Entendi também – como muitos amigos e colegas lá em Oxford já haviam entendido antes de mim – que a tese era apenas um instrumento para o doutorado. Obviamente, teria de ter qualidade, mas não necessariamente definiria os rumos de minha vida acadêmica. Verifiquei que isso era correto não apenas para mim mesmo, ou para a minha geração, mas também para os meus orientadores e professores. Mantive a coerência geral no estudo da literatura apocalíptica e o foco no tema principal – o que fosse utilizado para entendê-la era, por definição, secundário. Muito me interessava a velha encruzilhada entre escatologia / milenarismo / filosofias especulativas da história, e tive vários caminhos abertos para o aprofundamento desses ramos em meu doutorado.

Todos deram fruto: pude estudar mais e melhor Josefo (que acabaria tendo um papel discreto na empreitada geral do doutorado), pude me iniciar nos estudos de apocalíptica persa (que retomaria em força tão logo fosse possível) e pude fazer uma varredura na apocalíptica do Segundo Templo buscando as indicações de ASCs. Para realizar essa última tarefa, tive de ler por completo tudo o que havia sido publicado dessa literatura à época, ou seja, basicamente os textos da edição de James H.

Charlesworth, de quem me tornaria amigo posteriormente⁷. Inclusive, minha geração levou a tarefa mais longe, editando e comentando mais pseudepígrafos e eu tive meu papel nesse processo, como veremos abaixo.

Com tudo isso, entreguei parte da tese a Paul Joyce (examinador externo) e fui aprovado, em meados de 2003, para seguir adiante. Continuei com os estudos comparados e, como conclusão da tese e conclusão geral, creio ter ido um pouco além dos becos-sem-saída habituais ao mostrar que inspiração revelatória nos textos era fenômeno compatível com os estados alterados de consciência descritos nos apocalipses do Segundo Templo. Isso não provava que esses estados de consciência fossem autênticos (evitando deliberadamente aqui o termo “verdadeiros”, que seria de maior amplitude porém menos adequado), mas sugeria que o mecanismo da pseudepigrafia poderia obedecer a princípios semelhantes aos da psicografia: o “autor mecânico” poderia se imaginar – teoricamente – como o “autor putativo” do texto em questão.

Uma objeção séria à tal tese é o conjunto de interdições que cercam a manipulação dos mortos e de seus espíritos, além da necromancia e práticas afins presentes no judaísmo. Todavia, essas interdições – como muitas outras – pareciam ter exceções notáveis no mundo do Judaísmo do Segundo Templo: muito do que se encontrava interdito no Pentateuco (ele mesmo compilado durante o Exílio) era transgredido ou já se tornara letra morta no mundo dos apocalipses (que é, em grande medida, o mundo que Jesus conheceu). A inspiração “textual”, além disso, obedecia a certos padrões: apocalipses de cunho mais “legalista” eram atribuídos a Moisés ou

⁷ Organizador dos *Old Testament Pseudepigrapha*, em dois volumes – o primeiro de 1983, o segundo de 1985, com muitas edições por editoras diversas.

Abraão; aqueles mais relacionados à destruição do Primeiro Templo por comparação com o Segundo, a Esdras ou Baruch.

Restavam então os *Oráculos Sibilinos*, uma coleção absolutamente incongruente (e por isso mesmo, mais interessante aos meus olhos), tardia e, principalmente, composta por escritos formalmente redigidos por uma mulher e não por um personagem masculino, como os demais. Descobri também que entre todas as fontes compulsadas, os *Oráculos Sibilinos* eram os únicos a relacionarem sexualidade ao êxtase profético: tal descoberta daria margem a mais estudos nessa área nos anos seguintes. Para o doutorado propriamente dito (relativamente ao qual havia, além de tudo, um limite legal máximo de 100 mil palavras do qual eu estava me aproximando), o que eu havia reunido e estudado estava de bom tamanho.

Desse modo, seguindo o rito acadêmico de Oxford – dois examinadores, um interno (Paul Joyce) e o outro externo (Paulo Nogueira) e defesa vedada ao público – tive minha defesa realizada no final de 2005. Por essa época eu já havia retornado ao Brasil, pois a bolsa e a licença iriam apenas até agosto de 2005, quando se iniciava o semestre letivo na UnB. Esse “atraso” na defesa não se deu por culpa do autor deste “Memorial” (já que a tese foi aceita para defesa e depositada na Theology Faculty em maio de 2005), mas por questões internas de Oxford: o mesmo Paul Joyce que havia sido examinador de parte da tese anteriormente foi considerado o único examinador apto para minha tese, mas só poderia fazê-lo em dezembro e não antes disso. Expliquei o fato à CAPES e não houve problemas.

No começo de dezembro de 2005, defendi com sucesso minha tese, que não teve correções por fazer – algo incomum em Oxford. Foi aceita como tal e aprovada: missão cumprida. Com a ata da defesa pude fazer minha progressão funcional na Universidade de Brasília e, alguns meses depois, recebi o diploma em casa. Tornei-me Adjunto no

começo de 2006 quando recebi o diploma e com isso um mundo de possibilidades de atuação se abriram.

Do doutorado ao pós-doutorado e depois

O período 2006-2009 foi marcado por turbulências graves em minha vida pessoal, que fatalmente se repetiram em minha atividade acadêmica. Vivi um divórcio particularmente desagradável, tanto financeiramente quanto por questões de guarda parental. As decorrências desse divórcio permanecem até os dias de hoje e resolvi – como, de certo modo, havia feito após o falecimento de meu pai, quinze anos antes – me dedicar ainda com maior afinco à vida acadêmica, como forma de amenizar os (muitos) dissabores da época.

Iniciei logo o tratamento médico para ansiedade e depressão e, talvez mais importante do que tudo isso, comecei minha sonhada terapia junguiana, algo que almejava desde a adolescência. Ironicamente, o “Livro do sábio *Wirāz*” era fonte importante para o próprio Jung: minha identificação com a terapia junguiana e minha rejeição plena à psicanálise se devem, em grande medida, ao modo como Jung levou à sério a religião, por comparação com Freud e outros de seus seguidores.

Uma coisa importante ocorrida no período 2006-2009 foi o pedido da editora alemã Walter de Gruyter para publicar minha tese na coleção “Ekstasis”. Foi uma grande oportunidade e uma grande lição – uma tese aprovada sem problemas, mesmo sem correções, teria de ser um ótimo livro, certo?

Não, errado. O título da minha tese é *Aspects of Late Second Temple Jewish Apocalyptic: A cross-cultural comparison*, já o livro resultante ficou com o título de *Second Temple Pseudepigraphy: A cross-cultural comparison of apocalyptic texts and related Jewish literature*, e devo dizer que não estava à altura do que escrevi originalmente.

Certamente a obra publicada cumpre a função de trazer um novo elemento para o debate acerca da natureza da inspiração pseudepigráfica, mas como um resenhista rigoroso se perguntou: “Boas teses se tornam necessariamente bons livros?” A resposta, obviamente, é não. O livro pecou por muitos problemas de revisão e de atualização de bibliografia que só posso imputar a mim mesmo: como disse acima, estava vivendo uma época particularmente turbulenta de minha vida pessoal e não dei à revisão e ao formato do livro os cuidados merecidos. A editora pode apenas em parte ser responsabilizada por isso, já que poderia ter realizado uma revisão mais rigorosa, mas isso não teria mudado substancialmente a natureza de *Second Temple Pseudepigraphy*. Foi o que pude fazer de melhor num período muito complicado, mas ao mesmo tempo, o lançamento do livro no estrangeiro foi mais um passo importante para minha carreira fora do ambiente restrito que encontrei no Brasil.

Além da “redação” do livro, no período 2006-2009 pude consolidar as atividades de meu grupo de pesquisa citado acima, o PEJ: voltei-me com especial ênfase para a Iniciação Científica, como já vinha fazendo, e comecei as iniciações em nível de mestrado e algumas no doutorado. Destas últimas, as mais importantes foram as da Profa. Tupá Guerra – doutorada em Birmingham sob a orientação de minha colega Charlotte Hempel –, que tornou-se provavelmente a maior especialista viva em demonologia e esoterismo nos Manuscritos do Mar Morto; e a orientação, em nível de mestrado, do Prof. Rodrigo Carvalho Silva, especialista em história da astrologia e, portanto, em Berossos.

Pude ainda realizar anualmente eventos do PEJ, sempre com a apresentação de nossos trabalhos localmente e com a vinda de convidados estrangeiros: trouxe Steve Mason, Louis Painchaud (Université Laval, especialista em apocalipses cópticos e orientador de meu antigo aluno Julio César Chaves, que se tornou ele mesmo coptólogo

de nomeada), Almut Hintze, Martin Goodman e Alison Salvesen entre os finais de 2006 e 2009. Todos já eram de alguma forma amigos e de cada um surgiu algum prosseguimento de estudos e publicações, quer para mim quer para meus orientandos.

Surgiu no período posterior ao meu doutoramento a possibilidade de ter um primeiro livro como editor, ou co-editor: meu agora colega Julio César Chaves, então concluindo seu doutorado no Canadá, me propôs a realização de um volume com a participação de vários autores, tanto em início de carreira (como o orientalista hoje muito conhecido, Alin Suciu) quanto já consolidados. Como a ênfase do volume recairia sobre visões e visionários, optamos por dar ao livro o título de *Espectadores do Sagrado: Literatura apocalíptica, apócrifos do Novo Testamento e experiência visionária*. A editora escolhida para submeter a publicação e que a aceitou foi a Editora da Universidade de Brasília. Graças aos atrasos tanto de contribuidores como da própria editora, esse livro só seria lançado em 2015.

Como disse inúmeras vezes neste “Memorial”, meu interesse pela apocalíptica persa — surgido no bojo da encruzilhada tantas vezes citada de escatologia/milenarismo/filosofias especulativas da história —, se deu como caso particular, tanto pelas implicações que a apocalíptica persa poderia ter sobre a judaica quanto pelo meu gosto pela literatura apocalíptica em geral. Como nos tempos da PUC-RIO, ficava cada vez mais claro que a literatura apocalíptica fora o veículo através do qual essa encruzilhada tomou forma.

Mesmo quando se tratava de leituras em segunda mão (como em Lessing) ou mesmo de leituras do Novo Testamento tributárias do Antigo (Antônio Conselheiro), era através da apocalíptica que a escatologia era vazada como componente de reflexão. É verdade também que esse modo de ver a apocalíptica tem sido criticado nas últimas décadas pela geração posterior a John Collins e Chris Rowland, e com razão. Há muito

mais na apocalíptica do que seu componente escatológico, e Martha Himmelfarb talvez seja a crítica mais contundente do “exagero” ao se enfatizar o peso da escatologia na apocalíptica, com bons argumentos.

Dentro dessa linha de raciocínio, ficou claro para mim desde a graduação que a apocalíptica judaica continha muitos elementos que não podiam ser remetidos apenas ao ambiente semítico do profetismo. Logicamente, eu não fui o primeiro a fazer essa ressalva (pensemos em Gerhard von Rad, por exemplo), mas para mim as relações entre profetismo como escolha mais óbvia para a origem da apocalíptica judaica tornavam-se cada vez mais turvas.

Por outro lado, ao examinar a grande matriz daniélica, percebi logo cedo (por mim mesmo e pela literatura secundária) que os elementos estruturantes do livro de Daniel (todos ligados ao mito das idades do mundo) não tinham paralelos semíticos; a leitura de Geo Widengren e mesmo, antes dele, de John Collins, reforçaram essa certeza. A matriz, se havia alguma, devia ser indo-europeia e, mais precisamente, indo-iraniana.

Dentro desse interesse antigo, atizado pelo trabalho realizado no Oriental Institute e por conversas informais com diversos colegas da área, lembrei-me do conselho de John Collins: talvez eu fosse a pessoa certa para levar a cabo esse estudo. Por esse motivo, conversei com Catarina Belo sobre quem seria oportuno chamar para o evento do PEJ de 2007 e ela me sugeriu um iranólogo que eu conhecia de nome, Nicholas Sims-Williams. Seria uma personagem importante em minha vida anos mais tarde, mas ele declinou educadamente o convite para o evento nessa data. Sugeriu, em seu lugar, Almut Hintze, iranóloga da SOAS (*School of Oriental and African Studies*, Universidade de Londres). Fiz o contato, ela aceitou e veio em novembro de 2007. Foi outro desses eventos fundantes em minha trajetória.

Os eventos do PEJ foram todos, com uma ou outra exceção, financiados pela CAPES e assim eu conseguia as passagens, a acomodação, a alimentação do convidado e demais coisas que se fizessem necessárias. Na ocasião, ela já era sucessora de Mary Boyce na SOAS, acadêmica que foi talvez o nome mais importante no estudo moderno do Zoroastrismo. A história do zoroastrismo em três volumes por Mary Boyce (1975-1991) ainda é obra de referência obrigatória para estudiosos da área. O posicionamento dela era bastante ortodoxo quanto à datação, às origens dos idiomas em que os textos estavam escritos, e à função da “diáspora zoroástrica” do Irã para a Índia após a invasão árabe e temas correlatos. A minha posição também tendeu sempre para esse lado e a de Almut não era diferente.

Propus, então, uma série de quatro *lectures* sobre o Zoroastrismo, iniciando por uma introdução bem básica e se aprofundando nos temas mais propriamente apocalípticos; era o regime normal dos convidados dos eventos do PEJ, antes e depois de Almut. Ela aceitou e, como de praxe, as falas dos convidados ocorriam ao final do dia, como conclusão da programação. Na época (2007) eu já tinha um interesse vivo no Zoroastrismo e na literatura apocalíptica em persa médio, além de um ou outro orientando trabalhando com o ZWY. Almut deu suas palestras no antigo Auditório do IH, que sempre usávamos. Tivemos sempre casa cheia nesses eventos e no último dia de sua participação, uma sexta-feira, aconteceram duas coisas surpreendentes.

A primeira, logo cedo, foi o convite dela dirigido a mim ainda no café da manhã na universidade: “Vicente, você não gostaria de fazer um estágio pós-doutoral e ter tempo de se dedicar ao persa médio para valer? Assim você não ficaria refém das traduções. Você sabe como isso é ruim pelo que me conta antes de ter tido o contato com o grego, o hebraico e o latim.”, “Sim, é verdade. Gostaria muito, e poderia também trabalhar com textos ‘sincréticos’ que juntam o que os gregos e cristãos primitivos

achavam do Zoroastrismo com outras noções, de outros cultos.”, “Exatamente! Você aceitaria ficar um ano, ou aproximadamente um ano, em Cambridge nessa condição? Eu fui de Clare Hall, Cambridge, durante muito tempo. Moro lá e você poderia propor sua candidatura como Visiting Scholar”.

Dei um pulo na cadeira, mal podia acreditar na oportunidade e passado o susto, aceitei sem pestanejar. Disse a ela, contudo, que estava fora de cogitação ir em 2008 ou 2009 por conta da escala de licenças do Departamento, mas que iria em 2010, com uma bolsa daqui do Brasil mesmo (acabaria sendo da CAPES, como sempre).

A segunda coisa do dia que me surpreendeu – e surpreenderia outros acadêmicos dessa área, anos depois – foi a emoção incontida de Almut na sua fala de despedida: ficou intrigada e muito feliz ao ver que num país com os problemas que o nosso tem, fora do eixo tradicional de estudos zoroástricos (Europa – América do Norte – Austrália), havia tanta gente interessada no assunto e alunos se graduando na área. Foi um momento especial em que todos se sentiram acolhidos.

Mantivemos contato, continuei a produzir minhas coisas habituais por aqui (tinha de concluir a transformação da tese em livro, principalmente) e redigi um pequeno manual de normas de citação e método para o PEJ. É um opúsculo do qual tirei ISBN e que se revelou muito útil num ambiente em que as queixas dos meus orientandos quanto à ausência de normas e orientações metodológicas eram frequentes. Esse manual está em processo de revisão no momento de redação deste “Memorial”, pois de 2007 para cá muita coisa mudou em termos das fontes primárias mais usadas e suas abreviações e edições.

Em janeiro de 2010 fui para Clare Hall, Cambridge, e me senti imediatamente em casa: era um ambiente bem menos agitado do que o Wolfson (de Oxford), mas com muitas semelhanças. Foi fundado no mesmo ano (1965) pelos mesmos motivos (dar

filiação a muitos acadêmicos que não tinham Colleges), a arquitetura era moderna e, por coincidência, também ficava ao final de uma rua sem saída. O ambiente era acolhedor e fui recebido por um arabista colega de minha amiga Catarina Belo, Tony Street.

A acomodação foi mais fácil dessa vez e em pouco tempo eu estava “ativo”: esbocei com Almut um programa do que iria fazer durante minha estada em Clare Hall (que iria até outubro somente, por opção minha). Abri três frentes: em primeiro lugar, iria estudar o persa médio com um orientando de doutorado dela, Rastin Mehri, em Londres, semanalmente. Esse estudo seria na SOAS e eu aproveitaria o que pudesse dele já na realização das outras duas etapas do meu pós-doutoramento.

Em segundo lugar, ministraria pelo menos duas palestras em Cambridge, Oxford ou Londres sobre o que eu estava pesquisando. Isso ocorreria em eventos específicos ou em eventos de fluxo contínuo (por exemplo, os *ASH Colloquia* de Clare Hall ou as palestras de sexta-feira no *Ancient India and Iran Trust*, do qual me tornei membro vitalício).

Por fim, combinei com Almut um conjunto de pelo menos quatro artigos a serem publicados em inglês. Convém lembrar aqui que, por conta dos processos de publicação de cada periódico, todos foram aceitos durante minha estada em Cambridge mas alguns só vieram a ser publicados durante a pandemia, mais de dez anos depois (referências completas no Currículo Lattes anexo e os artigos completos, na pasta *online*). Os artigos são os seguintes, e podem ser examinados pelo leitor deste “Memorial” nas pastas anexas *online*:

“*Hesiodic reminiscences in Zoroastrian-Hellenistic apocalypses*” (BSOAS, 2012)

“*Zoroastrian apocalyptic and Hellenistic Political Propaganda*” (ARAM Periodical, 2014)

“*The order of metals in Daniel 2 and in Persian apocalyptic*” (*ARAM Periodical*, 2014)

“*Mithridates and the Oracle of Hystaspes: some dating issues*” (*Journal of the Royal Asiatic Society*, 2020)

Além desses escrevi para revistas e livros no Brasil. No mesmo período publiquei um capítulo sobre Flávio Josefo (2012) bem como outro sobre um texto pseudo-zoroástrico encontrado por acaso durante meu trabalho na biblioteca principal em Cambridge – “Um manuscrito pseudo-Zoroástrico e o papel do Salvador no Cristianismo Primitivo Oriental” (2011). Saíram também os artigos em periódicos nacionais: “Eras do mundo e finitude do homem em alguns textos persas tardios” (Nearco, 2013) e “Aspectos do mito das “idades do mundo” na Antigüidade” (2011). Oito produções impressas decorrentes de meu período de afastamento em Cambridge, portanto.

Ministrei uma palestra no *Ancient India and Iran Trust* (minha primeira no estrangeiro), que era o esboço de um artigo futuro (a boa e velha lógica de não perder nada a que eu pudesse dar continuidade), uma na SOAS (essa também “rascunho” de artigos tentando esboçar as relações entre Hesíodo e mitos das idades do mundo no Zoroastrismo), um colóquio em Clare Hall para convidados estrangeiros (este mais geral, onde pude expor para um público mais variado meu trabalho e minhas preocupações) e uma de duas participações nas ARAM Conferences em Oxford.

Essas conferências ARAM eram realizadas por um benfeitor local, no Oriental Institute em Oxford, e em 2010 o tema do evento era “Zoroastrismo e o Levante”. Almut também apresentaria um *paper* e eu levei outro. Foi uma oportunidade excelente de me entrosar na área de Iranologia, pois estavam presentes também Prods O. Skjærvø (então em Harvard, hoje aposentado), Dan Shapira (Bar-Ilan University, Israel) e o

falecido Yaakov Elman. Fui bem encorajado por todos e foi muito gratificante rever meus mestres do doutorado no mesmo local onde havia estudado, apenas nove anos antes. Tomei um café com Martin Goodman, que ficou especialmente feliz por ver que “tinha encontrado um nicho”. Segundo ele: era o espaço que eu sempre quis, a “terra-de-ninguém” entre a apocalíptica judaica e a apocalíptica zoroástrica. Foi um momento muito especial também por eu ter dado minha palestra na mesma sala em que Martin me deu aula.

Continuei tendo aulas com Rastin na SOAS em Londres e fui ampliando bastante minha bibliografia, primária e secundária, na área de estudos sobre apocalíptica zoroástrica. Muito do que eu tinha como certezas quando mais jovem se revelaram, na verdade, questões – mas é de fato assim que as investigações caminham. Para mim, o ponto fulcral da polêmica, a relação entre o livro de Daniel e os textos zoroástricos, sempre me pareceu bastante óbvia, mas isso mudou muito por vários motivos.

Em primeiro lugar, dadas as muitas questões que tanto o persa médio quanto o avéstico (língua sagrada utilizada nos textos religiosos zoroástricos – note-se que o persa médio nunca teve esse *status*) me colocavam em termos de datação, eu não tinha mais certeza se o ZWY, ou qualquer protoforma que ele tenha tido, seriam *forçosamente* anteriores a Daniel.

Dito de outro modo, as evidências de que eu dispunha – e disponho – são todas circunstanciais: o “mundo” da poesia avéstica que fala de Zaraθuštra mostra um cenário de finais da Idade do Bronze, ou fins do Segundo Milênio AEC, mas um ou vários compositores habilidosos poderiam ter “imitado” essa ambiência. O fato da evidência em avéstico ser, textualmente, tardia em mais de dois mil anos aos eventos descritos também não era a maior das dificuldades: por quantos séculos Homero fora preservado oralmente? E a literatura do hinduísmo?

Todavia, eram objeções que não se podia ignorar e que iam tomando forma concreta à medida em que eu ia me aprofundando no estudo do persa médio e fazendo minhas primeiras incursões no avéstico e no persa moderno.

No caso do persa médio o cenário era ainda pior, dada a comparativa escassez de manuscritos e a péssima qualidade dos mesmos. Para o estudo da (agora) suposta “fonte” para Daniel, eu dispunha de quatro manuscritos do ZWY, dos quais somente dois completos, e o mais antigo datava ao séc. XIII EC (com referência a outro, do séc. IX EC, no colofão. Ninguém viu ou ouviu falar desse outro, mais antigo). Comparemos isso às mais de dez cópias de Daniel entre os Manuscritos do Mar Morto, fora a literatura paradaniélica do mesmo conjunto de textos. Tudo o que eu tinha, daquele momento em diante, eram as formas aparentemente menos desenvolvidas do mito das quatro idades do mundo no ZWY; Daniel parecia um “aprimoramento” das mesmas.

Não me dei por vencido e mesmo com um idioma tardio (o persa médio deve ter tomado a forma que conhecemos no Período Sassânida – após 224 EC, portanto), manuscritos cheios de erros e também tardios, continuei a garimpar o que podia. Talvez eu não “provasse” a anterioridade do mito persa em relação a Daniel mas havia muita coisa a ser discutida entre ambos. Tanta coisa que talvez gerasse outro livro.

Tendo concluído com sucesso meu pós-doutoramento ao final de 2010, eu tinha uma produção inicial razoável na área de Iranologia e estudos de sincretismo tardio no mundo cristão primitivo, havia aprendido algo do persa médio que me permitiria caminhar com as próprias pernas e feito muitos contatos na área. Mais importante, havia me firmado, como Martin dissera, como alguém que fazia o que ninguém mais fazia, por um motivo ou outro: continuei a trabalhar com apocalipses do Segundo Templo e assemelhados em suas intersecções com os textos em persa médio. Isso me garantiu lugar tanto entre iranólogos como entre os estudiosos da literatura do Segundo Templo,

em especial entre aqueles que viriam a constituir o importante *Enoch Seminar* – que em 2010 ainda era denominado *4Enoch* (por analogia com os livros pseudepígrafos de Enoch, que são três). Tornei-me ainda membro vitalício de Clare Hall e também membro, ou “amigo” vitalício, do *Ancient India and Iran Trust*, ambos em Cambridge. São contatos importantes que mantenho até hoje.

Como dito acima neste “Memorial”, a aquisição, ainda que com dificuldades, do persa médio me permitiu explorar um mundo de possibilidades que, após 2010, ainda pareciam muito bem definidas e como que traçadas de antemão. Me refiro ao velho interesse com relação ao vínculo entre Daniel e a apocalíptica persa – com mais tempo agora e acesso a fontes que para mim eram novas, pude me encaixar no “nicho” a que se referia Martin. Ninguém transitava entre esses dois universos e eu resolvi começar esse processo.

Voltei e me assentei em 2010, e ao longo de 2011 a ideia de um livro tratando de Daniel e as (possíveis) presenças persas no mesmo foi tomando forma. Conheci via redes sociais um dos meus heróis de juventude, James H. Charlesworth (Princeton): recebi dele um convite para duas ou três palestras em Princeton, no final do ano de 2011. Aceitei na hora, fui muito bem recebido e pela primeira vez na vida, pago para dar palestras (150 dólares). De todas essas palestras sobre Daniel e fontes persas, surgiu a ideia de um livro mais robusto que James me ofereceu para ser publicado pela então T & T Clark na série *Jewish and Christian Texts in Context and Related Studies*, organizada pelo próprio James. Ele submeteu o projeto ao conselho editorial da série e no outono de 2011, um mês depois de minha estadia em Princeton, recebi o contrato para um livro que teria o título de *Persian Influence on Daniel and Jewish Apocalyptic Literature*.

Assinei e continuei organizando os capítulos à partir do que já tinha: achei também que se nos anos seguintes eu voltasse minha produção para esse tema em eventos, congressos e assemelhados, ganharia tempo (a velha ideia de meu pai novamente, sempre fazer coisas que levem a outras coisas).

O contato com James me levou a conhecer mais gente *online*, a maior parte ligada ao futuro *Enoch Seminar*. Com isso, pude me apresentar em 2012 num de seus encontros, o *Nangeroni Meeting* perto de Milão. O capítulo dali resultante foi respondido por Michael Stone e pude travar contato com muitos acadêmicos que seriam fundamentais para mim nos anos seguintes e até hoje: Lorenzo DiTommaso, Gabriele Boccaccini, Shaya Sheinfeld, Ory Amitay, Jim Davila e Matthias Henze. Eu reencontraria com esses nomes (alguns dos quais pude trazer ao Brasil) nos anos seguintes e, junto com Lorenzo (outro de quem me tornei amigo) acabei me tornando membro do comitê para literatura apocalíptica da SBL (*Society for Biblical Studies*) e, depois, presidente dessa mesma comissão entre 2017 – 2019.

Particpei de quatro eventos da ISBL (*International Society for Biblical Studies*, o braço não-norte-americano da SBL, digamos assim) entre 2012-2019, sempre apresentando *papers* que acabaram, em sua maioria, virando artigos ou capítulos de livro, sempre com o foco nas relações entre apocalíptica persa e o “resto” – fosse esse resto judaico, cristão ou algum de material sincrético no meio do caminho. Meu interesse pelos *Oráculos de Hystaspes*, que vinha desde o mestrado, intensificou-se ainda mais no período e aqui também muitas das certezas que eu tinha quando mais novo passaram a constituir objetos de estudo separados. Eu achava que os *Oráculos de Hystaspes* nem mereciam um plural; para mim, como para boa parte dos autores da *Religionsgeschichtliche Schule*, era apenas um oráculo do qual tínhamos partes dispersas (basicamente entre Justino, o Mártir, Clemente de Alexandria e Lactâncio).

Em pouco tempo vi que, como caso do ZWY, aqui também o que parecia solução é que constituía o problema: como juntar esses trechos, todos muito diferentes entre si quer pelo conteúdo, quer pela datação e “criar” um mosaico do que teria sido um, e apenas um, *Oráculo de Hystaspes*? Passei a trabalhar com muito mais cautela, nesse tema e noutros: o melhor que eu poderia fazer seria editar e criticar os trechos do que temos e atribuí-los, atenciosamente, à personagem sincrética que é “Hystaspes” – forma helenizada do primeiro patrocinador de Zaraθuštra, Vištaspa.

Datam desse período, em que estive concentrado essencialmente no livro originado das palestras em Princeton, os artigos “Eras do mundo e finitude do homem em alguns textos persas tardios” (Nearco, 2013) e “Observações preliminares sobre a literatura enóquica encontrada no oásis de Turfan”, na Revista do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos da UFRJ, o NIEJ (2011).

Voltei a me dedicar a artigos avulsos que tivessem relação com o velho tema da apocalíptica (de matriz daniélica ou não) apenas em 2019, com “Eunus: royal obverse, messianic preacher, firebreather and avenger of Syria”, publicado na Revista Diálogos Mediterrânicos (2019). Me interessaram também outros escritos como “O uso de Dioniso como item de propaganda na revolta de Espártaco: um estudo de caso”, publicado pela *Topoi* da UFRJ (2020), além de um artigo sobre os povos de Gog e Magog (que me fascinavam desde a graduação) tal como apareciam na obra de um viajante árabe, o primeiro a visitar a Rússia medieval ainda em formação – Ibn Fadlan (para o viajante árabe, “Gog” e “Magog” eram “Guj” e “Majuj”). O artigo chamou-se “Ibn Fadlan and a By-passed remark on an imaginary geographical Topos: some observations on the decreasing factual credibility regarding the Caucasus area of the Silk Road” e foi publicado na *Esboços* em 2020, e me rendeu a participação num evento comemorativo das viagens de Ibn Fadlan em Moscou, desta vez realizado *online*.

Durante o período posterior a 2010 até hoje continuei a publicar em áreas e assuntos correlatos (tudo isso se encontra documentado no folder anexo), e um exemplo desses foi um artigo sobre o “teríaco” – remédio milagroso capaz de curar todos os males e que teria feito parte dos presentes de uma embaixada bizantina à China. Esses artigos, sem descartar sua importância, resultaram de “sobras” encontradas durante outras investigações ou mesmo de orientações de alunos.

Meu contato com os especialistas na área de Iranologia também aumentou após 2012. Aproveitei eventos no estrangeiro para os quais havia sido financiado, no todo ou em parte, para apresentar *papers* na área de apocalíptica e travar contato com acadêmicos da parte de Iranologia. Assim conheci Miguel-Ángel Andrés Toledo na Freie-Universität Berlin (FU Berlin) durante um evento da ISBL em 2017; o mesmo ocorreu durante evento hospedado na Gregoriana em Roma, 2019, quando pude conhecer Carlo Cereti, o grande tradutor do ZWY. Esses contatos foram muito importantes e estão mantidos até os dias de hoje. Outros acadêmicos da área que pude conhecer *online* durante o período foram Touraj Daryaee, Yuhán S-D. Vevaina e Domenico Agostini.

Dos eventos dessa época, é digno de nota minha participação num congresso no Teerã, em janeiro de 2017: o PLIS (*Persian Language International Studies*). O convite surgiu em 2016 por intermédio do Prof. Farhad Sasani, parte de um programa (então) permanente entre a UnB e a Embaixada do Irã. Durante o período de 2009 – 2018 eu tive aulas de persa moderno com diversos professores que ministravam a matéria na Universidade e o Prof. Farhad Sasani, que se tornou um amigo próximo (assim como seu antecessor, Mostafa Nadeem, de Shiraz), achou que eu poderia representar o Brasil no evento, uma vez que eu mesmo dava aulas de persa médio a meus orientandos, em geral no verão (aulas informais mas nas dependências da UnB).

O Prof. Sasani e as autoridades acima dele entenderam que, num evento dedicado ao ensino do persa a não-falantes nativos, eu estava qualificado para fornecer um informe, sob a forma de comunicação em mesa de apresentação, sobre o ensino do persa médio no Brasil. Foi importante pois, fora do eixo oriental dos falantes de persa (e de russos que ministravam cursos de persa moderno), eu fui o único representante ocidental: falei a respeito de como se dava o ensino do pahlavi na UnB e pude conhecer algo do Irã. Considero um dos eventos mais importantes dos quais participei. Infelizmente, pouco depois esse programa foi interrompido com o estremecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e o Irã e na sequência, tivemos a pandemia – cujos efeitos para o ensino e pesquisa se fazem sentir, infelizmente, até os dias de hoje.

Na ocasião, embora o evento do qual participei como palestrante fosse sediado na Universidade de Teerã, aproveitei a viagem e estive na Universidade Alzahra, da qual o Prof. Sasani é membro. É uma universidade voltada apenas para o público discente feminino (embora com corpo docente misto) fundada bem antes da revolução islâmica. Participei de um colegiado na ocasião e, ao final do mesmo, as componentes do departamento de Letras da universidade me concederam o título de membro honorário.

Por essa época – melhor dizendo, desde 2014 – percebi que meus interesses em pesquisa e orientação se afastavam cada vez mais do projeto original do PEJ e criei outros dois grupos: o “Grupo de Estudos Persas – MPS [de *Middle Persian Studies*]” e o “*Silk Road in Antiquity* – SRA”, voltado mais para os estudos do persa médio e seus usos na Ásia Central (por exemplo, com relação aos textos de Dunhuang e Turfan).

Nos dois casos a produção compensou, embora hoje eu veja que ter encerrado as atividades do PEJ em 2015 foi um erro, visto que ainda havia muitos alunos cujos interesses em orientação e pesquisa estavam mais próximos do Judaísmo do Segundo

Templo do que da Iranologia. Retifiquei esse erro retomando as atividades do PEJ em 2022, as quais mantenho até hoje, sempre com ênfase na Iniciação Científica. A esse desenvolvimento acrescento que, de longe, as atividades de IC foram as que mais me interessaram na Universidade além da docência, pesquisa e orientação de trabalhos. Fui convidado no começo da década de 2010 para compor o Comitê Gestor do PROIC-UnB, onde permaneço até hoje. Creio ter sido, e ainda ser, bastante útil nessa área, onde destaco o interesse do Prof. Sérgio Granemann, diretor do Programa, em meu trabalho.

Como produção que considero bastante relevante no quadro geral de minha atividade, tive dois verbetes publicados no *Oxford Dictionary of Late Antiquity* (org. por Oliver Nicholson): foram as entradas referentes aos “Oráculos de Hystaspes” e “apocalíptica zoroástrica”, esta última entrada redigida juntamente com meu colega Khodadad Rezakhani.

No período de 2017 para cá meu foco se deteve, como seria de esperar, na conclusão do livro decorrente de minha visita a Princeton em 2011 (que ficaria pronto em 2021 somente). Foi um esforço considerável aquele despendido para a sua realização, com mais de um rascunho e algumas versões que não chegaram a ser concluídas, com ideias que não vingaram. Com tudo pronto, tive dessa vez a revisão rigorosa da *Bloomsbury*, tanto para o *peer-review* quanto para o inglês. Valeu a pena a demora, me parece, tanto pela qualidade final do livro como pela certeza de que cheguei ao meu limite de esforço possível dada a velha questão envolvendo o cruzamento entre o mito das idades do mundo, as monarquias mundiais, as eras metálicas, em ambas a literatura daniélica e zoroástrica. Tive de me contentar com muitas dúvidas não-resolvidas – porém bem expostas no livro –, quase todas relativas a questões de datação de textos. Em muitos aspectos, era um beco sem saída, mas, de todo modo expus o que havia para expor nesse beco.

Devo destacar que a contribuição mais original do livro (que saiu, como vimos, com o título de *Persian Influence on Daniel and Jewish Apocalyptic Literature*) deu-se com respeito ao uso do termo *gesher* (raiz GŠR, da assírio *gašaru* – “ligar”, “tornar firme”) num fragmento dos mais interessantes dos Manuscritos do Mar Morto, 4Q521. A raiz GŠR é extremamente incomum no hebraico bíblico, a ponto de poder ser considerada raríssima – que me recorde aparece apenas duas vezes, uma em Josué 13:13, a outra em 1 Crônicas 3:2. Nos dois casos (e com texto de leitura difícil em Crônicas) trata-se de “juntar”, talvez por meio de uma ponte. Em 4Q521, o uso é inequívoco e, embora o fragmento todo seja muito difícil de ser compreendido (remeto o leitor para os detalhes do termo e seu uso em meu livro, anexo no folder do Google Drive correspondente), ele é claramente messiânico e mostra pessoas (presumivelmente mortas) aguardando uma ponte (que pelo contexto, leva ao Além e a algum tipo de juízo). Bem diferente dos usos escassos e literais do texto bíblico, portanto, e que leva à pergunta inevitável: mesmo se tratando de um fragmento, o quê essas pessoas ou almas estão esperando? Cruzar uma ponte num momento de redenção messiânica para que local?

Essa “espera” para cruzar uma ponte relacionada ao pós-morte tem um paralelo notável na ponte *Činvad* da literatura zoroástrica. No Zoroastrismo, essa é uma de várias formas de juízo após a morte – a travessia de uma ponte que se alarga para os justos e vai se estreitando até se tornar inviável para os ímpios. Os textos zoroástricos são de fato bem mais desenvolvidos quanto ao tema da “ponte” entre o mundo dos vivos e dos mortos do que os judaicos; tratei do tema como pude esbarrando, sempre, na questão da datação e qualidade dos manuscritos persas.

Concluído o livro em meio a dificuldades consideráveis (a produção foi retomada em 2019 e incluía a conclusão do livro, do qual muito ainda restava por ser escrito e

principalmente organizado), tive um *burnout* extremo, algo que jamais havia sentido. Como se diz comumente, quando a mente não repousa o corpo paga a conta; e desde a minha decisão, no agora distante ano de 1988 até meados de 2021, eu jamais tirara férias no sentido estrito da palavra. Todas as viagens que fiz tinham por motivo algum tipo de trabalho a ser feito ou um texto a ser apresentado em evento – mesmo minhas viagens dentro do Brasil no período tinham essa característica. Nunca me importei com isso por imaginar que uma atividade à qual alguém se dedica com prazer não deveria cansar.

Eu estava enganado, exausto e decidi então tirar minha primeira e, até aqui, única licença médica prolongada em 2021. Tive de me afastar de toda atividade acadêmica por um tempo por ordem médica – desenvolvi além de tudo uma lesão por esforço repetitivo na mão direita também, que me obriga a usar um *mouse* vertical até hoje. Nem mesmo quando de uma neurocirurgia no começo de 2015 para a retirada de um adenoma hipofisário lancei mão de uma licença. Sempre estive pronto e muito ansioso para me dedicar ao magistério, pesquisa e orientação. Até que um dia, a mente parou e o corpo também.

Me mantive afastado de novas empreitadas por quase um ano, durante o qual dei ao meu problema a atenção merecida – tratamento médico e terapia. Fui voltando aos poucos desde o final de 2022. O final deste “Memorial” também traz o que fiz e tenho feito desde então.

Casei-me novamente em novembro de 2021 e, desse modo, pude constituir uma nova família. Esse novo núcleo familiar, composto por minha esposa e enteada, tornou-se fundamental para a minha recuperação e para o ritmo que minha carreira tomou. Três produções acadêmicas se destacam no período 2023 para cá, cada uma delas em fase diferente de realização.

Pude retomar os estudos de alguns de meus temas favoritos na literatura apocalíptica: primeiramente a figura do “Rei vindo do Sol”, um messias que viria do Oriente para “vingar” os malfeitos primeiro dos gregos, depois dos romanos (o artigo sobre Eunus e em certa medida o dedicado a Espártaco tinham esse foco). É um personagem que aparece algumas vezes nos Oráculos Sibilinos. O segundo tema foi o estudo de um monarca oriental que recebeu esse título no livro 13 dos Oráculos Sibilinos, Odenath de Palmyra. Cheguei a pensar numa biografia de Odenath, mas o material sobre ele é escasso e tardio; talvez eu volte ao tema algum dia. De todo modo, entre 260 e 275 aproximadamente Odenath foi, mesmo sem o título de imperador ou pretensões usurpatórias, o único baluarte entre os persas sassânidas e o Oriente romano. Defendeu o território romano da Ásia Menor ao Egito com grande sucesso e legou os espólios dessa defesa à sua esposa, Zenóbia (esta sim, personagem bem estudada e documentada). Pode-se dizer que a área defendida por Odenath viria a constituir o futuro Império Romano do Oriente, ou Império Bizantino.

O artigo resultante desse esforço destinava-se, desde o princípio, a ser publicado no *Journal for the Study of the Pseudepigrapha* – todos os meus amigos e colegas, em diversas gerações, já publicaram lá e eu sempre imaginei um dia fazer o mesmo. O título final, depois de diversas revisões, acabou sendo “Kings from the Sun: Usages of an Eastern title in the Sibylline Oracles and related material” e foi publicado em 2024 no *JSP*, conforme anexo nas pastas deste processo.

Foi especialmente gratificante ter concluído o artigo e tê-lo aceito para publicação num ano em que tive de finalmente resolver as diferenças entre mim mesmo e minha mãe, após uma queda no apartamento em que vivia sozinha no Rio de Janeiro. Por opção e sempre em observância às disposições legais por parte de nós dois, me vi na obrigação, afetiva e moral, de trazê-la para morar em Brasília comigo e minha esposa.

Foi durante esse período que pude concluir o artigo, a respeito do qual cheguei a conversar com minha mãe.

Tivemos finalmente a chance de nos relacionarmos como mãe e filho e o cuidado com ela – que foi extremo pois ela não conseguia mais andar sem apoio, nem satisfazer suas necessidades naturais, nem se alimentar sem ajuda – permitiu uma proximidade que, tenho certeza, nutriu ambos até o seu falecimento em outubro de 2023. Até o final, citava Cícero e trechos da Bíblia Hebraica, manteve seus gostos musicais e literários e, principalmente, pudemos nos permitir um relacionamento “normal” entre mãe e filho. No nosso caso isso envolveu, até o fim, muito bate-papo acadêmico.

A segunda empreitada acadêmica na qual me envolvi após a recuperação do *burnout* e a melhora, não cura, da lesão na mão direita foi aceitar a organização de uma coletânea sobre literatura apocalíptica persa (zoroástrica, como sempre; a apocalíptica persa xiita ficou para outro volume da série proposta, organizado, se não me engano, por David Cook). Esse volume, que é o primeiro de uma série de textos primários de diversas tradições apocalípticas, será publicado pela Peeters Publishing, de Amsterdam, e a coleção toda está a cargo dos meus colegas Ana Valdez (Universidade Livre de Lisboa) e Bert J. Lietaert Peerbolte (UV Amsterdam).

No volume a meu cargo encontram-se – em fases diferentes de redação – fontes bem conhecidas como o ZWY (numa tradução ligeiramente revisada pelo mesmo Carlo Cereti), versões da “Conversão de Vištaspa”, do AWN e do essencial da tradição apocalíptica persa sob os cuidados, para cada texto, de Miguel-Ángel Andrés Toledo (o mesmo que se encantou com as atividades do MPS quando esteve presente na UnB em 2018, em evento organizado pelo autor deste “Memorial”), Domenico Agostini, Carlo Cereti, Almut Hintze, entre outros. O livro resultante terá um prefácio de minha autoria e provavelmente um posfácio de Touraj Daryaee (University of California,

Irvine), que é provavelmente o maior iranólogo em atividade (ao menos no que diz respeito aos períodos arsácida e sassânida). Com o falecimento recente do diretor geral da Peeters, a redação do contrato final sofreu atraso embora o livro esteja, como disse, em estágios variados de redação.

A terceira e talvez a mais gratificante de todas as atividades retomadas após 2022 foi a realização de um velho sonho: organizar um *Festschrift* em homenagem ao meu antigo orientador, Marcelo Jasmin. Tomei a iniciativa numa conversa informal com minha antiga aluna e hoje colega brilhante, Luizinha – seu marido, João Duarte, fora também orientando do Marcelo. Dessa conversa inicial surgiu o contato com a esposa de Marcelo, Maísa, que propôs que incluíssemos Christian Edward Cyril Lynch também e fôssemos, os três, os organizadores do *Festschrift*. Reunimos em torno de quinze textos de ex-orientandos do Marcelo, divididos nas duas grandes áreas em que ele atuou (filosofia da história e história do pensamento político) e, tudo feito e encaminhado, o livro já tem contrato assinado (recentemente, em abril de 2024) e título. Enfim organizado por Vicente Dobroruka, João de Azevedo e Dias Duarte e Christian Edward Cyril Lynch, chama-se *Teoria, política e história: diálogos com Marcelo Jasmin*, a ser publicado pela PUC-RS.

Marcelo é o último dos professores que tive na PUC-RIO, ainda se encontra em atividade e deve se aposentar no meio do ano de 2024 – quando a edição física do livro deve sair. O volume é uma homenagem e também um presente de despedida – da geração com quem tive o privilégio de conviver no Departamento de História da PUC-RIO, Marcelo é o último ainda em sala de aula e um de apenas dois funcionários da época que ainda está lá.

O perfil do curso mudou muito e uma vez que meus professores se aposentaram, em sua imensa maioria, meus colegas de pós-graduação e mesmo de graduação

terminaram por se encaixar institucionalmente: Gisele Sanglard, Luiz Reznik, Silvia Patuzzi, Renato Petrocchi, Carla Siqueira, a própria Máisa (esposa do Marcelo) e Luizinha e seu marido, João, todos acharam seus nichos, como seria de se esperar.

Esse *Festschrift* marca o fim de uma era e de um espaço institucional e afetivo incomparável, propiciado pelo Departamento de História da PUC-RIO. Sinto que um círculo está se fechando da maneira mais digna possível com a realização desse volume em homenagem ao Marcelo e, ao mesmo tempo, tenho a clareza de que já passei da metade da vida e da minha própria carreira, inclusive do ponto de vista legal, pela idade limite de aposentadoria. Sempre imaginei prestar homenagem a quem me orientou e finalmente pude fazê-lo a um dos personagens mais importantes em minha vida. Realizei ainda um capítulo noutro *Festschrift* em homenagem a Chris Rowland, mas na condição de convidado; com o FS do Marcelo pude conceber e executar, com a ajuda de outros dois colegas “salvos” pelo Marcelo (como eu mesmo fui), um volume próprio. Que aqueles que tanto fizeram por me formar recebam, sob a forma de *Festschriften* ou outras, tudo o que lhes é devido. É muita coisa.

Por fim retomei, além das orientações de TCC (com uma breve incursão pelo curso de Biblioteconomia, onde orientei um TCC muito original sobre bibliotecas *parsis* na Índia), a orientação de projetos de Iniciação Científica no âmbito do PEJ, além da recriação do MPS ou de projeto similar que venha a abranger, novamente, o mundo da literatura em persa médio. Todavia, são possibilidades que terão seus resultados, forçosamente, fora dos limites deste “Memorial”.

Conclusão

Espero ter deixado claro meu percurso acadêmico e pessoal neste “Memorial”. Gostaria que ficasse claro ao leitor(a) que esse percurso não foi uma série de pulos aleatórios entre temas ou autores, mas, pelo contrário, manteve-se orgânico desde sempre. Pouquíssimas vezes me afastei da “encruzilhada” que me propus a trabalhar e creio ter estudado sempre variantes desse mesmo problema. Continuo a fazê-lo até hoje e, após a conclusão deste “Memorial”, retomo as atividades de orientação de Iniciação Científica e o ensino do persa médio para os alunos interessados no mesmo (até o momento, cinco, entre os orientandos de IC e de TCC).

Encerro este “Memorial” com uma nota de agradecimento a todos os que propiciaram meu crescimento profissional e pessoal. Além dos mestres já citados desde a época de colégio (Arno Vogel), de graduação e mestrado (Marcelo Jasmin, Ilmar Rohloff de Mattos e Selma Rinaldi de Mattos), de doutorado (Martin Goodman e Chris Rowland) e de todas as demais etapas de formação e de vida, cabe um agradecimento especial aos colegas esplêndidos que me foram concedidos para o convívio acadêmico, mesmo que pese a diferença de opinião neste ou naquela matéria. Sem eles não teria aprendido as lições mais importantes sobre como conviver, e mais, sobre como aprender no meio acadêmico mais imediato. A todos os que facilitaram minha trajetória nesta Universidade, incluindo a administração superior (reitoria, decanatos, secretarias e comissões), fica registrado meu mais sincero agradecimento.